

Orientação do ACT Consortium: Métodos Qualitativos para a Investigação de Intervenção Internacional no Domínio da Saúde



Clare I.R. Chandler,

Joanna Reynolds,

Jennifer J Palmer,

Eleanor Hutchinson.

London School of Hygiene & Tropical Medicine,

Dezembro de 2008

(atualizado em Dezembro de 2013)

Agradecimentos

A primeira versão preliminar desta orientação e dos materiais que a acompanham foi preparada por Clare Chandler em Outubro de 2008, em apoio às actividades do projecto ACT Consortium no domínio das ciências sociais. Foram incorporadas várias iterações, aditamentos e ideias durante o tempo de vida do ACT Consortium, quando Joanna Reynolds e Eleanor Hutchinson passaram a dirigir diversas actividades enquanto membros da equipa científica principal do consórcio. Esta versão de 2013 inclui todos os documentos e materiais produzidos durante este período, cuja recolha e edição agradecemos a Jennifer Palmer. A orientação e materiais resultantes são o produto do trabalho árduo de um grande número de cientistas sociais que colaboraram em rede a partir dos diversos institutos e locais de investigação do ACT Consortium em toda a África e Ásia. Os nossos agradecimentos aos seguintes investigadores, que desenvolveram trabalho qualitativo no âmbito dos projectos do ACT Consortium: na Tanzânia, Judith Meta, Fortunata Nasuwa, John Kessy, Adiel Mushi, Peter Mangesho, Isolide Massawe, Kaseem Juma, Emmy Metta, Angela Kimweri e Denise Allen; no Uganda, James Kizito, Christine Nabirye, Susan Naiga, Miriam Kayendeke, Lilian Taaka, Loy Sentumbwe, Grace Nyabwolo, Joanita Nankabirwa, Asaph Turinde; no Gana, Evelyn Ansah, Samson Akanpibiam e Frank Baiden; nos Camarões, Robert Marie Mba, Ndong Ignatius Cheng, Joelle Pamen Ngako, Rachel Nguella, Albertine Lele, Joel Ambebilla, Mirabel Ayuk, Sarah Ndiva, Theresia Njuabe e Abanda Ngu Njei; na Nigéria, Nkoli Ezumah e Ogochukwu Ezeoke; na África do Sul, Elizabeth Allen; no Afeganistão, Tamanna Ahmad, Karimullah Karimullah, Mohibullah Motahed, Nadia Anwari e Molly Wood.

Gostaríamos igualmente de agradecer aos investigadores principais de cada um dos projectos do ACT Consortium que acolheram estudos no domínio das ciências sociais. Muitas vezes, estes estudos foram acrescentados aos projectos de forma imprevista, pelo que agradecemos o apoio prestado por cada um dos investigadores ao dedicarem os seus recursos e tempo ao nosso trabalho. Em particular, agradecemos a Chris Whitty, David Schellenberg, Sarah Staedke, Shunmay Yeung, Hugh Reyburn, Virginia Wiseman, Wilfred Mbacham, Obinna Onwujekwe, Lindsay Mangham-Jefferies, Anthony Mbonye, Richard Ndyomugenyi, Sian Clarke, Pascal Magnussen, Kristian Hansen, Catherine Goodman, Patrick Kachur, Mark Rowland, Tobie Leslie, Amy Mikhail, Daniel Chandramohan, Jayne Webster, David Laloo, Anja Terlouw e Karen Barnes.

O ACT Consortium é financiado através de uma subvenção atribuída pela Bill & Melinda Gates Foundation à London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Citação sugerida: Chandler, C.I.R., Reynolds, J., Palmer, J.J., & Hutchinson, E. (2013) ACT Consortium Guidance: Qualitative Methods for International Health Intervention Research. Disponível em www.actconsortium.org/qualitativemethodsguidance

Índice

AGRADECIMENTOS	2
ÍNDICE	3
ABREVIATURAS	5
GLOSSÁRIO	6
INTRODUÇÃO A ESTE DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA	12
1.1 PORQUÊ A INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA?	12
1.2 PRINCÍPIOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS QUE INSPIRAM A INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA	13
1.3 QUEM REALIZA INVESTIGAÇÕES QUALITATIVAS?	14
1.4 CONTRIBUTOS QUALITATIVOS PARA A INVESTIGAÇÃO DE INTERVENÇÃO	15
1.5 INVESTIGAÇÃO FORMATIVA DE CAMPO	16
1.5.1 <i>Melhorar a compreensão do problema de investigação e das possíveis soluções</i>	16
1.5.2 <i>Utilização de quadros conceptuais</i>	19
1.5.3 <i>Investigação participativa para o conteúdo da intervenção</i>	21
1.6 AVALIAÇÃO DE PROCESSO	22
1.6.1 <i>Componentes e lógica da avaliação de processo</i>	22
1.6.2 <i>Métodos de avaliação de processo</i>	24
1.6.3 <i>Utilização dos resultados da avaliação de processo</i>	26
1.7 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	26
1.7.1 <i>Componentes e lógica da avaliação de resultados</i>	26
1.7.2 <i>Métodos de avaliação de resultados</i>	28
1.7.3 <i>Utilização dos resultados da avaliação de resultados</i>	31
CAPÍTULO 2 MÉTODOS DE TRABALHO DE CAMPO QUALITATIVOS	33
2.1 ENTREVISTAS APROFUNDADAS	34
2.1.1 <i>Amostragem</i>	35
2.1.2 <i>Desenvolvimento de instrumentos de trabalho de campo</i>	36
2.1.3 <i>Ensaio-piloto</i>	38
2.1.4 <i>Preparação para o trabalho de campo</i>	38
2.1.5 <i>Recolha de dados</i>	40
2.1.6 <i>Gestão de dados</i>	42
2.1.7 <i>Análise de dados</i>	42
2.2 DISCUSSÕES DE GRUPO DE FOCO	42
2.2.1 <i>Amostragem</i>	43
2.2.2 <i>Desenvolvimento de instrumentos de trabalho de campo</i>	44
2.2.3 <i>Ensaio-piloto</i>	47
2.2.4 <i>Preparação para o trabalho de campo</i>	47
2.2.5 <i>Recolha de dados</i>	48
2.2.6 <i>Gestão de dados</i>	49
2.2.7 <i>Análise de dados</i>	49
2.3 OBSERVAÇÕES DIRECTAS	50
2.3.1 <i>Amostragem</i>	51
2.3.2 <i>Desenvolvimento de instrumentos de trabalho de campo</i>	52

2.3.3	<i>Ensaio-piloto</i>	53
2.3.4	<i>Preparação para o trabalho de campo</i>	54
2.3.5	<i>Recolha de dados</i>	54
2.3.6	<i>Gestão de dados</i>	54
2.3.7	<i>Análise de dados</i>	55
2.4	TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO	56
2.4.1	<i>Aspectos gerais</i>	56
2.4.2	<i>Transcrição</i>	56
2.4.3	<i>Tradução</i>	59
2.5	ABORDAGEM ANALÍTICA - A TEORIA QUE REGE OS MÉTODOS QUE O INVESTIGADOR ESCOLHER...	62
2.5.1	<i>Análise do conteúdo temático</i>	63
2.5.2	<i>Abordagem da teoria fundamentada</i>	65
CAPÍTULO 3 PREPARAÇÃO DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO		66
3.1	ESCOLHER UMA BOA EQUIPA	66
3.2	DAR FORMAÇÃO AOS MEMBROS DA EQUIPA	67
3.3	REDIGIR UM PROTOCOLO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NORMALIZADOS	67
3.4	QUESTÕES ÉTICAS NA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA	68
CAPÍTULO 4 GERIR UM PROJECTO COM QUALIDADE		70
4.1	GARANTIA PERMANENTE DA QUALIDADE	70
4.1.1	<i>Definir a garantia da qualidade para investigação qualitativa</i>	70
4.1.2	<i>Abordagem à garantia da qualidade</i>	71
4.1.3	<i>Definir os princípios das boas práticas</i>	71
4.1.4	<i>Plano de actividades para garantir a qualidade</i>	72
4.1.5	<i>Responsabilidade pela garantia da qualidade</i>	73
4.2	MONITORIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA	73
CAPÍTULO 5 INTERPRETAÇÃO DE DADOS QUALITATIVOS		75
5.1	CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS	75
5.1.1	<i>Resumo do processo analítico</i>	75
5.1.2	<i>Utilização de software</i>	77
5.1.3	<i>O processo de codificação</i>	77
5.1.4	<i>Codificação em equipa</i>	88
5.1.5	<i>Transição da codificação descritiva para a codificação analítica</i>	83
5.2	DESCRIÇÃO DE DADOS QUALITATIVOS	85
5.3	SÍNTESE DOS RESULTADOS NUMA ABORDAGEM EM CONSÓRCIO	86
5.3.1	<i>Análise secundária</i>	86
5.3.2	<i>Síntese</i>	87
5.3.3	<i>Comparação entre a síntese e a análise secundária num projecto em consórcio</i>	89
RESUMO		91
REFERÊNCIAS		92

Abreviaturas

ACT	Terapia combinada à base de artemisina
DGF	Discussões de grupo de foco
IS	Infraestruturas de saúde
FSS	Funcionários dos serviços de saúde
EA	Entrevistas aprofundadas
SOP	Procedimento Operacional Normalizado
RDT	Teste de diagnóstico rápido
ARQ	Avaliação e reforço da qualidade

Glossário

Abordagem analítica	Uma orientação teórica para a conceptualização e interpretação de dados e um conjunto de técnicas destinadas a essas actividades.
Codificação	A prática de categorizar dados (por ex., secções de texto de transcrições) por significados e ideias, à medida que são interpretados por um investigador.
Quadro conceptual	Um quadro ou modelo teórico que descreve a conceptualização prévia, efectuada por um investigador, de um fenómeno ou questão em particular. Muitas vezes representado sob a forma de um gráfico, um quadro conceptual identifica factores que, no entender dos investigadores, podem explicar ou influenciar o “problema” a estudar, traçando as relações hipotéticas entre os mesmos.
Construtivismo/ construtivista	Uma abordagem epistemológica, ou escola de pensamento, que vê a realidade como sendo construída de múltiplas formas, à semelhança do interpretativismo. Porém, enquanto os investigadores interpretativistas mantêm normalmente uma distância analítica entre as suas próprias convicções e as convicções dos sujeitos da investigação de modo a assegurar a credibilidade, os investigadores construtivistas reconhecem a partilha ou co-construção de significados e explicações pelos investigadores e pelos participantes, podendo encarar as actividades de investigação como oportunidades para a mudança.
Epistemologia	A epistemologia está relacionada com as formas de conhecer e aprender sobre o mundo. As diferentes epistemologias reflectem as diferentes maneiras aceites sobre como os conhecimentos podem e devem ser adquiridos. Estas posições epistemológicas reflectem diferentes formas de pensar sobre a natureza da realidade (ontologia). No âmbito da investigação social, algumas investigações têm por base a premissa de que existe um mundo social que pode ser objectivamente observado e descrito em termos de conjuntos de regras ou leis, à semelhança do que sucede nas ciências naturais (positivismo). Outras investigações assentam na premissa de que não existe uma realidade única, existindo antes múltiplas realidades que são construídas por diferentes grupos, sendo a aprendizagem sobre os mundos sociais um exercício de relatividade e reflexão sobre a posição do investigador na criação de conhecimentos (construtivismo).
Etnografia	Uma abordagem metodológica à investigação que teve origem na disciplina da antropologia e que visa compreender os mundos sociais das pessoas através da imersão nas suas comunidades, recorrendo à observação dos participantes durante um longo período juntamente com outros métodos, tais como entrevistas, frequentemente envolvendo os mesmos indivíduos ao longo do tempo, e inquéritos baseados nas observações do etnógrafo. O produto deste trabalho consiste em descrições ricas das vidas diárias, relações, prioridades e princípios de diferentes grupos. O termo “etnografia” é igualmente descrito para descrever este produto – normalmente sob a forma de um livro.

Notas de campo

As notas de campo ou diários são um dos principais métodos de recolha de dados em investigações etnográficas, consistindo numa ferramenta reflexiva que os investigadores podem utilizar para registar vários tipos de dados recolhidos informalmente. São particularmente utilizadas como ferramenta para a observação de participantes, em que os investigadores procuram escrever “descrições densas” sobre aquilo que observam. Estas notas, não estruturadas, permitem ao assistente de campo registar aquilo que vê, ouve e pensa, e que não pode ser capturado recorrendo a métodos estruturados ou gravações. As notas podem incluir desenhos de espaços, aspectos dinâmicos de uma situação ou encontro com o investigador, ligações a observações ou ideias anteriores e novas ideias para inclusão em trabalhos de campo posteriores.

Investigação formativa

A investigação formativa visa compreender uma situação existente que será objecto de uma intervenção. Este tipo de investigação tem por objectivo compreender o “problema” alvo identificado para uma intervenção, o contexto e a história locais e possíveis intervenções que respeitem as prioridades da população-alvo visada. A investigação formativa pode ser fulcral para assegurar o desenho adequado de uma intervenção.

Teoria fundamentada

Uma abordagem à análise que visa desenvolver teorias emergentes de acção social através da identificação de categorias analíticas e das relações entre as mesmas.

**Interpretativismo/
interpretativista**

Uma abordagem epistemológica ou escola de pensamento que assume que a realidade ou o mundo social não se regem por regularidades com propriedades semelhantes às das leis. Em vez disso, esta abordagem assume que o mundo social se rege por expectativas normativas e entendimentos partilhados que são mutáveis. Os investigadores exploram e compreendem o mundo social através das perspectivas dos participantes e das suas próprias perspectivas. Parte-se do princípio de que os resultados são influenciados pelas perspectivas e valores dos investigadores, pelo que estes não têm como finalidade realizar investigações objectivas e isentas de valores. Em vez disso, a credibilidade baseia-se na reflexão do investigador sobre as suas assunções e sobre o papel do mesmo na geração de dados (reflexividade). As explicações são apresentadas ao nível do significado, e não da causa.

Informadores-chave

Pessoas que possuem conhecimentos especializados sobre o grupo, tópico ou comportamento com interesse para o investigador (por ex., líderes da comunidade) e que podem prestar informações importantes sobre a natureza dos problemas e recomendar soluções para os mesmos.

Modelo lógico

Um termo de avaliação empregue para descrever o quadro conceptual que explica os mecanismos assumidos dos efeitos de uma intervenção. Os modelos lógicos consistem normalmente numa representação gráfica das relações lógicas entre os recursos, actividades, produtos e resultados de uma intervenção, podendo ser utilizados para avaliar as relações causais entre os elementos de uma avaliação.

Método	Um procedimento sistemático ou estabelecido para a realização de análises ou trabalhos de campo.
Metodologia	A orientação teórica subjacente à aplicação do método, conjunto de métodos ou princípios a um problema de investigação, no âmbito de uma disciplina em particular.
Normativo(a)	Relativo a um padrão ou modelo ideal e partilhado. As afirmações normativas estão imbuídas de valores, reivindicam um determinado estado de coisas e afirmam se um estado das coisas está certo ou errado. Se forem comumente aceites, as normas sociais podem passar a ser consideradas como “senso comum” e, através da socialização, encorajar ou desencorajar determinados tipos de comportamento ou formas de pensar ou falar.
Avaliação de resultados	As avaliações quantitativas dos resultados medem os resultados predefinidos que devem ser alterados em resultado de uma intervenção. As avaliações qualitativas dos resultados visam compreender os resultados ou impactos mais vastos de uma intervenção, incluindo as consequências não intencionais. Estas últimas visam frequentemente apresentar explicações sobre a razão e o modo como uma intervenção funcionou (ou não funcionou) mediante a comparação entre os mecanismos de efeito assumidos e efectivos.
Paradigma	Um conjunto distinto de convicções ou uma visão do mundo que orienta a acção, consistindo em ética, epistemologia, ontologia (a natureza da realidade) e metodologia.
Positivismo/positivista	A abordagem epistemológica, ou escola de pensamento, que assume que a realidade e o comportamento humanos se regem por regularidades semelhantes às das leis. Os fenómenos são entendidos como sendo objectivamente observáveis, conduzindo a factos que são considerados distintos dos valores. Os métodos desenvolvidos para as ciências naturais são considerados apropriados para fins de investigação social.
Avaliação de processo	Visa compreender a realização e o processo de implementação de uma intervenção, descrevendo de forma abrangente os seus componentes conforme recebidos pela audiência-alvo e explicando os resultados inesperados que são identificados nas avaliações dos resultados.
Amostragem dirigida ou regida por critérios	Uma abordagem não probabilística (não estatística) à selecção dos participantes em investigações qualitativas de pequena escala, segundo a qual as unidades são deliberadamente escolhidas para reflectir determinadas características ou grupos da população amostrada. As características das unidades (características sociodemográficas, experiências, papéis, comportamentos, etc.) são escolhidas de modo a aprofundar a pesquisa e o conhecimento dos temas e problemas centrais que o investigador pretende estudar.
Garantia da qualidade	Estratégias para permitir aos investigadores qualitativos definir princípios sobre a qualidade para cada fase do processo de investigação, bem como demonstrar às audiências externas a credibilidade da sua investigação.

<i>Reflexividade</i>	Um processo contínuo de reflexão sobre a investigação e as actividades desenvolvidas para recolher e interpretar dados. A reflexividade envolve a análise das nossas próprias assunções e preconceitos, bem como da forma como os mesmos afectam as decisões da investigação, incluindo a selecção e a redacção das perguntas e os valores atribuídos a diferentes tipos de dados durante o processo de interpretação. A reflexividade envolve igualmente a análise da nossa própria relação com os inquiridos, e da forma como a dinâmica da relação afecta as respostas às perguntas.
<i>Saturação</i>	Ocorre quando as ideias expressas são repetições de conceitos identificados em trabalhos anteriores, sem que surjam novas ideias.
<i>Entidades influentes</i>	Titulares de cargos decisórios (por ex., funcionários dos serviços de saúde distritais) que podem fornecer informações sobre as estruturas existentes, apresentar uma perspectiva histórica e transmitir pontos de vista sobre as possibilidades de mudança.
<i>Perspectiva teórica</i>	Um conjunto de assunções sobre a realidade subjacente às perguntas que colocamos e aos tipos de respostas que, consequentemente, obtemos.

INTRODUÇÃO A ESTE DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO

Investigação qualitativa no ACT Consortium

Os métodos de investigação qualitativa são cada vez mais procurados no domínio da “saúde global”. Estes métodos são frequentemente utilizados em conjunto com ensaios clínicos, ou incorporados nos mesmos, de modo a obter interpretações mais aprofundadas sobre o sucesso ou insucesso das intervenções. Esta crescente popularidade dos métodos qualitativos, e a sua proximidade à investigação de intervenção, com protocolos estabelecidos para assegurar a normalização e a qualidade, fez aumentar a procura de orientações sobre a realização de investigações qualitativas de boa qualidade nestes cenários.

Durante a nossa experiência de realização de investigações qualitativas num conjunto de projectos sobre o diagnóstico e o tratamento da malária em dez países dos continentes africano e asiático tivemos de dar resposta às exigências de comprovação da qualidade dos nossos processos de investigação. Enquanto consórcio de investigação internacional, tivemos ainda de superar as dificuldades causadas pela distância espacial entre os investigadores principais e as equipas de campo situadas em locais remotos, bem como pela distância em termos teóricos entre investigadores oriundos de diferentes disciplinas e com formação académica diversificada.

Confrontados com estas necessidades e na ausência de orientações coesas sobre o reforço da qualidade do tipo de trabalho qualitativo em que estávamos envolvidos, fizemos uma pesquisa significativa sobre as melhores práticas e preparámos orientações para as nossas equipas de campo. Este documento constitui um compêndio dessas orientações. Não pretende ser impositivo, nem ser uma colecção de “lições aprendidas” definitivas. Em vez disso, trata-se de uma descrição daquilo que fizemos e da lógica subjacente. Tendo sido escritos pelos principais cientistas sociais do Consórcio (principalmente antropólogos), os modelos e sugestões são o resultado de reflexões sobre os desafios teóricos da aplicação de uma abordagem centrada no significado num conjunto de projectos relacionados entre si, recorrendo a uma abordagem descentralizada e com a intervenção de várias equipas, à semelhança do que sucede com uma grande parte das investigações globais realizadas hoje em dia no domínio da saúde. As questões de investigação que abordámos representam uma combinação entre perspectivas de investigações e práticas de saúde pública e uma abordagem mais antropológica. Pretende-se que os métodos que apresentamos neste documento sejam facilmente compreendidos por audiências do domínio da saúde pública, pelo que incorporámos valores e linguagens empregues na investigação de saúde pública, tais como a sistematicidade, a transparência e a preferência pelo trabalho em equipa em detrimento do trabalho individual.

Esperamos sinceramente que esta experiência possa ser útil para outros grupos envolvidos em investigações de intervenção internacionais qualitativas de larga escala no domínio da saúde.

Sobre o ACT Consortium

A malária é uma das principais causas de morbilidade e mortalidade em vários países dos continentes africano e asiático. A introdução em larga escala da terapia combinada à base de artemisina (ACT) desde meados da década de 2000 constituiu uma oportunidade para reduzir este fardo da malária. Contudo, nesta altura ainda eram pouco claros os métodos para administrar eficazmente o tratamento àqueles que mais precisavam. Os responsáveis políticos tiveram de tomar decisões importantes sobre a melhor forma de administrar os ACT com poucas ou nenhuma informação relevante. Procurámos responder às principais questões sobre a administração de ACT, de modo a que os responsáveis políticos dispusessem das informações de que necessitavam.

Desde 2007, o ACT Consortium tem desenvolvido e avaliado mecanismos de administração numa série de 25 projectos para melhorar o acesso, o enfoque, a segurança e a qualidade dos ACT em áreas endémicas dos continentes africano e asiático. Poderá consultar mais informações sobre a nossa organização e sobre o nosso trabalho no nosso website. www.actconsortium.org

Como utilizar este documento

Este documento de orientação inclui conselhos teóricos e práticos sobre métodos qualitativos, divididos em cinco capítulos. O Capítulo 1 introduz o leitor a alguns dos princípios das ciências sociais subjacentes à investigação qualitativa e às três fases principais da concepção e avaliação da intervenção para as quais os métodos qualitativos contribuíram no âmbito do ACT Consortium. O Capítulo 2 aborda os princípios e práticas para a utilização de três métodos nucleares de investigação qualitativa. O Capítulo 3 cobre algumas questões práticas relativas à organização de um projecto de investigação qualitativa em conjunto com uma intervenção, ou incorporado numa intervenção. Apesar de todo este documento estar consagrado à melhoria da qualidade das investigações qualitativas no âmbito de intervenções, no Capítulo 4 são abordadas teorias e métodos específicos para assegurar a qualidade continuada da investigação qualitativa. Por último, as abordagens à análise e descrição de dados qualitativos no seio de uma equipa são discutidas no Capítulo 5. Os termos teóricos dos domínios da investigação qualitativa e das ciências sociais que possam ser novos para os leitores são **realçados a azul** no texto, podendo as suas definições ser consultadas no Glossário incluído no início deste documento.

Ao longo do presente documento fazemos referência a experiências específicas resultantes do planeamento e realização de investigações qualitativas no âmbito de intervenções do ACT Consortium. Também aludimos a exemplos de materiais desenvolvidos para este trabalho, para além de incluirmos extractos dos mesmos sob a forma de caixas, tabelas e figuras. Contudo, o leitor poderá encontrar muitos outros exemplos de investigações qualitativas realizadas pelo ACT Consortium nos Materiais Complementares desenvolvidos para este guia e **realçados a cor de laranja** no mesmo, os quais estão disponíveis no website do ACT Consortium. Estes materiais incluem:

1. Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium
2. Modelo de Protocolo de Monitorização para Garantia da Qualidade para Investigações Qualitativas do ACT Consortium
3. Materiais de Formação sobre Investigação Qualitativa do ACT Consortium (uma pasta que inclui apresentações Powerpoint e fichas informativas para sessões de trabalho)

CAPÍTULO 1 Introdução à Investigação Qualitativa

Resumo do capítulo

Secção	Página
1.1 Porquê a investigação qualitativa?	12
1.2 Princípios das ciências sociais que inspiram a investigação qualitativa	13
1.3 Quem realiza investigações qualitativas?	14
1.4 Contributos qualitativos para a investigação de intervenção	15
1.5 Investigação formativa de campo	16
1.6 Avaliação de processo	22
1.7 Avaliação de resultados	26

1.1 Porquê a investigação qualitativa?

Toda a investigação visa compreender o mundo recorrendo a um determinado conjunto de métodos, e todos os métodos são sustentados por um conjunto de teorias ou pressupostos filosóficos. Para compreender determinado fenómeno social tão plenamente quanto possível pode ser útil analisá-lo de vários ângulos, empregando um leque de métodos quantitativos e qualitativos. No entender de vários investigadores, a quantidade e a qualidade são dois lados da mesma moeda, uma vez que “atrás de cada quantidade existe uma qualidade” (Sobo 2009). Mas o que têm os métodos qualitativos de tão especial para serem cada vez mais procurados em investigações no domínio da saúde global?

Existem provavelmente duas respostas principais a esta questão, que estão ligadas entre si. A primeira é a de que a investigação qualitativa pode ser útil para estudar o *significado*: aquilo que é importante para as pessoas com base nos seus conhecimentos e experiências, e as razões dessa importância, uma vez que o significado influencia as interacções sociais ao nível individual e colectivo e estas interacções influenciam, em última análise, os resultados no domínio da saúde. Ao estudar o significado a investigação qualitativa é humanística, na medida em que se centra nas bases pessoais, subjectivas e experienciais do conhecimento e da prática. Também é holística, porquanto procura situar o significado de certos comportamentos e formas de pensar e agir num determinado contexto (Kielmann, Cataldo *et al.* 2011).

A segunda resposta é a de que a abordagem interpretativa e *reflexiva* que é inerente à investigação qualitativa pode revelar aquilo que é importante sobre os *processos*: de comportamento social, das intervenções e dos próprios métodos de investigação. Numa abordagem interpretativa, o objectivo da investigação qualitativa consiste em explicar (por ex., o aparente sucesso ou insucesso de uma intervenção) e não meramente descrever (Kielmann, Cataldo *et al.* 2011). Além disso, ao adoptarem uma postura reflexiva face à investigação enquanto interacção social, os investigadores qualitativos estão a ser explícitos quanto ao realçar da interligação entre a natureza da investigação (por ex., a forma como é colocada uma pergunta de inquérito) e as conclusões que são retiradas, especialmente quando os resultados apenas podem ser compreendidos por referência a esse processo (Walker e Dewar 2000).

Estes conceitos serão abordados de uma forma mais aprofundada ao longo deste documento. Em primeiro lugar, neste capítulo, introduzimos o leitor a alguns princípios das ciências sociais e analisamos três tipos de investigação qualitativa que contribuíram para projectos do ACT Consortium e que podem ser aplicados à investigação de intervenção internacional no domínio da saúde.

1.2 Princípios das ciências sociais que inspiram a investigação qualitativa

Uma das questões centrais da investigação qualitativa prende-se com as teorias do conhecimento ou *epistemologia*: como é que sabemos aquilo que sabemos sobre o mundo? De que forma é que isto se articula com a verdade e as evidências, de modo a que nós, enquanto investigadores, possamos afirmar com confiança algo sobre os fenómenos sociais que estudamos?

A maioria dos leitores deverá estar familiarizada com a perspectiva teórica sobre o conhecimento que é comum às ciências naturais e quantitativas, descrita em termos epistemológicos como *positivismo*. Esta perspectiva assume que a realidade e o comportamento humano se regem por regularidades semelhantes às das leis. Desenvolvida a partir de uma longa tradição de pensamento empírico, esta abordagem postula que todos os fenómenos (incluindo os comportamentos sociais) podem ser directamente observados e medidos recorrendo ao método científico. Os fenómenos são invariáveis em diferentes contextos. Em particular, os “factos” e os “valores” são considerados distintos ou separáveis. De acordo com esta abordagem, os métodos desenvolvidos para as ciências naturais são, por conseguinte, adequados às investigações sociais, sendo possível realizar investigações sociais independentes, objectivas e isentas de valores.

O desenvolvimento das ideias que são hoje em dia associadas à investigação qualitativa remonta ao período entre finais do século XVIII e o século XX (Snape e Spencer 2003), mas o reconhecimento da validade e adequação dos métodos qualitativos em relação à investigação aumentou na década de 1970, altura em que o próprio positivismo e a legitimidade das investigações sociais baseadas no método científico começaram a ser mais amplamente debatidos. Em particular, os investigadores debruçaram-se sobre a questão de saber se é possível “controlar” as variáveis na investigação experimental envolvendo sujeitos humanos para alcançar resultados inequívocos e se ao colocarmos a ênfase no teste de hipóteses não estamos a ignorar a importância da descoberta através de entendimentos alternativos (Snape e Spencer 2003). Ao defender uma abordagem interpretativista (centrada no significado) à criação de conhecimentos, a investigação qualitativa acabou por ser vista como uma forma de ultrapassar estas limitações, ajudada pelos esforços de investigadores sociais como Glaser e Strauss (1967) para formalizarem os seus métodos e, assim, serem melhor aceites pelos investigadores do domínio das ciências naturais.

O *interpretativismo* é a abordagem epistemológica que assume que a realidade ou o mundo social não se regem por regularidades com propriedades semelhantes às das leis. Em vez disso, sendo habitado por pessoas que raciocinam, o mundo social rege-se por expectativas *normativas* (baseadas em valores) e por visões partilhadas que são mutáveis (podem alterar-se ao longo do tempo e consoante os contextos). Os “factos” e os “valores” são mais difíceis de distinguir, pelo que, de acordo com esta abordagem, os métodos desenvolvidos para as ciências naturais, que não têm em consideração os valores, são problemáticos e inadequados para fins de investigação social. Em vez disso, os investigadores exploram e compreendem (interpretam) o mundo social através das perspectivas dos participantes e das suas próprias perspectivas. Os resultados são inevitavelmente influenciados pelas perspectivas e valores do investigador, tornando impossível realizar investigações objectivas e isentas de valores; contudo, o investigador pode revelar as suas assunções para ganhar credibilidade. As explicações apenas podem ser apresentadas ao nível do significado, e não da causa definitiva.

O pós-modernismo, a teoria crítica, o feminismo, a investigação racial e a investigação participativa ou “investigação-acção” têm, desde então, contribuído para este debate sobre o conhecimento, por exemplo, questionando de uma forma mais profunda a noção da objectividade com a qual os investigadores qualitativos podem verdadeiramente oferecer uma descrição única e credível de outras pessoas (Snape e Spencer 2003, Sobo 2009).

Recorrendo a uma abordagem multimétodo à investigação operacional, alguns defensores alegam que é possível alcançar um equilíbrio vantajoso entre a filosofia (epistemologia) e o pragmatismo, de modo a que as técnicas qualitativas e quantitativas sejam encaradas como parte de um conjunto de ferramentas a aplicar em diferentes contextos, para abordar diferentes questões de investigação (Snape e Spencer 2003). Contudo, o risco de separar as técnicas das suas fundações filosóficas na transdisciplinaridade continua a ser muito debatido. Neste documento abordamos todos os capítulos à luz da epistemologia, de modo a encorajar a prática da reflexão em todas as fases e tipos de investigação de intervenção qualitativa.

1.3 Quem realiza investigações qualitativas?

Para realizar uma investigação qualitativa centrada no significado, focada de forma reflexiva nos processos, o investigador qualitativo, ou a equipa de investigação como um todo, devem possuir pelo menos três características, que estão interligadas. Em primeiro lugar, os investigadores devem estar bem familiarizados com o tópico e o contexto do estudo, de modo a poderem colocar as questões mais relevantes e situar todos os resultados da investigação (de natureza qualitativa ou quantitativa) “no contexto da vida quotidiana e dos sistemas associados nos quais as vidas quotidianas são vividas” (Sobo 2009). As pessoas da área em estudo conhecem inerentemente vários aspectos do contexto envolvente aos tópicos da investigação. O conhecimento do contexto pode ser igualmente obtido de forma deliberada, recorrendo à imersão participativa, uma das actividades principais da *etnografia*, na qual os investigadores dedicam bastante tempo a familiarizarem-se com a cultura objecto de estudo. A familiarização com o contexto tem por finalidade evitar as ideias limitadas ou demasiado simplificadas sobre a “cultura” das outras pessoas, transcendendo a “mera etnicidade [...] incluindo também, por exemplo, culturas profissionais e organizativas” (Sobo 2009) ou, na pior das hipóteses, como um conjunto de “convicções” inerentemente problemáticas que podem ser facilmente substituídas por conhecimentos exactos recorrendo à educação (Good 1994). De facto, colocar a ênfase na complexidade do fenómeno social, dedicando tempo a compreender o contexto, constitui um meio essencial para assegurar a validade da investigação qualitativa (Manderson 1998).

A formação sobre as abordagens interpretativista e reflexiva constitui o segundo requisito para a boa investigação qualitativa, já que ajuda os investigadores a compreenderem melhor a cultura ou o contexto “mais como um processo do que como uma coisa” (Sobo 2009). Ao analisar as “convicções” do ponto de vista epistemológico, as mesmas podem ser encaradas como algo que é construído pela história, pelas pessoas, pela política e por ambientes em constante mutação, num quadro de processos interligados. O trabalho de campo cuidadoso, que tenha em conta os processos e os significados, pode revelar como as ideias pré-existentes dão lugar a novas ideias, quando se verificarem as circunstâncias sociais adequadas. Sem o conhecimento da teoria social, os investigadores podem limitar-se a aplicar os métodos qualitativos como um conjunto de técnicas não reflexivas, como se fossem operários de uma fábrica, o que “garante virtualmente a superficialidade dos resultados” (Sobo 2009).

Através do conhecimento aprofundado do contexto, a investigação qualitativa procura particularmente explicar os fenómenos sociais de uma perspectiva *émica*, fundada no conhecimento cultural interno (e não de uma perspectiva externa); contudo, estas explicações reconhecem simultaneamente que a perspectiva é construída socialmente. Para alcançar o equilíbrio certo é necessário manter um distanciamento crítico suficiente em termos de análise, o que constitui a terceira característica que os investigadores qualitativos devem possuir. É necessário distanciamento crítico, por exemplo, para permitir distinguir os valores e as normas, que são dinâmicos, dos “factos” ou do “senso comum”, que são estáticos e, por conseguinte, não estão sujeitos a alterações. A este respeito, as pessoas externas em relação a determinada cultura podem estar melhor posicionadas para manter o enfoque nesta distinção, uma vez que, durante as suas observações, fazem, como é natural, comparações constantes entre pelo menos dois contextos (o contexto sob estudo e o seu próprio contexto).

Por conseguinte, a investigação qualitativa beneficia de uma abordagem em equipa, em que pessoas “internas” e “externas” contribuam com a sua interpretação dos fenómenos sociais sob estudo, sendo que, em última análise, a melhor investigação qualitativa ocorre quando todos os membros da equipa conhecem e utilizam constantemente a teoria social para planear, conduzir e reflectir sobre as actividades de investigação. O trabalho de equipa em investigação qualitativa é novamente abordado do ponto de vista da logística da investigação no CAPÍTULO 3.

1.4 Contributos qualitativos para a investigação de intervenção

Os métodos qualitativos podem ser utilizados para responder a vários tipos de questões de investigação, encontrando-se disponíveis vários recursos para ajudar os leitores a escolherem os métodos de acordo com o tipo de questão em causa (Ritchie e Lewis 2003, Curatio e LSHTM 2011, Kielmann, Cataldo *et al.* 2011). No que respeita às intervenções internacionais no domínio da saúde em particular, sublinhamos que a investigação de campo qualitativa pode ter um contributo essencial para três fases do desenho e avaliação da intervenção, a saber: investigação formativa, avaliação de processo e avaliação de resultados, conforme é resumido *infra* na Tabela 1. Ao longo deste capítulo abordaremos mais pormenorizadamente estas fases, recorrendo a exemplos de projectos do ACT Consortium.

A investigação qualitativa realizada no âmbito do ACT Consortium centrou-se na compreensão das percepções e comportamentos da comunidade, dos pacientes e dos funcionários dos serviços de saúde relativamente à malária e ao seu diagnóstico e tratamento em diversos contextos. Os estudos sobre as percepções e comportamentos em relação à malária, realizados ao longo de várias décadas em diferentes contextos (principalmente africanos) foram úteis para tecer considerações hipotéticas sobre os factores que podem aumentar ou diminuir os efeitos das intervenções para melhorar a administração de medicamentos para a malária. Contudo, as percepções e os comportamentos são dinâmicos, variando normalmente entre grupos sociais e afectando e respondendo à mudança ao longo do tempo. Por conseguinte, nalguns contextos justificou-se a recolha de dados adicionais no início dos estudos de intervenção, de modo a contribuir para o desenho da intervenção (*investigação qualitativa formativa*). Foram igualmente recolhidos dados qualitativos para comparar as percepções antes e após uma intervenção ou entre braços de controlo de um ensaio (*avaliação de resultados*). Para além de avaliarem cada intervenção do ponto de vista dos “resultados”, os investigadores de intervenção procuraram avaliar as intervenções do ponto de vista do “processo” (*avaliação de processo*). Na nossa intervenção, de natureza complexa e envolvendo uma alteração no comportamento das comunidades ou dos prestadores de cuidados de saúde, a compreensão dos detalhes dos componentes da intervenção efectivamente fornecidos e recebidos pelos participantes foi considerada essencial para interpretar o impacto da intervenção e para inspirar as políticas.

Tabela 1. Fases essenciais da investigação de intervenção para as quais os métodos qualitativos podem contribuir

Fase de intervenção	Contributo da investigação qualitativa
<i>Investigação formativa</i>	Podem ser utilizados métodos qualitativos aprofundados para compreender o problema-alvo e o contexto da intervenção, incluindo as percepções, as experiências e os conhecimentos particulares subjacentes aos comportamentos dos prestadores de cuidados de saúde e/ou da comunidade na área em estudo, bem como as barreiras estruturais à mudança. Esta informação pode ser então utilizada para escolher e melhorar o desenho da intervenção. Os métodos qualitativos

podem ainda ser utilizados para desenvolver e ensaiar os conteúdos da intervenção junto dos seus utilizadores visados. No caso de avaliações qualitativas, os dados recolhidos nesta fase podem ser igualmente utilizados como dados de base com vista à sua comparação com os dados recolhidos durante ou após uma intervenção.

Avaliação de processo

Durante o ensaio podem ser utilizados métodos qualitativos e quantitativos para identificar se a implementação do ensaio está a decorrer conforme previsto nos objectivos. Isto envolve a avaliação da intervenção em termos da sua *fidelidade*, *entrega da dose*, *dose recebida*, *alcance*, *recrutamento* e documentação do *contexto* do ensaio. Esta é uma actividade permanente e, por conseguinte, pode contribuir para a introdução de alterações na intervenção durante o ensaio, e bem assim para compreender os efeitos da intervenção.

Avaliação de resultados

Avaliação qualitativa dos resultados da intervenção, tais como alterações nas percepções e no comportamento dos funcionários dos serviços de saúde e da comunidade, bem como da aceitabilidade dos componentes da intervenção, para sustentar as determinações quanto à causalidade. Estas actividades podem ter lugar durante e/ou após uma intervenção, compreendendo tanto as consequências intencionais como as consequências não intencionais das intervenções.

1.5 Investigação formativa de campo

1.5.1 Melhorar a compreensão do problema de investigação e das possíveis soluções

Durante o desenho da intervenção, a investigação formativa de campo pode complementar as actividades de recolha de informações realizadas em diversos domínios, incluindo a análise de evidências sobre intervenções e de teorias sobre a mudança de comportamentos disponíveis na literatura (ver, por exemplo, a nossa reflexão sobre o desenho de intervenções e sobre algumas lições aprendidas durante o desenho de intervenções no âmbito do trabalho do ACT Consortium em: “Designing health service interventions in low resource countries: lessons learnt” por Chandler *et al*, disponível em www.actconsortium.org/publications).

A investigação de campo formativa tem por finalidade compreender o problema-alvo, o seu contexto e/ou as possíveis soluções e pode ser fulcral para assegurar o desenho ideal da intervenção (Power, Langhaug *et al*. 2004, Ulin, Robinson *et al*. 2005). São utilizados diferentes métodos, dependendo da questão a responder, incluindo inquéritos quantitativos para identificar os factores determinantes do problema (Yoder 1997) e/ou métodos qualitativos que tentem capturar as interpretações da situação a nível local (Arhinful, Das *et al*. 1996, Manderson 1998, Nichter, Acuin *et al*. 2008). As abordagens quantitativas têm a vantagem de ser relativamente rápidas, apesar da sua capacidade limitada para suscitar novas formas de compreender uma situação, muitas vezes colocando questões sobre tópicos predeterminados que podem excluir alguns aspectos importantes (Yoder 1997). As abordagens qualitativas, tais como a observação etnográfica, as entrevistas aprofundadas e os debates com grupos de pessoas que se preveja virem a ser visadas pela intervenção, podem suscitar resultados inesperados, mas carecem de conhecimentos especializados e, muitas vezes, de tempo adicional para a realização de trabalhos de campo e de análises.

Em resposta a estas limitações foram desenvolvidas várias abordagens de avaliação qualitativa rápida (Agyepong, Aryee *et al.* 1995, Trotter, Needle *et al.* 2001), com algum sucesso do ponto de vista dos contributos para o desenho das intervenções (Manderson e Aaby 1992). A realização de entrevistas a informadores-chave particularmente bem informados e eloquentes pode ser útil para este fim (a Caixa 1 contém um exemplo de um guia de tópicos para uma entrevista a um informador-chave no âmbito de investigação de campo formativa do ACT Consortium; o documento: **“Materiais do ACT Consortium - Ferramentas de Campo para a Investigação Qualitativa”**) incluído nos Materiais Complementares contém exemplos de outros tipos de ferramentas de investigação formativa. Também podem ser utilizados exercícios participativos de “análise das necessidades”, que envolvem os destinatários da intervenção para ajudar os investigadores a explorar a diversidade e complexidade das necessidades e prioridades dos intervenientes locais (Cornwall e Jewkes 1995). Além disso, estas abordagens podem permitir identificar as medidas que já estejam a ser implementadas na área em estudo ou que tenham sido experimentadas no passado para abordar o problema-alvo, ou uma questão semelhante.

Outros defendem que a “sensibilidade” antropológica (teorias e conceitos, abordagens analíticas e imaginação antropológica) necessária para gerar as informações de base sobre um problema que melhor orientem o desenho de uma intervenção não pode ser comprimida neste formato abreviado (Manderson 1998). Os defensores desta ideia alegam que os comportamentos-alvo estudados na investigação de campo formativa devem situar-se no contexto social, económico e cultural local, permitindo, assim, analisar as barreiras estruturais à mudança (e, por conseguinte, as dificuldades da introdução e manutenção das intervenções), apelando ao investimento na investigação qualitativa principalmente nesta fase formativa.

A investigação de campo formativa constituiu uma fase significativa da concepção dos projectos do ACT Consortium, tanto em termos de tempo como de recursos. Considerou-se que este investimento inicial seria valioso, uma vez que era sabido que os comportamentos-alvo eram “difíceis de alterar”. Os estudos existentes demonstravam que as anteriores intervenções simples de introdução de novos medicamentos e ferramentas de diagnóstico para a malária haviam produzido um impacto limitado sobre a aceitação e adesão por parte dos funcionários dos serviços de saúde (Smith, Jones *et al.* 2009, Rao, Schellenberg *et al.* 2013). Consideramos ser importante compreender as práticas vigentes, incluindo as percepções e os hábitos em matéria de procura de cuidados e tratamento, bem como histórias locais sobre as intervenções anteriores e em curso, de modo a desenhar programas de intervenção com potencial para sustentar a mudança em contextos específicos.

Caixa 1. Exemplo de guia de tópicos para entrevista a informador-chave

As entrevistas a informadores-chave são muitas vezes utilizadas para ajudar uma parte externa a compreender um problema ou um contexto. Segue-se um exemplo de um guia de tópicos para a realização de entrevistas a líderes comunitários, utilizado nas investigações do ACT Consortium para ajudar a conceber uma intervenção para a introdução de testes de diagnóstico rápido da malária.

Tópico de interesse	Pergunta
Comportamento em relação à procura de tratamento	Normalmente, o que acontece quando você ou o seu filho está doente? O que aconteceu na última vez em que você ou o seu filho esteve doente – pode descrever-me a situação?
Conhecimento e hábitos em relação à malária	O que é a malária? Como sabe se você ou o seu filho tem malária? Como é que você ou as outras pessoas descrevem normalmente a malária? O que pode e não pode fazer quando tem malária? Como é que a malária pára – e o que pode fazer para a fazer parar?
Percepções sobre os testes	Como sabe se tem malária? Na última vez que teve malária, o que o fez saber que era malária? Quais são as suas experiências com os testes de diagnóstico da malária – pode dizer-me quando e onde fez o teste e relatar-me a experiência que teve nessa ocasião no que diz respeito ao processo e ao resultado? O que sabe sobre a obtenção de um resultado negativo para a malária junto de um laboratório – o que deve ser feito nesse caso?
Percepção sobre os medicamentos para a malária	O que faz em caso de malária? O que fez na última vez que teve malária? As outras pessoas fazem o mesmo ou algo de diferente? Por que motivo existem diferenças entre o que as pessoas fazem quando acham que têm malária? O que sabe sobre o medicamento para a malária conhecido por Alu/Coartem? Já ouviu falar de alguém que tenha usado este medicamento, e as suas opiniões sobre quando e como funciona? Qual é a diferença entre a sua experiência anterior com os medicamentos para a malária e a experiência das outras pessoas?
Percepção sobre os funcionários dos serviços de saúde	Que opções tem aqui ao seu dispor para obter ajuda quando contrai malária? O que pode dizer-me sobre o centro de saúde pública mais próximo – quais foram as suas experiências nesse local? Se achasse que tinha malária, colocaria a hipótese de se deslocar a esse local, ou optaria por não ir? Que experiências teve você ou outras pessoas que o tenham feito decidir utilizar ou não utilizar esse centro de saúde?
Percepção sobre a informação, educação e comunicação (IEC)	Acha que os métodos de diagnóstico e tratamento de pessoas com febre nesta comunidade devem ser alterados? Em caso afirmativo, quem é responsável? O que acha que seria eficaz para melhorar a forma como as febres são geridas aqui? Que outras actividades estão a ser desenvolvidas aqui em relação à malária, às febres e à melhoria do acesso a cuidados de saúde – e qual é a sua opinião sobre as mesmas (explorar em que consistem as actividades e quem está envolvido nas mesmas, quais as actividades e pessoas que ficaram de fora, que conflitos e oportunidades surgiram, etc.)?

1.5.2 Utilização de quadros conceptuais

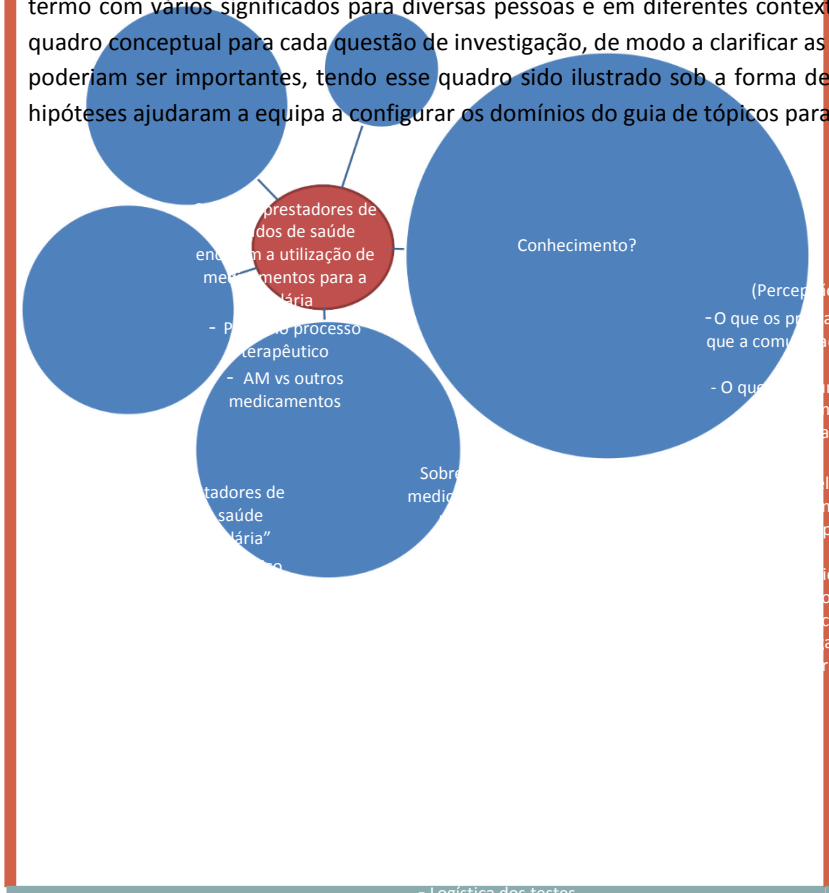
Mesmo a investigação de campo formativa que seja aplicada mais directamente deve ser cuidadosamente conceptualizada antes da realização do trabalho de campo, de modo a maximizar a utilidade do mesmo. Para facilitar este processo, pode ser desenvolvido um *quadro conceptual*, que pode ser alargado e aperfeiçoado de forma continuada durante as fases de análise da investigação formativa, desenho da intervenção e até mesmo avaliação do projecto. Um quadro conceptual procura descrever os factores que podem explicar ou influenciar um “problema” a estudar, traçando relações hipotéticas entre os mesmos. O processo de desenvolvimento e documentação de um quadro conceptual pode ajudar uma equipa de investigação a explicitar os factores que, supostamente, configuram o problema do seu ponto de vista, podendo ser útil para realçar as relações e os factores considerados mais importantes (Robson 2011).

Nos projectos do ACT Consortium, o processo de desenvolvimento de um quadro conceptual foi dinâmico, recorrendo à análise de publicações e de teorias já apresentadas, a hipóteses implícitas subjacentes à lógica do projecto e às experiências e perspectivas dos assistentes de campo familiarizados com o contexto do estudo e com as prioridades e os antecedentes locais. A Caixa 2 contém um exemplo de um quadro conceptual desenvolvido para os trabalhos realizados pelo ACT Consortium nos Camarões (www.actconsortium.org/REACTCameroon). No nosso caso, o desenvolvimento de um quadro conceptual foi especialmente útil antes da realização da investigação formativa, permitindo identificar áreas importantes para a recolha de informações, orientar métodos e desenvolver ferramentas de recolha de dados. Na análise, conseguimos testar as hipóteses formuladas nos quadros conceptuais e utilizá-los para ilustrar conceptualizações revistas da situação existente, juntamente com as áreas potencialmente receptivas à intervenção.

Neste ponto, a análise deixou de incidir sobre o conteúdo das respostas dadas num contexto para passar a envolver a interpretação dos conceitos apresentados, relacionando-os com teorias mais vastas e generalizáveis, de modo a permitir o redimensionamento das intervenções. Têm sido propostas “teorias de médio alcance” para extrair resultados “suficientemente abstractos para lidar com diferentes esferas de comportamento social e de estruturas sociais, de modo a transcender a mera descrição” (p68)(Merton 1967). As intervenções baseadas nestas teorias mais generalizáveis podem então ser desenhadas para serem normalizadas ao nível das funções e processos gerais e, simultaneamente, permitir que as formas específicas que as mesmas assumam nos diversos contextos sejam adaptadas às condições locais (Hawe, Shiell *et al.* 2004).

Caixa 2. Exemplo de um quadro conceptual desenvolvido para orientar a investigação formativa

Nos Camarões, a equipa de investigação do ACT Consortium reconheceu a importância de compreender as experiências locais em matéria de tratamento e diagnóstico da malária, de modo a conceber intervenções de apoio eficazes para a utilização racional de medicamentos para a malária (AM), incluindo a introdução de novas tecnologias, tais como os testes de diagnóstico rápido. A equipa começou por analisar as investigações existentes sobre a malária e sobre a utilização de medicamentos e diagnósticos nos Camarões e noutros locais, colocando hipóteses sobre factores que pudessem ser aplicados ao contexto do estudo. A equipa reflectiu sobre a sua orientação teórica para este trabalho, assumindo uma abordagem interpretativa e baseada no significado à compreensão da malária, tomando-a como um termo com vários significados para diversas pessoas e em diferentes contextos. Seguidamente, a equipa redigiu um quadro conceptual para cada questão de investigação, de modo a clarificar as suas expectativas sobre os aspectos que poderiam ser importantes, tendo esse quadro sido ilustrado sob a forma de um diagrama, apresentado *infra*. Estas hipóteses ajudaram a equipa a configurar os domínios do guia de tópicos para as actividades de recolha de dados.



Estas conceptualizações iniciais moldaram as interpretações da equipa sobre as respostas dos participantes: a equipa observou que os clínicos entendiam a malária como um exercício de “malabarismo”, equilibrando a patofisiologia do paciente com os desejos deste e as suas próprias reputações enquanto médicos, utilizando testes e medicamentos pelos seus efeitos terapêuticos como símbolos no processo de prestação de cuidados, raramente mencionando os parasitas da malária nas explicações sobre as suas decisões em matéria de diagnóstico. Tais entendimentos contrastam fortemente com as orientações baseadas em evidências provenientes da OMS, que colocam o parasita da malária como principal força motriz da prática clínica. No que respeita ao desenho das intervenções, isto implica que para que os testes de diagnóstico rápido sejam utilizados em larga escala e com o devido rigor e eficácia é necessário ter em conta os valores e prioridades tanto dos funcionários dos serviços de saúde como dos pacientes. O desenho das intervenções seguiu esta ideia, ao procurar ajudar os clínicos a continuar a dar resposta à complexidade do contexto social do seu trabalho no âmbito das alterações das orientações e dos novos testes de diagnóstico.

Saiba mais em www.actconsortium.org/REACTCameroon

1.5.3 Investigação participativa para o conteúdo da intervenção

Após a decisão sobre o desenho e a lógica da intervenção, a investigação qualitativa pode contribuir para o desenvolvimento dos materiais da intervenção, de modo a assegurar que o conteúdo, as actividades e os materiais não se limitam a seguir as evidências e as melhores práticas, sendo igualmente aceitáveis a nível local. Uma abordagem “da base para o topo” ao desenho dos materiais da intervenção reconhece explicitamente que os destinatários visados são quem está na melhor posição para identificar ou melhorar conteúdos, mensagens, modos de apresentação e detalhes visuais susceptíveis de serem eficazes e aceites pelos utilizadores finais (Haaland 2001, Ajayi, Falade *et al.* 2008, Ajayi, Oladepo *et al.* 2009). O investimento nesta fase pode ser igualmente considerado vantajoso pelos seguintes motivos:

Para assegurar a qualidade das actividades e dos materiais da intervenção e otimizar os possíveis efeitos;

Para assegurar a coerência na execução da intervenção, de modo a que os componentes sejam facilmente replicáveis;

Para permitir a avaliação da intervenção visada recorrendo a documentação clara sobre as actividades, materiais e procedimentos a implementar.

As actividades e os materiais desenvolvidos para as intervenções do ACT Consortium recorrendo à investigação formativa incluíram manuais de formação para facilitar a aprendizagem em grupo, dramatizações participativas, actividades de educação pelos pares, visitas de supervisão, ferramentas para o encaminhamento de pacientes ou a requisição de provisões, pósteres e folhetos (a Caixa 3 contém uma descrição das investigações participativas que realizámos para desenhar materiais de farmacovigilância no Uganda; estão disponíveis para consulta mais exemplos de desenvolvimento de conteúdos para a intervenção utilizando métodos qualitativos no documento: “**Materiais do ACT Consortium - Ferramentas de Campo para a Investigação Qualitativa**”), incluído nos Materiais Complementares.

Atendendo às limitações em termos de tempo e de recursos, avaliámos as versões preliminares dos componentes da intervenção com base nos factores imediatamente observáveis, tais como a facilidade de execução, se a audiência-alvo foi alcançada, a resposta da audiência-alvo e se foram alcançados resultados que se aproximaram do modelo lógico da intervenção. Os métodos de avaliação incluíram questionários estruturados, discussões informais e discussões de grupo de foco para obter *feedback* dos implementadores, dos observadores e da audiência-alvo. Nalguns casos procedeu-se à revisão das versões preliminares das ferramentas, ao que se seguiram rondas de “testes”, *feedback* e revisões.

Caixa 3. Exemplo de investigação qualitativa participativa para o desenho de materiais da intervenção

Uma equipa de investigação interdisciplinar do ACT Consortium no Uganda procurou conceber um formulário de fácil utilização para não-clínicos, com vista a documentar eventos adversos ocorridos após a administração de medicamentos contra a malária (www.actconsortium.org/drugsafetydatabase). A equipa organizou uma série de sessões de trabalho participativas com potenciais utilizadores finais do formulário de evento adverso. Após uma troca de impressões sobre as suas próprias experiências e desafios resultantes da comunicação de eventos adversos, os participantes na sessão de trabalho foram divididos em pequenos grupos, tendo-lhes sido solicitado que redigissem um formulário de comunicação simples, cujo formato se baseasse no seu próprio entendimento sobre os elementos que o formulário deveria incluir. Um artista local recebeu informações sobre os princípios da ilustração de imagens compreensíveis para audiências com níveis reduzidos de literacia (Haaland, 2001), tendo o mesmo artista realizado e aperfeiçoado esboços a pedido dos participantes. Os moderadores circularam entre os grupos de trabalho para encorajar os participantes a incluir no formulário campos de dados essenciais para a farmacovigilância. Foi solicitado aos participantes que praticassem a utilização das suas minutas de formulário em dramatizações, e a fazer as adaptações que fossem necessárias. Os moderadores reservaram algum tempo para desenvolver a confiança no seu desejo de receber as ideias e os contributos dos participantes, de modo a criar motivação e estabelecer um compromisso no sentido do desenvolvimento de um formulário de boa qualidade. Foi solicitado aos participantes que ensaiassem os seus formulários com os seus vizinhos em casa e que dessem *feedback* sobre as suas experiências, incluindo sugestões para revisões adicionais. Procedeu-se ao pré-ensaio de uma versão final junto de um grupo de potenciais utilizadores finais, tendo sido introduzidas pequenas alterações para melhorar o formulário até os inquiridos terem atingido uma percentagem superior a 90% de campos de

1.6 Avaliação de processo

Hoje em dia são vários os investigadores e responsáveis políticos que exigem a realização de *avaliações de processo*, destinadas a proporcionar uma melhor compreensão sobre a execução de uma intervenção, descrevendo os seus componentes conforme os mesmos foram efectivamente recebidos pela audiência-alvo e, por conseguinte, indicando se o eventual sucesso ou fracasso de uma intervenção quanto à obtenção dos resultados pretendidos se deveu à intervenção em si ou à forma como a mesma foi implementada. A última orientação do MRC (2008) sobre o desenvolvimento e avaliação de intervenções complexas descreve a avaliação de processo como sendo “de enorme valor, proporcionando informações importantes sobre os motivos pelos quais uma intervenção fracassa inesperadamente ou tem consequências imprevistas, ou sobre as razões do sucesso de uma intervenção e as formas como a mesma pode ser optimizada. A avaliação de processo, quando integrada num ensaio, pode ser igualmente utilizada para avaliar a fidelidade e a qualidade da implementação, clarificar mecanismos causais e identificar factores contextuais associados à variação nos resultados. As avaliações de processo devem ser realizadas de acordo com os mesmos padrões metodológicos que são aplicáveis à avaliação de resultados, e relatadas tão exaustivamente como esta última” (p12). As avaliações de processo podem igualmente ajudar a distinguir entre intervenções que são inerentemente deficientes (deficiência na teoria ou no conceito da intervenção) e aquelas que são mal executadas (deficiência na implementação) (Oakley, Strange *et al.* 2006). Esta forma de avaliação é particularmente necessária em ensaios multilocais, onde a “mesma” intervenção pode ser implementada e recebida de diversas maneiras.

1.6.1 Componentes e lógica da avaliação de processo

As actividades de avaliação centram-se em seis tipos de medições (ou componentes) (Saunders, Evans *et al.* 2005) (Tabela 2).

Tabela 2. Definições dos componentes de uma avaliação de processo

<i>Componente da avaliação</i>	<i>Definição</i>
Fidelidade (qualidade)	O grau de implementação da intervenção conforme planeado.

Dose entregue (completude)

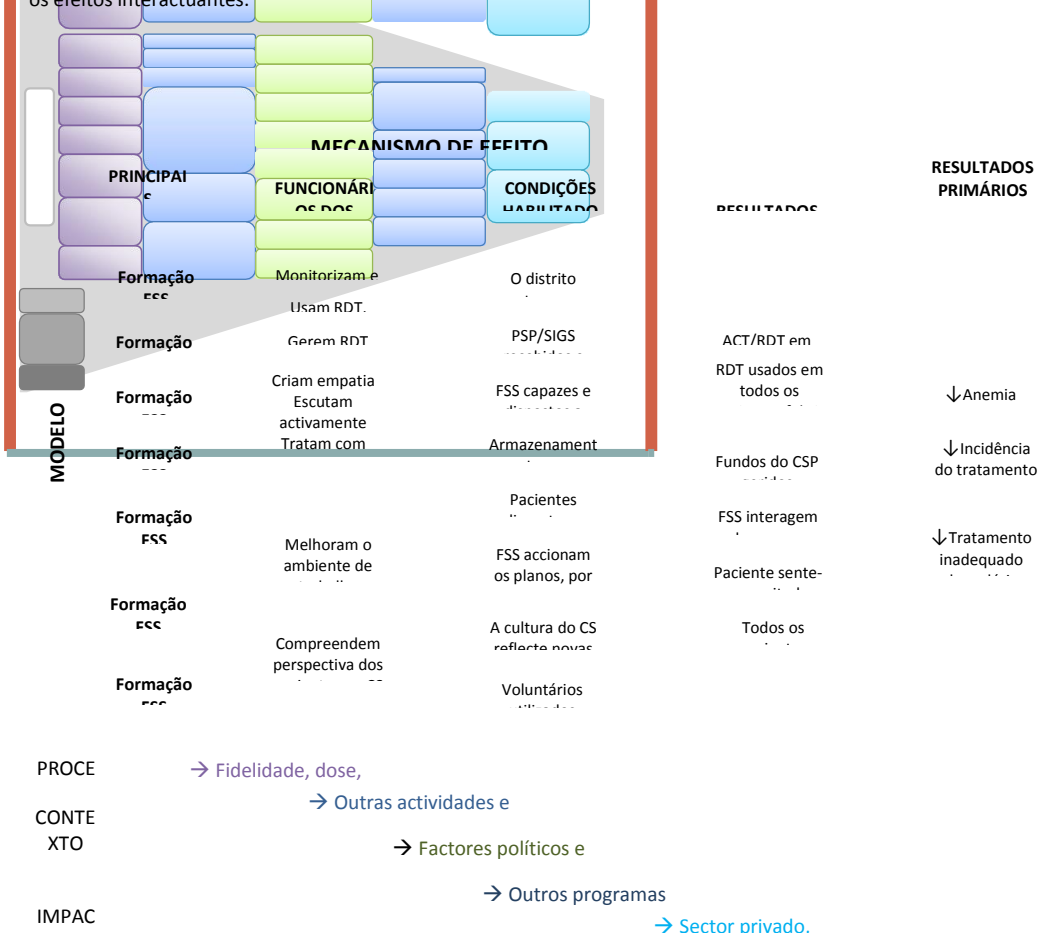
Quantidade ou número de unidades visadas de cada intervenção ou

	componente entregues ou proporcionadas pelos interventores.
Dose recebida (exposição)	Em que medida os participantes, de forma activa, se envolvem e interagem com os materiais ou recursos recomendados, ou são receptivos aos mesmos e/ou os utilizam. Pode incluir a “utilização inicial” e a “utilização continuada”
Alcance (taxa de participação)	Proporção da audiência prioritária visada que participa na intervenção; muitas vezes medida pela presença; inclui documentação sobre as barreiras à participação.
Recrutamento	Procedimentos utilizados para abordar e atrair os participantes a nível individual ou organizacional; inclui a manutenção do envolvimento dos participantes na intervenção.
Contexto	Aspectos ambientais que podem influenciar a implementação da intervenção ou os resultados do estudo; inclui a contaminação.

Para dirigir estas actividades pode ser útil criar um quadro conceptual ou um *modelo lógico* do processo assumido, de alteração na intervenção em termos de contributos, trajectórias de influências previstas, e resultados (Caixa 4, ver também Wiseman *et al* 2012a&b, que inclui modelos lógicos simplificados provenientes dos trabalhos do ACT Consortium) (Briss, Zaza *et al.* 2000, Wiseman, Mangham *et al.* 2012, Wiseman, Ogochukwu *et al.* 2012). À semelhança do que sucede com os quadros conceptuais no âmbito da investigação formativa, os modelos lógicos de intervenção podem basear-se em investigações formativas, resultados de intervenções anteriores e teorias sobre a mudança de comportamentos. O modelo pode incluir tanto medições quantitativas (por ex., número de pacientes de um grupo-alvo que recebem o medicamento correcto) como medições qualitativas (por ex., alterações na percepção da pressão exercida pelos pacientes em relação a determinados medicamentos ou testes). Para além de constituir uma base útil para a realização de uma avaliação final dos resultados, enquanto rede de hipóteses a testar, o modelo pode ser explorado de acordo com os processos acima indicados. Por exemplo, se numa intervenção destinada a exibir vídeos de procedimentos clínicos que se previsse melhorarem as capacidades utilizando métodos pedagógicos específicos alguns dos participantes não pudessem assistir aos vídeos devido a quebras no fornecimento de energia eléctrica, uma avaliação de processo poderia identificar que havia sido entregue uma “dose” incompleta, e este factor deveria ser tido em conta na análise do resultado.

Caixa 4. Exemplo de um modelo lógico de intervenção desenvolvido para orientar a avaliação de processo

Para desenvolver um modelo lógico para o projecto Prime do ACT Consortium no Uganda (www.actconsortium.org/PRIME), a equipa de investigação analisou os efeitos pretendidos com cada componente da intervenção e procurou descrever os mecanismos através dos quais se previa ou assumia que cada componente “funcionava”. A compreensão do contexto da situação na qual os componentes da intervenção seriam executados foi útil para considerar as potenciais “condições” que poderiam afectar a aceitação, a interpretação e os resultados imediatos dos componentes da intervenção. Estas foram, tanto quanto possível, incluídas no modelo lógico. Esta é uma versão simplificada do modelo lógico da intervenção PRIME, tendo as versões expandidas sido úteis para avaliar cada componente da intervenção e considerar os efeitos interactuantes.



Fonte: ACT PROCESS study, Uganda, building on the work of others (Huhman, Heitzler et al. 2004, Harris 2010). www.actconsortium.org/PROCESS

1.6.2 Métodos de avaliação de processo

Após os processos de mudança pretendidos terem sido identificados e explicitados em relação aos componentes mensuráveis da avaliação de processo, a avaliação de processo pode ser planeada utilizando vários métodos. Isto pode envolver a realização de observações e de entrevistas qualitativas informais durante o estudo, por exemplo, para criar um “comentário social” sobre a intervenção, à semelhança dos métodos descritos em relação à investigação formativa e às avaliações de resultado. Em alternativa, ou em acréscimo, os assistentes de campo e formadores podem manter um conjunto de documentos reflexivos com vista a contribuir para a compreensão qualitativa do processo da intervenção.

A Caixa 5 *infra* inclui um exemplo de um método utilizado para documentar as influências contextuais externas sobre a execução e os resultados de uma intervenção do ACT Consortium. Para consultar um exemplo de um

protocolo de avaliação de um projecto do ACT Consortium que conjuga conceitos de avaliação de processo e de resultados, confira o protocolo referente ao estudo PROCESS (Chandler, Diliberto *et al.* 2013); ou visite www.actconsortium.org/PROCESS.

Caixa 5. Exemplo de uma ferramenta de sensibilização e documentação sobre o contexto desenvolvida para avaliações de processo

Observações e comentários a registar pelos assistentes de			
CONTEXTO QUE AFECTE O RESULTADO (i.e., factores externos que alterem as interpretações pelos funcionários dos serviços de saúde dos resultados do RDT: positivos ou negativos)	DATA 1	DATA 2	DATA 3
Outras intervenções / investigações envolvendo a malária			
Outros programas de formação para pessoal de infraestruturas de saúde			
Outras ferramentas de diagnóstico disponíveis			
Apoio à gestão (ou não) para os trabalhos de investigação			
Intervenções comunitárias sobre a malária, procura de tratamento ou capacitação antes do ensaio ou durante o mesmo			
Nível de supervisão do distrito e envolvimento do supervisor no ensaio			
Mensagens de ONG ou do Governo na rádio, TV ou jornais			

1.6.3 Utilização dos resultados da avaliação de processo

A análise dos dados da avaliação de processo dependerá do tipo de dados recolhidos; poderão ser aplicáveis vários dos métodos de análise de dados qualitativos descritos no CAPÍTULO 5 do presente documento.

A análise periódica dos resultados da avaliação de processo durante a intervenção pode permitir a obtenção de *feedback* de forma continuada, com vista a melhorar a intervenção. Uma vez concluída a intervenção, as informações sobre cada componente da avaliação de processo podem ser coligidas para oferecer uma descrição detalhada do processo de intervenção. Estas informações devem ser relatadas sob as epígrafes acima referidas de *fidelidade*, *dose entregue*, *dose recebida*, *alcance*, *recrutamento* e *contexto*, permitindo compreender quais os componentes da intervenção que foram mais fáceis ou mais difíceis de executar e proporcionando informações sobre a execução e a participação de indivíduos ou grupos da audiência-alvo. Para além da sua inclusão num relatório autónomo, os dados da avaliação de processo podem ser integrados na análise de dados realizada durante a avaliação dos resultados. Em termos quantitativos, pode ser aplicada uma medida da dose entregue/recebida por cada participante como variável explicativa em análises de resultados. Em termos qualitativos, os resultados da avaliação de processo podem fornecer dados para o desenho das perguntas e para a interpretação de resultados durante a avaliação de resultados.

Existem alguns artigos úteis que descrevem as avaliações de processo (Power, Langhaug *et al.* 2004, Saunders, Evans *et al.* 2005, Berkowitz, Huhman *et al.* 2008), além disso, serão publicados exemplos de trabalhos do ACT Consortium no website do ACT Consortium à medida que os mesmos forem ficando disponíveis (www.actconsortium.org/publications).

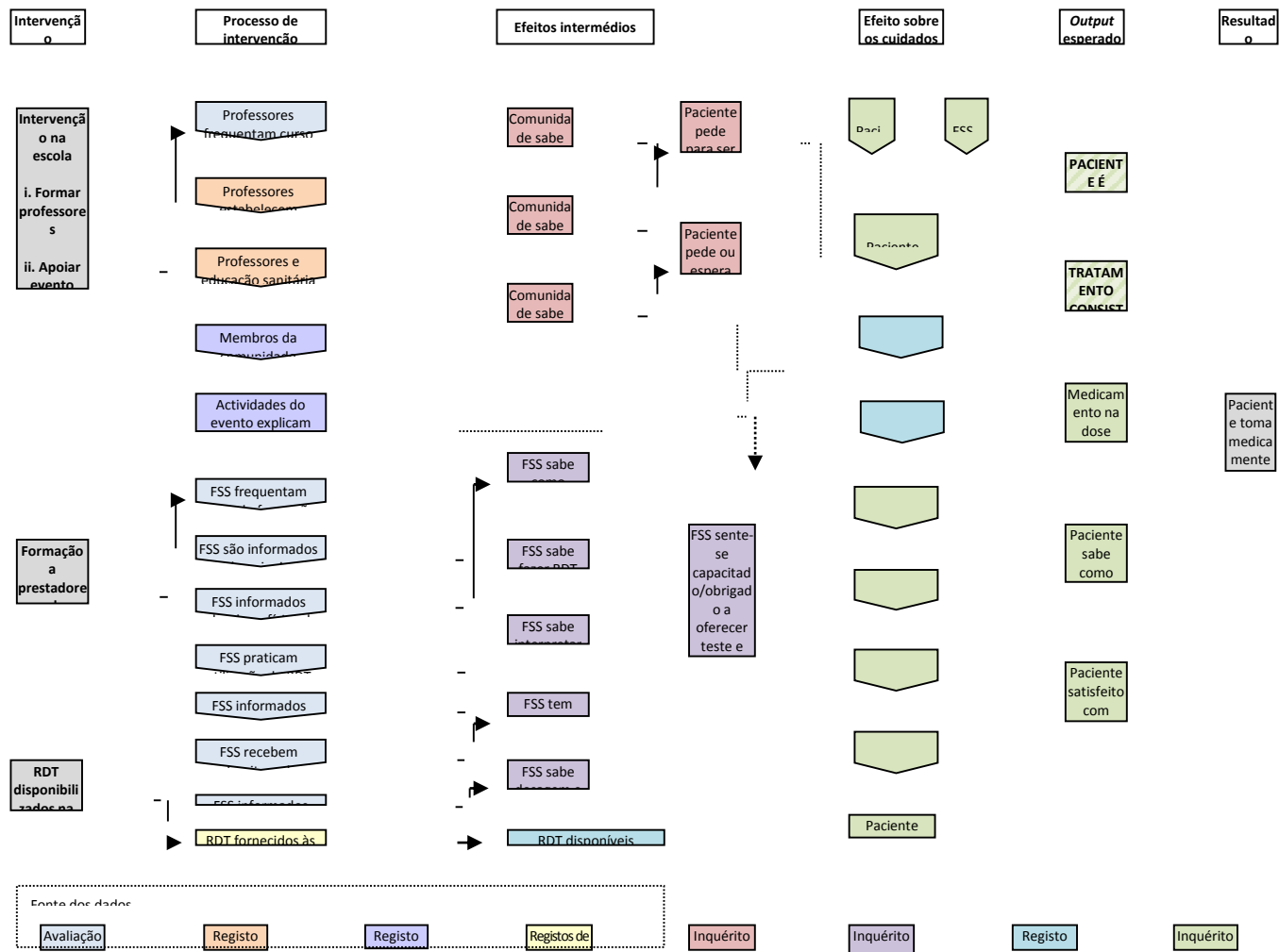
1.7 Avaliação de resultados

Os métodos qualitativos podem ser utilizados em avaliações dos resultados para sustentar as explicações sobre como e por que motivos uma intervenção teve sucesso (ou não) (Pawson e Tilley 1997), e bem assim para apreender e entender as consequências não intencionais (Kleinman 2010). Recorrendo ao modelo lógico da intervenção para orientar investigações, podem ser utilizados métodos qualitativos para avaliar os resultados qualitativos da intervenção, tais como as alterações nas percepções e nos comportamentos das audiências-alvo, para compreender de que forma a intervenção foi entendida pelos seus destinatários e qual o significado que foi atribuído aos seus processos, pessoas e poderes, e para comparar tudo isto com o seu mecanismo de efeito pretendido. Fora do modelo lógico, é importante procurar, de forma objectiva, apreender as mudanças não intencionais, os mecanismos não intencionais que conduziram a resultados pretendidos e a resistência à mudança. Os métodos normalmente empregues nas avaliações qualitativas incluem os seguintes: (1) comparação entre grupos e pontos temporais quanto à natureza das respostas/discussões sobre os comportamentos/resultados cuja alteração devido à intervenção seja suposta, (2) pedir aos participantes para reflectirem sobre as suas experiências e interpretações da intervenção, e (3) uma descrição do contexto da perspectiva de vários intervenientes, próximos ou afastados das actividades da intervenção.

1.7.1 Componentes e lógica da avaliação de resultados

À semelhança do que sucede com a avaliação de processo, é importante recorrer a um modelo lógico para contribuir para o desenho da avaliação de resultados. Os “mecanismos de efeito”, assumidos ou previstos, dos diversos componentes de uma intervenção sobre os grupos-alvo e sobre os comportamentos podem ser explicitados durante o desenho da intervenção, ou podem ser elaborados retroactivamente através de entrevistas ao pessoal da intervenção. Tanto as avaliações qualitativas como as avaliações quantitativas podem ser orientadas por este modelo, o qual pode ser revisto à luz dos resultados da avaliação. A Figura 1 contém um exemplo de um modelo lógico utilizado na avaliação de resultados de trabalho realizado pelo ACT Consortium.

Figura 1. Exemplo de um modelo lógico de intervenção desenvolvido para orientar a avaliação de resultados



Fonte: Projecto REACT do ACT Consortium, Nigéria. Ver também (Wiseman, Ogochukwu et al. 2012) e www.actconsortium.org/REACTNigeria

É provável que os mecanismos de efeito descritos no modelo lógico incluam um ou mais pontos ou resultados intermédios numa “via causal” para um resultado primário da intervenção. Estes resultados intermédios podem ser, por exemplo, percepções qualitativas que são visadas por um componente da intervenção que necessitam de ser abordadas em primeiro lugar para alterar os comportamentos-alvo (medidos como resultados primários). Podem ser utilizados métodos qualitativos para explorar as diferenças nestes resultados intermédios e primários entre pontos temporais anteriores e posteriores, ou entre grupos de intervenção e de controlo, permitindo aos investigadores avaliar a plausibilidade da causalidade nos mecanismos de intervenção assumidos sobre os resultados primários.

É provável que a interpretação dos componentes individuais da intervenção, e o significado atribuído às actividades de intervenção (e avaliação), possam afectar os mecanismos pretendidos e, potencialmente, o seu efeito sobre os comportamentos-alvo. A perspectiva dos intervenientes, entendidos como “destinatários” da intervenção, sobre as actividades de intervenção (e avaliação) pode não coincidir com a perspectiva dos implementadores ou dos investigadores. O desenho dos métodos de avaliação deve permitir a reinterpretção, pelos investigadores, do que a intervenção é ou *passa a ser* na prática para os diversos intervenientes. Em contextos diferentes entre si, como por exemplo em centros de saúde diferentes, a intervenção visada e os seus componentes podem ser adoptados indiscriminadamente, aproveitados noutros enquadramentos ou práticas existentes, tolerados mas não observados, objecto de resistência activa ou simplesmente extintos. A análise das experiências dos elementos envolvidos na intervenção pode trazer à luz algumas destas possibilidades, e fornecer informações importantes sobre as consequências. Por conseguinte, a compreensão destes aspectos permite estabelecer um ponto de vista mais *interpretativista*, não constituindo uma mera tentativa de avaliar a causalidade.

As abordagens de avaliação realista gozam hoje em dia de popularidade, embora existam poucos exemplos práticos, na compreensão de intervenções complexas no domínio da saúde (Marchal, van Belle *et al.* 2012). Aqui, os investigadores não só comparam os mecanismos de intervenção visados e efectivos como também avaliam os tipos de pessoas que beneficiam das intervenções, reconhecendo que a execução e o mecanismo de uma intervenção podem divergir consoante os indivíduos ou os contextos envolvidos. Pawson e Tilley defendem que a avaliação realista é essencial para a formulação de políticas, uma vez que não se limita a perguntar “este programa funciona?”, colocando antes a questão “o que funciona para quem, em que circunstâncias e em que aspectos, e como?”. (Pawson e Tilley 1997, Pawson e Tilley 2004). Por conseguinte, a avaliação de resultados conforme foi descrita anteriormente pode ser alargada, de modo a observar quais os mecanismos que funcionam, e como funcionam, em diferentes contextos e com diferentes indivíduos. Nas avaliações dos mecanismos de intervenção do ACT Consortium, fomos inspirados pela premissa da avaliação realista (Pawson 2003), mas não seguimos a metodologia à risca, tendo optado por analisar as intervenções de uma perspectiva interpretativista e relacional (Koivisto 2007, Sobo 2009). Um exemplo disto é o estudo PROCESS, realizado em conjunto com o estudo PRIME no âmbito dos projectos desenvolvidos pelo ACT Consortium no Uganda www.actconsortium.org/PRIME e www.actconsortium.org/PROCESS. Podem ser obtidas mais informações no protocolo publicado, incluindo uma tentativa de compreensão do modo como a intervenção foi aceite (Chandler, Diliberto *et al.* 2013). Podem ser consultadas outras abordagens à avaliação com métodos qualitativos em White e Phillips 2012 ou em <http://www.3ieimpact.org/en/evaluation/resources/> (White e Phillips 2012).

1.7.2 Métodos de avaliação de resultados

Para recolher informações qualitativas sobre os resultados intermédios ou primários e sobre a aceitabilidade e o contexto numa avaliação de resultados, podem ser utilizados diversos métodos normalizados de recolha de dados qualitativos (Tabela 3).

Tabela 3. Detalhes dos métodos de recolha de dados por objectivos da avaliação de resultados

Objectivo da avaliação	Tipo de informação	Quando/quem	Métodos de recolha de dados
Compreender os resultados intermédios e/ou primários	Dados sobre os comportamentos-alvo ou variáveis que sejam encaradas como proximais aos comportamentos-alvo. Estes podem incluir percepções, atitudes, conhecimentos e práticas do grupo-alvo.	A recolha de dados tem normalmente lugar antes e após uma intervenção, ou em grupos de controlo e intervenção para fins comparativos.	Questionários (semi)estruturados Observações estruturadas Entrevistas aprofundadas Discussões de grupo de foco
Compreender como a intervenção é interpretada	Dados sobre as experiências dos participantes e interpretação da intervenção e das suas consequências; também podem ser recolhidas perspectivas de indivíduos não visados mas afectados pela intervenção.	A recolha de dados pode ocorrer durante ou “no final” de uma intervenção.	Questionários (semi)estruturados Entrevistas aprofundadas Discussões de grupo de foco Observações:
Compreender de que forma o contexto afecta os resultados medidos	Dados sobre o contexto onde a intervenção tem lugar. Isto inclui o contexto físico, social, político e económico de cada local da intervenção, abrangendo estruturas e actividades de curto e longo prazo (por exemplo, uma descrição dos programas de ONG em curso numa determinada zona).	Estes dados podem ser recolhidos durante a intervenção (por exemplo, para fins de avaliação de processo) antes ou após e em todos os braços do estudo.	Análise de documentos Registo do contexto Entrevistas com informadores-chave Observações

Os dados podem ser recolhidos para cada componente da avaliação utilizando métodos separados, ou os métodos podem conjugar perguntas destinadas aos diferentes componentes da avaliação em conjunto. Por exemplo, as entrevistas aprofundadas podem fornecer dados sobre percepções e práticas que podem ser objecto de comparação com base em diferentes pontos temporais ou grupos, bem como dados sobre as experiências dos participantes durante a intervenção. Estas entrevistas podem igualmente contribuir para compreender o contexto dos grupos de intervenção e controlo. A Caixa 6 contém um exemplo de um guia de tópicos para entrevistas aprofundadas, desenvolvido para avaliar alterações nas percepções no âmbito de um projecto do ACT Consortium. As ferramentas de apoio a esta investigação estão incluídas nos Materiais Complementares, no documento: **“Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium”**.

Caixa 6. Exemplo de guia de tópicos para compreender os resultados e os processos de mudança para os funcionários dos serviços de saúde visados por uma intervenção do ACT Consortium que incluiu formação e supervisão sobre RDT (ver também www.actconsortium.org/PROCESS)

Tópico	Exemplos de perguntas
1. A sua função no trabalho	Hoje em dia, em que consiste o seu dia normal no centro de saúde? Qual é para si o aspecto mais importante do trabalho que faz? Como se sente neste momento em relação a este trabalho? De que forma é que isto se alterou ao longo do tempo?
2. Alterações significativas para si	Olhando para o último ano, qual foi, no seu entender, a alteração mais significativa na forma como geriu as doenças no seu centro de saúde? Por que motivo considera esta alteração significativa? Que diferença é que esta alteração faz ou irá fazer no futuro?
3. Reflexão sobre a intervenção	<p>O projecto ACT Consortium tem, desde Abril de 2011, vindo a realizar algumas actividades na sua infraestrutura de saúde e noutras infraestruturas de saúde desta área. Esteve envolvido nalguma destas actividades, ou foi afectado por alguma delas? <i>Sonde todos os aspectos da intervenção de que o entrevistado se possa lembrar e aquilo de que o entrevistado se recorda relativamente a cada um deles (pode ser diferente da forma como enquadrámos a intervenção, mas queremos ouvir a descrição sobre o que a intervenção significou para eles)</i></p> <p>Que impacto é que o seu envolvimento neste projecto produziu sobre si? <i>Procure obter relatos sobre as consequências da participação na intervenção/avaliação – interações com os implementadores/outras pessoas, recursos, práticas, impactos sobre o trabalho diário e aspectos políticos</i></p>
4. Reflexões sobre a formação	<p>Que formação recebeu no âmbito do projecto ACT Consortium desde Abril do último ano? <i>Procure obter uma lista de todos os componentes de que os entrevistados se recordarem, nas suas próprias palavras.</i></p> <p>De que forma é que a formação do ACT Consortium em que participou tem afectado o seu trabalho? <i>Procure obter relatos das consequências da formação.</i></p> <p>Apendeu algo durante a formação que não tenha feito sentido após ter regressado ao seu trabalho diário? <i>Procure obter relatos.</i></p> <p>Frequentou outros cursos de formação ou recebeu materiais ou ferramentas de outras organizações para o ajudar a realizar o seu trabalho? <i>Em caso afirmativo, enuncie-os, e diga-nos quais foram os aspectos mais úteis de cada um desses cursos, materiais ou ferramentas.</i></p>
5. Alterações na gestão de casos de febre	<p>Pode contar-me as suas experiências com as pessoas do programa de RDT que o visitaram desde o último ano? <i>Procure saber em que consistiram as interações com a equipa da intervenção e o que foi importante para os entrevistados.</i></p> <p>Pode dizer-me o que estas visitas tiveram de mais importante para si? <i>Procure obter informações sobre as consequências: sobre as práticas de diagnóstico da malária e sobre tudo o que pareça não estar relacionado mas que seja importante para o inquirido</i></p> <p>Que utilidade teve este programa para si e para os seus colegas do centro de saúde? <i>Que impacto teve o programa sobre o centro de saúde como um todo</i></p> <p>O seu envolvimento neste programa teve algum impacto sobre a relação que mantém com os seus pacientes no seu centro de saúde?</p> <p>O programa fez algumas recomendações que tenha achado difíceis de pôr em prática? <i>Sonde eventuais dificuldades com os mecanismos de realização dos diferentes tipos de testes disponíveis (pf/pan por comparação com bioline, incluindo “loop” por comparação com “dropper”); de que forma é que estes diferentes métodos afectaram a sua utilização dos testes (frequência/inclinação)</i></p> <p>Pode fazer recomendações sobre os melhoramentos que poderiam ser introduzidos no programa de RDT?</p>

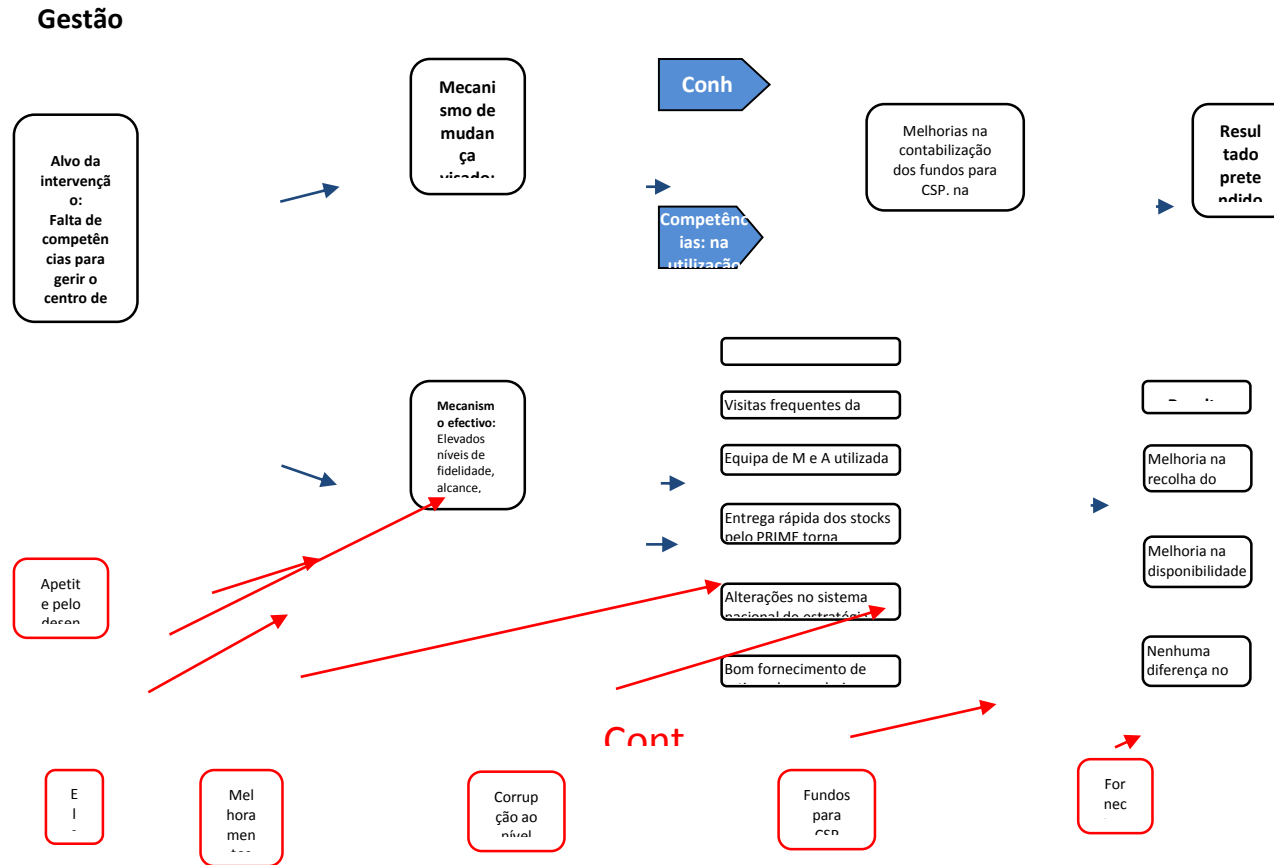
Os guias de tópicos para as avaliações de resultados podem assemelhar-se aos guias de tópicos para as investigações formativas – especialmente se a investigação formativa for utilizada para constituir uma “base de referência” para a realização de comparações em estudos do tipo “antes e depois”. Contudo, no que se refere à avaliação, a investigação qualitativa é especialmente útil para compreender o processo de mudança num dado contexto, pelo que as perguntas que se centrem no que sucedeu e nos intervenientes, agendas e materiais envolvidos, e na forma como os mesmos foram envolvidos, serão mais informativas para a interpretação dos efeitos da intervenção. Foi aplicado o princípio da “alteração mais significativa” em vários estudos do ACT Consortium, o que permite que uma pergunta aberta seja definida pelo inquirido tendo por referência as alterações em geral. Isto permite ao investigador ficar com uma ideia sobre os aspectos que foram importantes para os inquiridos, em vez de tomar a intervenção do projecto como ponto de partida. Isto pode permitir entender que outras alterações ocorreram no contexto mais vasto da intervenção, para além de ficar com uma ideia do peso da intervenção em questão. É claro que é possível que os inquiridos entendam ser vantajoso dar respostas particularmente positivas sobre a intervenção se os entrevistadores não tiverem o cuidado de salientar que apesar de estarem envolvidos naquele projecto em particular estão interessados em todas e quaisquer alterações significativas.

1.7.3 Utilização dos resultados da avaliação de resultados

Em princípio, os métodos de avaliação aqui descritos ajudam a interpretar os resultados globais do estudo, proporcionando medidas dos resultados que permitem avaliar o impacto da intervenção sobre as percepções ou comportamentos intermédios ou alternativos e apresentando explicações para o sucesso ou insucesso da intervenção. Isto permitirá avaliar a eficácia dos componentes individuais da intervenção em relação à mudança de comportamentos visada, identificar as possíveis consequências inesperadas da intervenção e interpretar o contexto em que a intervenção (ou os seus componentes) pode ser mais eficaz. A síntese dos resultados da avaliação, comparando os efeitos assumidos e efectivos da intervenção, pode ser igualmente representada por um modelo lógico revisto da intervenção, conforme ilustra a Figura 2. Seguindo esta abordagem global, as avaliações de resultados deverão proporcionar aos responsáveis políticos indícios sobre as intervenções que devem ser implementadas, e bem assim sobre o local e a forma dessa implementação, com vista a alcançar determinadas metas de alteração de comportamentos a uma escala mais vasta.

Há vários exemplos de estudos que utilizaram e descreveram os seus métodos de avaliação qualitativa dos resultados (Eccles, McColl *et al.* 2002, Nazareth, Freemantle *et al.* 2002, Winch, Gilroy *et al.* 2008), encontrando-se disponíveis outros exemplos, provenientes do trabalho do ACT Consortium, no website do ACT Consortium (www.actconsortium.org/projects).

Figura 2. Exemplo de um modelo lógico representando o mecanismo de efeito visado e efectivo de um componente de uma intervenção (gestão de um centro de saúde) realizada no âmbito de um projecto do ACT Consortium



Abreviaturas: GCS: direcção do centro de saúde, M e A; monitorização e avaliação, CN: cuidados normais, ICS: intervenção no centro de saúde, CSP: cuidados de saúde primários, SIGS: sistema de informação e gestão da saúde. Fonte: estudo PRIME, Uganda (www.actconsortium.org/PRIME)

CAPÍTULO 2 Métodos de Trabalho de Campo Qualitativos

No CAPÍTULO 1 resumimos as principais funções dos métodos qualitativos no domínio da investigação de intervenção, abordando algumas questões relativas aos diferentes desenhos de investigação e dando sugestões sobre possíveis métodos de investigação. Este capítulo descreve *como* estes métodos-chave podem ser utilizados. As formas como as pessoas recolhem e analisam dados qualitativos são muito variadas. Neste capítulo descrevemos algumas opções, sendo que a enumeração não é exaustiva e, por conseguinte, deve ser considerada como um mero guia. Para quem trabalhe num consórcio, a comparabilidade dos métodos entre projectos é conveniente, mas a escolha dos métodos e da sua forma de implementação dependerá, como é natural, dos objectivos de investigação, capacidades e interesses de cada uma das equipas de investigação.

Neste capítulo são descritos três métodos principais de investigação qualitativa: entrevistas aprofundadas, discussões de grupo de foco e observações directas. Em relação a cada método são abordados os seguintes tópicos: amostragem de participantes, desenvolvimento das ferramentas de trabalho de campo (recolha de dados), ensaios-piloto das ferramentas, preparação para a recolha de dados, recolha de dados, gestão de dados e análise de dados. Estas secções são seguidas por um debate aprofundado sobre as técnicas de transcrição e tradução a empregar nos dados das entrevistas e discussões. O capítulo termina com uma breve secção que aborda a importância de reflectir sobre um plano de análise na fase de desenho do projecto; o CAPÍTULO 5 aborda mais aprofundadamente a análise de dados qualitativos. A formação dos assistentes de campo sobre métodos de trabalho de campo é abordada no CAPÍTULO 3.

Resumo do capítulo

Secção	Página
2.1 Entrevistas aprofundadas	34
2.2 Discussões de grupo de foco	42
2.3 Observações directas	50
2.4 Transcrição e tradução	56
2.5 Abordagem analítica	62

2.1 Entrevistas aprofundadas

As entrevistas aprofundadas ou não estruturadas são frequentemente utilizadas em investigação qualitativa, para permitir aos investigadores compreender tópicos da investigação do ponto de vista dos inquiridos. As entrevistas aprofundadas são concebidas para serem abertas e terem uma estrutura flexível, de modo a permitir aos inquiridos debater os seus pontos de vista utilizando a sua própria linguagem. Os investigadores qualitativos encaram a própria construção da linguagem como uma oportunidade para aceder ao significado, em reconhecimento da ideia de que o conhecimento do mundo social é, pelo menos parcialmente, construído por aqueles que nele vivem, segundo uma abordagem epistemológica interpretativa.

Há duas metáforas sobre as entrevistas que são úteis para ilustrar o debate das ciências sociais sobre a construção do conhecimento e, por conseguinte, sobre a forma como um investigador se deve comportar numa entrevista: como um “mineiro” ou como um “viajante” (Legard, Keegan *et al.* 2003). Na metáfora relativa ao mineiro, o conhecimento é encarado como “um dado adquirido”, algo que é um fenómeno pré-existente que, à semelhança dos metais existentes no subsolo, pode ser desenterrado, extraído e descontaminado. Através da entrevista, o investigador desenterra pepitas de informação a partir das experiências do sujeito da investigação, não contaminadas por perguntas norteadoras ou por dados alheios referidos pelo entrevistado. Em termos gerais, esta é a percepção *positivista* do conhecimento, sendo a abordagem normalmente adoptada em entrevistas estruturadas, em questionários ou inquéritos, em que é importante recolher o mesmo tipo de informação de todos os inquiridos, de uma forma sistemática. Na metáfora do viajante, o investigador é um viajante que é guiado numa viagem pelo sujeito da investigação, através de histórias. O investigador tem de interpretar o sentido da história conforme a mesma é contada nas próprias palavras do sujeito da investigação, segundo a percepção *interpretativista* do conhecimento. Esta é a abordagem normalmente adoptada em entrevistas aprofundadas, em que o tipo de informação mais importante a recolher na entrevista pode não ser conhecido à partida. É também a abordagem mais comumente adoptada em projectos do ACT Consortium. Se, através de uma conversa, o entrevistador também conduzir o entrevistado a revelar novas informações importantes, o conhecimento de ambas as pessoas pode ser transformado durante a viagem, sendo o produto final da entrevista reconhecido como tendo sido co-construído por cada um dos intervenientes (Mattingly 1998). Esta vertente da metáfora representa a percepção *construtivista* do conhecimento, normalmente adoptada na investigação participativa ou na “investigação-ação” (Walker e Dewar 2000).

As entrevistas estruturadas visam recolher, de forma sistemática, informações predefinidas junto de cada inquirido. Nas entrevistas aprofundadas, o investigador define a lista de tópicos a cobrir, mas proporciona ao entrevistado tempo suficiente para desenvolver o seu próprio relato das questões que lhe são importantes e para associar os seus relatos a outros tópicos que o investigador possa não ter tido em consideração durante a concepção do guia de tópicos, uma vez que não passou pelas mesmas experiências que os entrevistados. O investigador pode então acompanhar os novos tópicos que surgirem. São as respostas do entrevistado que determinam o tipo de informação recolhida sobre os tópicos e a importância relativa de cada tipo de informação abordado (Green e Thorogood 2004).

Atendendo à natureza não estruturada das entrevistas aprofundadas, as capacidades do investigador para moderar entrevistas e relações são muito importantes para a obtenção de dados de elevada qualidade. Por conseguinte, a formação dos entrevistadores reveste-se da maior importância (ver Secção 3.2), assim como os conhecimentos aprofundados sobre o contexto (por exemplo, através da imersão etnográfica), de modo a permitir interpretar os dados tão exaustivamente quanto possível (Sobo 2009).

As informações obtidas em entrevistas aprofundadas sobre as percepções e prioridades dos inquiridos em relação aos tópicos da investigação podem ser aproveitadas para o desenho da intervenção ou nas interpretações de avaliação.

2.1.1 Amostragem

As entrevistas aprofundadas com diferentes grupos de inquiridos e para diversos fins foram sugeridas no CAPÍTULO 1 deste documento de orientação. Os inquiridos podem ser *informadores-chave* (pessoas que possuem conhecimentos especializados sobre o grupo, tópico ou comportamento em questão (por ex., líderes da comunidade) e que podem prestar informações importantes sobre a natureza dos problemas e recomendar soluções); *entidades influentes* (titulares de cargos decisórios (por ex., funcionários dos serviços de saúde distritais) que podem fornecer informações sobre as estruturas existentes e sobre as possibilidades de mudança); ou o grupo-alvo ou beneficiários de uma intervenção (por ex., membros da comunidade ou prestadores de cuidados de saúde, que podem relatar as suas percepções e experiências).

CrITÉRIOS de inclusão e exclusão. A escolha dos inquiridos depende do objectivo da investigação. No caso de entrevistas com informadores-chave e entidades influentes, é importante incluir pessoas com um vasto leque de antecedentes, de modo a evitar o enviesamento dos resultados, permitir a análise a partir de perspectivas diversificadas e revelar questões ou problemas subjacentes. No caso das entrevistas de grupos-alvo, a selecção pode ser mais restrita, dependendo da fase da investigação. Na investigação formativa pode ser necessário realizar entrevistas com vários tipos de indivíduos, de modo a refinar conceptualmente o foco da intervenção. As investigações de processos ou resultados incluem normalmente apenas os participantes visados (ou que se preveja serem afectados) pela intervenção. O primeiro passo na selecção dos participantes consiste em identificar os critérios de inclusão e exclusão.

Identificação de subgrupos. Os participantes em entrevistas aprofundadas são frequentemente escolhidos por *amostragem dirigida ou regida por critérios*. Neste tipo de amostragem, são identificados subgrupos específicos para a realização de entrevistas de acordo com o objectivo da investigação. Por exemplo, se os investigadores querem investigar a forma como melhorar os *stocks* e as vendas de um determinado medicamento pelos retalhistas, a amostra de participantes escolhidos para as entrevistas aprofundadas pode incluir os prestadores de cuidados de saúde que mantenham *stocks* do medicamento e os prestadores de cuidados de saúde que não o façam, para além de retalhistas privados e públicos.

Dimensão da amostra. Em regra, são realizadas 3 a 4 entrevistas aprofundadas por subgrupo, de modo a procurar obter o consenso nas respostas aos tópicos no âmbito dos subgrupos e conseguir identificar as diferenças entre os subgrupos. Se não for obtido um consenso (saturação), poderão ser seleccionados mais participantes. Porém, é sempre possível que surjam diferenças entre os indivíduos, podendo o investigador constatar a existência de consenso entre subgrupos que não haviam sido previamente definidos (por ex., pode existir um maior consenso entre retalhistas do sexo feminino e entre retalhistas do sexo masculino do que entre retalhistas do mesmo tipo). Os subgrupos são escolhidos de modo a representar grupos de interesse, procurando assegurar-se a generabilidade através da *saturação temática* e não através de resultados quantitativos.

Identificação dos participantes. Uma vez identificados os subgrupos, procede-se à identificação dos participantes representativos de cada subgrupo. Isto pode ser feito de várias formas: a amostragem aleatória, a amostragem de conveniência e a amostragem do tipo “bola de neve” são três dos métodos mais utilizados.

A amostragem aleatória pode ser utilizada quando o investigador pretende obter uma amostra de ideias e opiniões de um grupo em particular. A amostragem aleatória visa reduzir a possibilidade de enviesamento nas respostas ou opiniões, pelo que reflecte uma abordagem mais *positivista* à recolha de dados. O quadro de amostragem pode ser construído a partir do número total de participantes elegíveis (por ex., nomes das mães que trouxeram os filhos com febre a uma infraestrutura de saúde nas últimas 2 semanas). A amostra aleatória pode ser estratificada para incluir os grupos de subamostra já identificados.

A amostragem de conveniência é por vezes utilizada quando não é possível obter uma amostra aleatória ou, mais frequentemente, quando a perspectiva da investigação consiste em obter os dados através das interacções entre os participantes e os investigadores, em vez de conceber os dados como algo que está pronto para ser “colhido” junto dos participantes. Aqui, coloca-se a ênfase não na obtenção de um

conjunto objectivo de opiniões imparciais mas sim no processo de extracção e interpretação de significado junto de indivíduos com os quais o investigador trava conhecimento nos locais e espaços que frequenta durante a sua investigação. Na amostragem por conveniência, o investigador pode, ainda assim, predefinir grupos de interesse e procurar indivíduos que partilhem estas características, mas não considera que a escolha não aleatória dos indivíduos retire validade às informações obtidas. Frequentemente, na amostragem por conveniência são identificados informadores-chave particularmente eloquentes, que consigam prestar informações importantes (a partir das suas perspectivas) e mais ricas do que aquelas prestadas por pessoas escolhidas para participar de forma aleatória.

A amostragem do tipo “bola de neve” é empregue nas situações em que não é fácil identificar um número suficientemente grande de potenciais participantes com conhecimentos ou experiência sobre determinado tópico (por ex., funcionários públicos reformados com experiência de participação em determinado programa, tal como um plano anterior para o controlo da malária), ou quando o tópico de interesse é orientado por resultados que surgem durante o processo de entrevista. Neste caso, é pedido aos indivíduos incluídos no estudo que identifiquem outras pessoas que possa ser útil entrevistar.

É importante definir o método de amostragem nos relatórios e publicações, e bem assim nos protocolos de investigação.

Hora e local. Para além da selecção dos sujeitos da amostra, as respostas podem variar consoante a hora e o local em que os participantes são entrevistados. Por exemplo, as perspectivas sobre o risco da malária podem variar consoante as estações, e podem variar se o participante for entrevistado numa infraestrutura de saúde ou instalação de investigação da malária ou num ambiente neutro. Estes factores têm de ser tidos em conta, devendo ser alcançado um consenso entre os investigadores sobre a hora e o local onde as entrevistas terão lugar, no caso de estes factores serem susceptíveis de influenciar as características da amostra e, por conseguinte, os resultados.

2.1.2 Desenvolvimento de instrumentos de trabalho de campo

As entrevistas aprofundadas são normalmente realizadas com recurso a um guia de tópicos. O guia pode ser impresso num formato predefinido, com muito espaço para notas, ou consistir apenas numa lista (com aspectos a sondar relativamente a cada tópico) que o entrevistador deve seguir. Para além do guia de tópicos, o entrevistador poderá necessitar de uma ficha de introdução, de um formulário de consentimento, de uma ficha informativa para os participantes e de um formulário de resumo de contacto. Poderá ser útil redigir planos para as seguintes actividades, que compõem normalmente uma entrevista.

Introdução. É útil que o entrevistador disponha de uma ficha com uma lista das informações a obter do participante durante a introdução. O objectivo desta ficha consiste em estabelecer a credibilidade como entrevistador e apresentar o objectivo geral do estudo. A ficha deve cobrir:

Os objectivos da entrevista e a duração prevista da mesma

Quem está envolvido no processo (outros participantes)

Por que motivo é importante a cooperação do participante na recolha das informações necessárias

O que irá suceder com as informações recolhidas e de que forma irá o participante ou grupo-alvo beneficiar

Informação e consentimento. Poderá ser solicitado ao participante que dê o seu consentimento por escrito ou verbalmente. Em qualquer um dos casos, devem ser prestadas ao participante informações sobre os objectivos da investigação e sobre as regras aplicáveis em matéria de confidencialidade, devendo ser-lhe entregue uma cópia de uma ficha informativa, se for caso disso.

“Aquecimento”. Algumas perguntas para fazer o participante sentir-se mais à vontade e estabelecer a comunicação. Os investigadores podem optar por incluir perguntas demográficas nesta fase.

Guia de tópicos com indicação de aspectos a sondar. Este guia deve ser desenvolvido com base nos objectivos do estudo de investigação, podendo divergir ligeiramente entre subgrupos, apesar de existir a possibilidade de os tópicos serem suficientemente amplos para as diferentes experiências de grupos diversos serem desenvolvidas pelos inquiridos. Um guia de tópicos inclui normalmente cerca de cinco a dez tópicos ou perguntas-chave (dependendo da experiência e do estilo do entrevistador, os investigadores poderão optar por definir previamente perguntas exactas) concebidos para extrair informações sobre aspectos específicos da questão ou problema. No âmbito de cada tópico ou pergunta, é recomendável indicar perguntas de sondagem, que encorajem os participantes a reflectir mais aprofundadamente sobre o significado das suas respostas e que possam ajudar os inquiridos a pensar sobre a causa ou a raiz do problema sob investigação. Isto pode incluir, por exemplo, a colocação de perguntas aos participantes sobre acontecimentos reais ou sobre “incidentes críticos”, que podem revelar muito sobre as convicções, atitudes e comportamentos. Os investigadores podem igualmente escolher um estilo mais aberto ou conversacional para fazer perguntas aos pacientes sobre acontecimentos reais, solicitando ao inquirido que descreva um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, num estilo narrativo (contar uma história). O recurso a perguntas de sondagem para assegurar um estilo de entrevista mais natural resulta na obtenção de uma quantidade de dados muito superior à que é obtida através de uma abordagem mais estruturada, podendo revelar questões ou problemas que não tenham sido previamente identificados pelos investigadores. Por conseguinte, este tipo de perguntas é útil tanto na fase formativa da investigação como para identificar consequências não intencionais durante a fase de avaliação. A realização de uma série de entrevistas com vários indivíduos pode centrar-se progressivamente em temas emergentes que sejam essenciais, ou explorar conceitos que ainda não tenham atingido a saturação teórica, e é provável que os guias de tópicos sofram alterações durante o processo continuado de análise e trabalho de campo.

Conclusão. No final da entrevista deve ser dada ao participante a oportunidade de prestar informações ou fazer comentários adicionais. Esta pode ser igualmente uma boa oportunidade para pedir ao participante que faça recomendações ou apresente soluções para abordar o problema sob investigação. Seguidamente, o entrevistador pode fazer um breve resumo das principais informações ou histórias recolhidas durante a entrevista e perguntar ao participante se o resumo cobre todos os pontos principais e se ele tem algo mais a acrescentar. Por último, o entrevistador deve agradecer o participante pelo tempo despendido e facultar-lhe informações e contactos para futuras actividades de investigação.

O CAPÍTULO 1 inclui exemplos de guias de tópicos para entrevistas. Está disponível um exemplo mais estruturado de um formulário de recolha de dados para entrevistas aprofundadas, integrando todos os elementos acima referidos, no documento: **“Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium”**, incluído nos Materiais Complementares.

Formulário de resumo de contacto. Para permitir a análise continuada, as notas sobre a entrevista devem ser tomadas imediatamente após a mesma. Se as entrevistas estiverem a ser conduzidas por diversos assistentes de campo poderá ser útil estruturar essas notas utilizando um “formulário de resumo de contacto”, centrando o entrevistador em aspectos específicos que sejam úteis para uma futura análise. O objectivo deste formulário consiste em ajudar os investigadores a compreender o contexto imediato da entrevista, bem como a identificar temas-chave a desenvolver em futuras entrevistas. Os formulários são úteis para partilhar informações em tempo quase real com os outros membros da equipa de investigação, de modo a permitir o debate sobre as questões emergentes entre os vários participantes e decidir sobre novas linhas de investigação. A Caixa 7 inclui um exemplo de um formulário de resumo de contacto. Deve notar-se que o formulário de resumo de contacto (por vezes designado por formulário de balanço) complementa, e não substitui, as **notas de campo**, que devem descrever o contexto da entrevista com maior detalhe (ver também a Secção 2.3).

Caixa 7. Formulário de resumo de contacto para entrevista aprofundada

N.º de id. do participante |__|__|__|__| Sexo Masculino/Feminino Iniciais do Investigador |__|__|__|

Número da infraestrutura de saúde |__|__| Data da discussão de grupo de foco |__|__|/|__|__|/|__|__|

Data de hoje |__|__|/|__|__|/|__|__|

Quais foram as principais questões ou temas que chamaram a sua atenção durante esta entrevista?

Que novas informações adquiriu através desta entrevista por comparação com as entrevistas anteriores?

Que novas questões ou incoerências constatou em resultado desta entrevista?

Houve algo nesta entrevista que tenha chamado a sua atenção por ser pertinente, interessante, revelador ou importante?

Como descreveria a atmosfera da entrevista?

Que outros aspectos desta entrevista considerou serem importantes?

Ocorreram problemas com o guia de tópicos (por ex., redacção, ordem dos tópicos, tópicos em falta) durante esta entrevista?

Adaptado de Miles e Huberman (1994)

2.1.3 Ensaio-piloto

É importante dedicar algum tempo à realização de ensaios-piloto para todos os procedimentos e ferramentas de trabalho de campo. Relativamente às entrevistas aprofundadas, um ensaio-piloto de 2 a 4 entrevistas pode ser suficiente para estabelecer se o quadro de perguntas do guia de tópicos deve ser melhorado ou se devem ser incluídos novos tópicos, apesar de ser muito provável que venham a surgir novos tópicos em entrevistas individuais subsequentes devido à estrutura flexível do método de trabalho de campo. Os ensaios-piloto fazem muitas vezes parte do período de formação dos assistentes de campo, pelo que estes podem contribuir para o processo. Trata-se igualmente de uma oportunidade para os assistentes de campo observarem-se mutuamente, de modo a assegurar a implementação correcta e sistemática dos métodos de entrevista e para planear os aspectos logísticos das entrevistas e as convenções sobre a tomada de notas. Se o guia de tópicos não for substancialmente alterado durante este processo, essas entrevistas poderão ser geralmente equiparadas às entrevistas subsequentes e ser incluídas na análise final. Na fase final do ensaio-piloto deve ser elaborado um procedimento operacional normalizado e abrangente para as entrevistas, com o qual todos os assistentes de campo estejam familiarizados, de modo a permitir a recolha e a gestão de dados de elevada qualidade.

2.1.4 Preparação para o trabalho de campo

A preparação prévia ao trabalho de campo envolve a sensibilização das entidades influentes locais para o projecto de investigação, a realização de convites aos participantes, o planeamento da hora e do local das entrevistas, a organização da entrevista e a organização de um sistema de gestão de dados para registar os dados. O grau de necessidade de cada uma destas etapas depende dos objectivos e da escala da investigação.

O documento “**Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium**”, incluindo nos Materiais Complementares, contém modelos de procedimentos operacionais normalizados (SOP) para abordar e convidar participantes para as entrevistas (SOP 1) e para organizar as entrevistas (SOP 3).

Sensibilização. O processo de sensibilização envolve a prestação de informações às autoridades locais e às pessoas que serão afectadas pela investigação, bem como a obtenção da autorização para realizar o estudo a diversos níveis e numa série de fases. Em cada fase, o processo pode ser encarado como uma oportunidade para consultar as principais entidades influentes, cujos comentários podem ser tidos em conta no protocolo do estudo. Numa fase inicial, a equipa de investigação procura obter a autorização de representantes e organismos locais e nacionais competentes, tais como responsáveis médicos distritais e conselhos de investigação nacionais. Seguidamente, as comunidades ou os prestadores de cuidados de saúde do local para onde estiver prevista a realização da investigação necessitam de ser informados sobre o estudo através de reuniões com os respectivos líderes. Estes líderes podem então informar e articular-se com os potenciais participantes do estudo (membros da comunidade, vendedores de medicamentos, pessoal de infraestruturas de saúde, etc.) antes da realização de acções de sensibilização pelos investigadores imediatamente antes do início das actividades de trabalho de campo.

Para qualquer reunião, poderá ser necessário que os investigadores efectuem uma preparação exaustiva para decidir sobre a melhor forma de comunicar os fins e objectivos do estudo de um modo que seja relevante em termos locais (Smith e Morrow 1996). Os objectivos e os métodos de investigação propostos devem ser descritos e os potenciais participantes devem ser informados sobre o que lhes é pedido e sobre os benefícios que poderão receber, ou sobre os riscos aos quais poderão ficar expostos, durante o estudo. Estas conversas são especialmente importantes na investigação de intervenção, em que os recursos podem ser introduzidos, testados e negados de forma diferenciada, mas são também importantes durante a investigação observacional para esclarecer as expectativas de todas as partes.

Convite. É importante criar empatia com os participantes na investigação, e os convites à participação são uma das formas de o conseguir. Os convites podem ser personalizados e escritos em formato de carta, por exemplo, no caso de um convite dirigido a funcionários dos serviços de saúde de uma infraestrutura em particular. Em alternativa, os participantes podem ser convidados a participar quando visitam um prestador de cuidados de saúde, sendo neste caso útil incluir informações claras sobre a possibilidade de se ser convidado no local de trabalho do prestador de cuidados de saúde em questão. No momento do convite, o participante deve ser informado sobre o tópico geral da investigação e sobre a duração prevista da entrevista (normalmente 30 a 60 minutos).

Planeamento da hora e do local. O momento e o contexto são factores a considerar nas fases de planeamento das entrevistas para fins de investigação. A hora do dia pode afectar a disponibilidade e o nível de envolvimento dos participantes. Por exemplo, as entrevistas no domicílio podem produzir melhores resultados durante o dia, no caso das mulheres, ou durante a noite, no caso dos homens, e as entrevistas a funcionários dos serviços de saúde podem produzir melhores resultados no início ou no final de um turno. A altura do ano também é importante: se a malária for sazonal, as percepções podem alterar-se consoante a estação, e os padrões de comportamento podem variar dependendo da altura do ano se os participantes estiverem envolvidos na agricultura. O local onde são realizadas as entrevistas é importante: os participantes podem sentir-se mais livres, restringidos ou distraídos consoante o contexto, em particular se puderem ser ouvidos por outras pessoas quando falam sobre assuntos sensíveis. As informações provenientes de potenciais participantes durante o processo de sensibilização, juntamente com a ponderação dos objectivos da investigação, podem ajudar a identificar os melhores momentos e locais para a realização das entrevistas. A duração da entrevista deve ser estabelecida durante os ensaios-piloto, mas está sujeita a variações, e o assistente de campo deve reservar tempo suficiente para a sua realização, bem como para realizar uma análise e tomar notas detalhadas (por ex., utilizando um formulário de resumo de contacto) logo a seguir, imediatamente antes das entrevistas ou compromissos seguintes.

Organizar a entrevista. Após os participantes terem acordado em serem entrevistados, a entrevista poderá ter de ser confirmada antes da sua data, por ex., por telefone ou mensagem. Uma vez confirmada a entrevista, ou

se os participantes forem recrutados no próprio local, é necessário preparar o local para a sua realização. Deve ser identificado o local mais adequado para realizar a entrevista, cabendo ao assistente de campo, no dia da entrevista, assegurar que o local está disponível, que existem lugares sentados confortáveis e que o ruído exterior será mantido a níveis mínimos, em particular se for utilizado um gravador. As refeições leves que sejam eventualmente oferecidas ao participante deverão estar preparadas. O assistente de campo deve assegurar que trouxe todo o equipamento e materiais necessários, incluindo o guia de tópicos, o formulário de consentimento, canetas, um bloco de notas, um gravador e pilhas de reserva.

2.1.5 Recolha de dados

O documento “**Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium**”, incluindo nos Materiais Complementares, inclui modelos de procedimentos operacionais normalizados (SOP) para a prestação de informações e a obtenção do consentimento (entrevistas) (SOP 2), para conduzir a entrevista (SOP 4) e para realizar sessões de balanço da equipa (entrevistas) (SOP 5).

Prestação de informações e obtenção do consentimento. As fichas de informação e os formulários de consentimento devem ser preparados antecipadamente, após serem objecto de ensaios-piloto e da aprovação pelas comissões de ética. O assistente de campo deverá ter recebido formação para explicar o que o participante está a autorizar e para pedir e responder a perguntas dos participantes de uma forma aberta. O investigador não deve colocar pressão sobre o inquirido convidado para que este participe (ver secção 3.4 Questões Éticas em Investigação Qualitativa).

Realização da entrevista. No caso das entrevistas aprofundadas, o guia de tópicos pode ser bastante flexível. O assistente de campo deve procurar cobrir todos os tópicos do guia, mas deve também tentar obter informações sobre as experiências individuais dos participantes, o que pode conduzir a desvios em relação ao conteúdo previsto. O assistente de campo deve igualmente avaliar se a conversa resvalou para tópicos irrelevantes para o objectivo da entrevista e, se necessário, orientar o participante novamente no sentido dos tópicos do guia.

Nas entrevistas aprofundadas, é o inquirido quem fala mais, uma vez que o papel que desempenha na entrevista é o de informador ou professor do investigador (Sobo 2009). Enquanto investigadores, queremos essencialmente “deixar os inquiridos falar” sobre tópicos importantes para o estudo, e as perguntas de sondagem ou indicações específicas incluídas nos guias de tópicos para extrair tipos específicos de dados podem ajudar-nos a consegui-lo, conforme já foi referido atrás. Em regra, as perguntas abertas são preferíveis às perguntas fechadas. O investigador deve ser igualmente capaz de seguir as indicações para deixar a conversa fluir, encorajar uma reflexão mais profunda por parte do inquirido e permitir ao investigador compreender, de forma continuada, os dados que estiverem a ser recolhidos. A Caixa 8 inclui alguns destes tipos de indicações conversacionais. Outra técnica que é igualmente importante para os investigadores é a chamada “sondagem silenciosa”, em que o investigador permanece em silêncio enquanto mantém uma expressão facial expectante, esperançosa e sem juízos de valor, ou a “sondagem ecoante” que envolve a repetição da última palavra ou frase que o participante tiver pronunciado com uma inflexão ascendente de modo a funcionar como um pedido de esclarecimento.

Caixa 8. Indicações conversacionais para o trabalho de campo qualitativo

Pedir que lhe seja narrada uma história	“O que aconteceu na última vez que você...?”
Explorar as metáforas	“Estou interessado em que descreva isto da mesma forma que X. Pode dizer-me mais...?”
Pedir esclarecimentos	“O que quer dizer com...?”, “ Pode falar um pouco mais sobre...?”
Procurar obter opiniões	“De que forma?” “O que acha disso?”

	“Acredita nisso?”
Procurar obter a lógica de um argumento	“Quer dizer então que...?” “Podemos presumir que...?”
Procurar obter comparações	“Qual é a relação entre isso e...?” “Outros disseram que...”
Verificar a existência de contradições, situações implausíveis, exageros ou incoerências	“Sim, mas não disse há pouco que...?” “Como é que isso pode ser se...?” “Isso implica necessariamente que...?”
Exprimir incredulidade ou espanto	“Apenas após seis meses?” “A sério?!”
Colocar questões hipotéticas	“Sim, mas e se...?” “Supondo que...?”
Procurar obter informações abrangentes	“Tem mais algum...” “Vocês pensam todos assim?” “Tem mais alguma coisa a dizer sobre isso?”
Resumir ocasionalmente e solicitar a corroboração	“Então quer dizer que..?” “O que está a dizer é que...?” “Podemos partir do princípio de que...?”

Inclui indicações adaptadas de Woods (2006)

O importante é evitar perguntas norteadoras (por exemplo: “acha que a malária é um grande problema aqui?”). Está disponível um excelente guia sobre como fazer boas perguntas e sobre a escuta activa em Haaland *et al* (2006), o qual constituiu a base da formação do ACT Consortium sobre os métodos de trabalho de campo em investigação qualitativa, que pode ser consultada em **“Materiais do ACT Consortium - Formação sobre Investigação Qualitativa”**.

Tomada de notas. Os investigadores devem tomar notas durante as entrevistas e imediatamente após as mesmas. O entrevistador pode optar por imprimir o guia de tópicos (e as indicações) com espaços entre cada uma das perguntas, de modo a escrever manualmente os comentários do participante durante a entrevista, ou pode optar por tomar notas das respostas num livro de notas em separado. O grau de detalhe destas notas varia consoante for ou não utilizado um gravador para fazer a transcrição da entrevista. Caso contrário, na tomada de notas deve, tanto quanto for possível, procurar-se transcrever exactamente (“textualmente”) as frases ditas pelo participante. As notas detalhadas são úteis ainda que seja utilizado um gravador, em particular em caso de falha na gravação. No entanto, a utilidade da tomada de notas detalhadas é prejudicada pelo risco de perturbar o fluxo da conversa. Por conseguinte, o entrevistador deve equilibrar a tomada de notas (de modo simplificado, se possível) com a conversa. Imediatamente após cada entrevista, é importante que o entrevistador reveja as notas que tomou durante a mesma, expandido as suas notas simplificadas e acrescentando comentários ou questões levantadas de natureza importante. O atraso na tomada destas notas pode significar a perda de informações valiosas. As *notas de campo* podem incluir também detalhes sobre o contexto e o ambiente da entrevista, as interações entre o entrevistador e o inquirido e a facilidade ou dificuldade relativa por parte dos inquiridos em relação a determinados tópicos; em alternativa, estas observações podem ser introduzidas num “formulário de resumo de contacto” mais estruturado.

Gravação áudio. Actualmente é habitual fazer o registo áudio das entrevistas, o que permite capturar os detalhes e as nuances da conversa. Isto confere ao entrevistador maior liberdade de interacção com o inquirido, sabendo que pode preencher as lacunas nas suas notas ouvindo a gravação mais tarde. Contudo, os entrevistados nem sempre estão familiarizados com este método. Além disso o equipamento e o conceito de gravação podem ser associados a actividades não investigativas, tais como as gravações de rádio. É importante falar sobre a forma como a gravação irá ser utilizada e esclarecer as dúvidas do entrevistado antes da utilização. Pode ser útil mostrar o dispositivo aos participantes (fazendo um ensaio, se necessário, explicando que o dispositivo está a gravar quando a luz está ligada). É igualmente importante salientar que o inquirido pode optar por não ser gravado, ou solicitar que o dispositivo seja desligado em qualquer momento, e que a sua gravação não será identificada com o seu nome e será mantida em local seguro. É importante que o assistente de campo, para cada entrevista e de forma sistemática, tome nota do nome do ficheiro digital ou da localização na fita magnética, com indicação do identificador único do entrevistado.

2.1.6 Gestão de dados

No início do estudo deve ser estabelecido um protocolo para a gestão dos dados. O protocolo deve definir quem é responsável pela guarda e transcrição das notas e gravações, incluindo as medidas a tomar imediatamente após o regresso das actividades de campo. Por exemplo, se os assistentes de campo permanecerem de um dia para o outro no local, ou regressarem tarde do mesmo, deve ser implementado um protocolo para o armazenamento dos dados. Após a chegada dos dados em papel e em áudio à instituição de investigação, deve proceder-se à transcrição para documentos em formato digital por assistentes de campo ou por uma equipa de introdução de dados com formação cujos membros estejam familiarizados com a terminologia do estudo.

Se for utilizado software de análise de dados qualitativos (tal como o NVivo), pode ser útil guardar cada transcrição da entrevista, juntamente com as respectivas notas de campo e o formulário de resumo de contacto, como um único documento, rotulando-o com o número de identificação do participante antes da importação no software para fins de análise. Se os dados forem digitados de origem utilizando o software Microsoft Word, pode ser considerada a utilização de configurações de Títulos para cada item do guia de tópicos, de modo a facilitar a ulterior integração no software NVivo (passando as configurações dos títulos a ser títulos de “nós” e sendo o texto da entrevista sob o título codificado sob esse nó, o que consiste numa forma útil de iniciar a codificação de um documento). Se existirem dados quantitativos decorrentes de perguntas demográficas e sobre os antecedentes profissionais, os mesmos podem ser introduzidos utilizando pacotes quantitativos *standard* (por ex., Microsoft Access), importados para o software NVivo e ligados por número de identificação de participante ao documento contendo a transcrição e as notas da entrevista desse participante. Consulte a Secção 2.4 para obter mais informações sobre a transcrição.

2.1.7 Análise de dados

Os métodos empregues na análise dos dados qualitativos produzidos a partir de entrevistas aprofundadas são semelhantes aos de outros métodos qualitativos, sendo várias as abordagens analíticas à investigação qualitativa que recorrem às entrevistas como principal método de recolha de dados. Na Secção 2.5 e no CAPÍTULO 5 são descritas algumas das abordagens à análise de dados qualitativos.

2.2 Discussões de grupo de foco

As discussões de grupo de foco (DGF) são úteis para recolher dados sobre experiências, sentimentos, opiniões e reacções que podem não ser revelados em entrevistas individuais mas que podem ser extraídos e observáveis através da participação numa reunião social e mediante a interacção com outras pessoas, debatendo assuntos e trocando pontos de vista. À semelhança do que sucede nas entrevistas aprofundadas,

as discussões de grupo de foco produzem dados sobre as percepções e sobre a forma como o mundo é classificado pelos participantes, apesar de o contexto de grupo permitir extrair uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais que são úteis para determinar pontos de discórdia, normas de grupo e possíveis problemas para o desenho da intervenção. Em termos de metodologia, existem semelhanças com as entrevistas aprofundadas, incluindo quanto às capacidades exigidas para os assistentes de campo, à preparação, à recolha de dados e à análise de dados.

2.2.1 Amostragem

À semelhança do que sucede com as entrevistas aprofundadas, a amostragem das discussões de grupo de foco carece de várias considerações.

Devem ser definidos os **critérios de inclusão e de exclusão** dos participantes para cada objectivo da investigação em particular. Dependendo do objectivo, os critérios de selecção dos potenciais participantes podem ser bastante amplos. Por exemplo, se o objectivo consiste em compreender as percepções sobre as doenças e a malária numa comunidade, podem ser incluídas as mulheres adultas, os homens adultos e os líderes da comunidade.

A **identificação de subgrupos** é necessária para formar grupos de foco adequados que representem o leque de experiências e opiniões de uma população sob estudo mais vasta. A composição dos grupos de foco deve ser devidamente ponderada no que se refere às diferenças entre grupos sociais nas experiências ou nos comportamentos de interesse para o estudo, bem como às relações de poder e às sensibilidades que possam estar envolvidas no debate de determinados tópicos de investigação de uma forma semi-pública. A unidade de análise nas discussões de grupo de foco é o grupo, e não os indivíduos que o compõem, pelo que os subgrupos devem reflectir as diferenças esperadas no que diz respeito ao tópico de interesse. Se já forem conhecidas ou esperadas diferenças nas percepções, experiências ou opiniões entre determinados subgrupos da população do estudo, por exemplo entre os indivíduos que, com maior frequência, procuram obter cuidados junto de prestadores de cuidados de saúde públicos e aqueles que o fazem junto de prestadores de cuidados de saúde privados, ou entre os indivíduos que têm acesso a mais recursos e aqueles que têm acesso a menos recursos, devem ser realizadas discussões de grupo de foco separadas para cada subgrupo, de modo a permitir que aqueles que tenham quadros de referência mais semelhantes os destaquem de uma forma que permita a comparação com outros subgrupos. Para além da selecção de subgrupos com base na representatividade, na composição dos grupos deve ter-se igualmente em conta o potencial sucesso do debate entre os membros de cada subgrupo. Num debate bem-sucedido, os participantes expõem abertamente as suas opiniões e conseguem debater as suas ideias. Por conseguinte, os membros do grupo devem ser pessoas que se sintam à vontade para discutir o tópico entre elas. As diferenças de poder pronunciadas dentro de um grupo de foco dificultam a inclusão de todos os participantes no debate. Por conseguinte, os subgrupos devem incluir indivíduos que possuam características semelhantes (por exemplo, em termos de género ou antecedentes profissionais) e podem inclusivamente ser compostos por um grupo social pré-existente cujos membros já se conhecem.

O **tamanho da amostra** das discussões de grupo de foco é orientado pelo número de grupos e não pelo número total de participantes, uma vez que a unidade da análise é o grupo. Relativamente a cada grupo, o número de participantes de cada discussão de grupo de foco é normalmente de seis a doze. O número de grupos de foco depende do âmbito da investigação e do número de subgrupos identificados: se as discussões de grupo de foco contarem com a participação de mulheres adultas, homens adultos e líderes comunitários e estiver previsto que esses grupos produzam dados diferentes, serão necessários grupos de foco suficientes para responder à questão de investigação em relação a cada subgrupo. O número exacto de discussões de grupo de foco necessárias para cada subgrupo depende da variação nos dados recolhidos entre cada discussão de grupo de foco, sendo que 2 a 3 por subgrupo são normalmente suficientes. As discussões de grupo de foco podem produzir registos longos, que podem demorar muito tempo a transcrever, traduzir e analisar. Isto deve ser tido em conta aquando da decisão sobre o número de discussões a realizar. Como sempre, a qualidade das discussões é mais importante do que a quantidade.

Normalmente, a **estratégia de amostragem** escolhida para as discussões de grupo de foco é a amostragem de conveniência, cabendo a determinadas pessoas-chave recrutar a amostra ou anunciar o convite aos participantes para comparecerem numa determinada hora e local. Dependendo da situação, isto pode conduzir a números inferiores aos necessários se o tópico ou incentivo não interessar ao potencial grupo de investigação. Tem sido recomendado um sobrecrutamento de 25%, convidando 15 em vez do número visado de 12 participantes (Green e Thorogood 2004). O oposto também pode suceder se for feito um convite geral. Neste caso, os potenciais participantes podem ser escolhidos pela ordem de entrada até o grupo estar reunido. A principal limitação do método de amostragem por conveniência consiste no facto de ser pouco provável que os participantes sejam representativos do grupo-alvo. Uma estratégia alternativa consiste em convidar sistematicamente pessoas a partir de uma base de amostragem. Isto pode ser mais simples num contexto formal, tal como uma infraestrutura de saúde, para recrutar pessoal ou pacientes, e mais difícil num contexto comunitário, sendo provável que resulte em baixas taxas de resposta. Se os critérios de inclusão em grupos de foco específicos forem rigorosos (por ex., estado civil, número de crianças e tempo de residência na área), pode ser necessário utilizar um questionário de triagem para identificar participantes adequados.

A **hora e o local** são importantes, à semelhança do que sucede com as entrevistas, devendo estes factores ser considerados e planeados antecipadamente tendo em conta a altura do ano, a hora do dia e o local. No que diz respeito ao local, é necessário mais espaço do que para as entrevistas individuais. Podem ser utilizados pontos de reunião locais, como por exemplo o ponto de reunião dos anciãos de uma aldeia ou o lugar onde se realizem as reuniões do pessoal de uma clínica ou hospital. Relativamente a alguns tópicos, os investigadores procuram encontrar um local neutro, como uma sala arrendada, o que tem a vantagem de reduzir as associações negativas ou positivas a determinado local ou edifício (Powell e Single 1996). Contudo, alguns grupos, tais como as mulheres, podem sentir-se mais à vontade em contextos mais familiares, sendo as discussões de grupo de foco muitas vezes realizadas na casa de um dos participantes.

2.2.2 Desenvolvimento de instrumentos de trabalho de campo

À semelhança do que sucede com as entrevistas aprofundadas, as discussões de grupo de foco são normalmente conduzidas com recurso a um guia de tópicos. Em regra, o guia de tópicos é impresso e inclui informações introdutórias e perguntas de sondagem para cada tópico. Para além do guia de tópicos, o moderador (por vezes designado por “facilitador”, apesar de este termo ter nele implícito uma diferença de poder que pode ser improdutivo) e o anotador necessitarão de formulários de consentimento, formulários de recolha de dados demográficos dos participantes e, possivelmente, uma ficha informativa para os participantes. Poderá ser útil redigir planos para as seguintes actividades, que compõem normalmente uma discussão de grupo de foco.

Introdução. À semelhança do que sucede nas entrevistas aprofundadas, o moderador deve apresentar-se a si próprio e ao anotador, bem como o tópico e o objectivo da investigação, de modo a:

- Estabelecer a sua credibilidade enquanto entrevistador
- Estabelecer o objectivo geral do estudo
- Estabelecer os fins da entrevista e a duração prevista da mesma
- Explicar quem está envolvido no processo (outros participantes)
- Explicar por que motivo é importante a cooperação do participante na recolha das informações necessárias
- Explicar o que irá suceder com as informações recolhidas e de que forma irá o participante ou grupo-alvo beneficiar

Além disso, terão de ser facultadas algumas informações sobre o grupo de foco – muitas vezes os participantes não sabem o que esperar de uma discussão de grupo de foco. O moderador pode resumir o formato da discussão durante a introdução: a discussão é informal, espera-se que todos participem e as opiniões divergentes são bem-vindas. No início, é útil traçar um conjunto de regras básicas para a discussão com os participantes. Se os participantes conseguirem ler, estas regras podem ser pré-redigidas num bloco *flipchart*, pendurado em local claramente visível durante a discussão do grupo de foco. Pode igualmente perguntar-se

aos participantes se gostariam de acrescentar algumas regras básicas à lista. A Caixa 9 inclui um exemplo de regras básicas para discussões de grupo de foco.

Caixa 9. Regras básicas para discussões de grupo de foco

- Apenas uma pessoa fala de cada vez.
- É importante podermos ouvir as ideias e as opiniões de todos. Não existem respostas certas ou erradas às perguntas – apenas ideias, experiências e opiniões, todas elas valiosas.
- É importante podermos ouvir os dois lados de uma questão – o positivo e o negativo.
- A confidencialidade está assegurada. “O que é partilhado na sala fica na sala.”

Informação e consentimento. Uma vez abordado o processo do estudo e da investigação, pode ser solicitado aos participantes o respectivo consentimento verbal ou escrito. A equipa de investigação pode executar este passo circulando entre o grupo e pedido o consentimento de cada participante. Neste ponto podem ser igualmente solicitadas informações demográficas aos participantes, as quais podem ser registadas em formato de folha de cálculo, pronto para a importação em formato digital.

“Aquecimento”. À semelhança do que sucede com as entrevistas, é útil começar com algumas perguntas simples para deixar o grupo à vontade. As perguntas fáceis de responder e interessantes para os participantes, tais como perguntas sobre as notícias recentes ou sobre os acontecimentos locais podem gerar o debate entre os participantes logo desde o início, dando a todos a oportunidade de falar.

Guia de tópicos. Os tópicos e as perguntas de sondagem concebidas para cobrir tópicos relevantes para as questões de investigação em geral são enunciados numa lista, normalmente num formato menos estruturado do que o empregue nas entrevistas, de modo a obter uma resposta mais flexível. A linguagem empregue no guia deve ser compreendida por todos os membros do grupo. Assim, é importante mantê-la simples e evitar declarações longas e complexas. O número de tópicos é habitualmente inferior a doze, apesar de ser possível acrescentar novos tópicos (pelo moderador ou pelo participante) durante a discussão.

Conclusão. À semelhança do que sucede com as entrevistas, os últimos cinco a dez minutos da discussão consistem principalmente no sumário e na recapitulação dos tópicos e das respostas do grupo. Antes do sumário, o moderador deve perguntar a cada um dos participantes, à vez, se há algo que queira acrescentar. Além disso, deve ser dada aos participantes a oportunidade de alterar ou clarificar as suas respostas conforme forem resumidas pelo moderador. Após o sumário, deve agradecer-se a todos os participantes o tempo despendido, podendo ser neste momento recolhidos os dados demográficos.

Está disponível um exemplo de um guia para uma discussão de grupo de foco no seguinte documento, incluído nos Materiais Complementares: **“Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium”**

Tomada de notas. Apesar de a tomada de notas seguir o rumo da conversa, pode ser útil ao anotador dispor de um formulário estruturado para incluir detalhes sobre determinados pontos de interesse que cresçam ao teor da discussão. A atribuição de números de identificação aos participantes individuais num diagrama dos lugares e a reproduções textuais de declarações-chave proferidas durante a discussão é particularmente útil para, numa fase posterior, acompanhar os contributos individuais dos participantes para a transcrição. A Caixa 10 inclui um

exemplo.

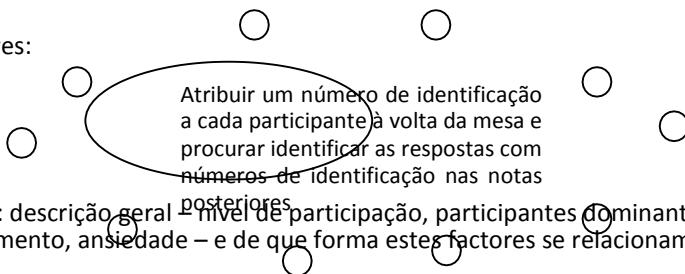
Caixa 10. Exemplo de formulário para anotador

N.º de id. de DGF |__|__|__|__| Iniciais do moderador |__|__|__| Iniciais do anotador |__|__|__|

Tipo de subgrupo de participantes (indicar com um círculo): Hom. adultos / Mul. adultas / Líderes comunitários
 Descrição do local da reunião: detalhes e descrição, por ex, dimensão e acessibilidade, e de que forma isto
 Número de comunidade |__| Data |__/__/__| Hora de início __:__ final __:__
 pode afectar a discussão; interrupções durante a discussão

Participantes: número de convidados que participaram, descrição dos dados demográficos no caso de estes dados não serem formalmente recolhidos

Diagrama dos lugares:



Dinâmica do grupo: descrição geral nível de participação, participantes dominantes e passivos, nível de interesse, aborrecimento, ansiedade – e de que forma estes factores se relacionam com os diversos tópicos debatidos

Impressões e observações:

Notas posteriores (após a discussão):

Sessão de Balanço. O moderador e o anotador devem reunir-se imediatamente após a sessão para completar as suas notas e analisar os aspectos gerais da discussão. Pode ser utilizado um formulário de resumo de contacto no seguimento de cada sessão, à semelhança do que sucede nas entrevistas aprofundadas, apesar de neste caso ser dada mais atenção à atmosfera e às interações entre os participantes do grupo de foco (o

“Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium” inclui um exemplo). Seguidamente, realizam-se sessões de balanço completas, com a participação de toda a equipa do estudo, as quais podem ser utilizadas para debater temas resultantes das reuniões de grupos de foco e para determinar se devem ser incluídos novos tópicos ou questões. Em termos gerais, estas sessões de balanço destinam-se a procurar avaliar se as discussões estão a gerar as informações necessárias para cumprir os objectivos do estudo.

2.2.3 Ensaio-piloto

Os ensaios-piloto são importantes para os métodos de discussão de grupo de foco, permitindo identificar problemas na redacção do guia de tópicos, interpretar questões específicas e reconhecer as áreas que carecem de formação acrescida em matéria de técnicas da equipa de campo. O guia do estudo pode ser adaptado durante o próprio estudo, de modo a reflectir os resultados que forem sendo obtidos, sendo os ensaios-piloto igualmente úteis para praticar a realização destas revisões. Por conseguinte, o protocolo deve incluir a forma de identificar a necessidade de introdução de alterações, bem como os critérios e métodos (debate com a equipa de estudo completa e ensaio prévio dos diversos pontos) para as incluir nos futuros guias de tópicos.

2.2.4 Preparação para o trabalho de campo

A preparação para as discussões de grupo de foco é semelhante à que foi referida a propósito das entrevistas aprofundadas (ver Secção 2.1.4). A preparação de uma discussão de grupo de foco pode necessitar de alguns pontos adicionais. Pode ser útil usar uma lista de controlo de logística, como por exemplo a lista indicada na Caixa 11.

Caixa 11. Lista de controlo do material necessário para discussões de grupo de foco

- Guia de tópicos do grupo de foco
- Ficha de introdução
- Fichas informativas e formulários de consentimento (suficientes para todos os participantes)
- Formulário para anotador
- Utensílios de escrita para o anotador e para o moderador
- Blocos de notas para o anotador e para o moderador

O planeamento para a discussão do grupo de foco tem de incluir o acordo sobre as funções exactas de cada membro da equipa de campo (por exemplo, qual o contributo que cada um irá prestar, ou as instruções que cada um irá emitir, em particular se for utilizado um intérprete durante a discussão do grupo de foco).

Recomenda-se que um dos membros da equipa de campo seja o moderador, cabendo-lhe moderar a discussão, e que o outro tome notas e verifique o equipamento de gravação durante a reunião. Também é necessária coerência nos métodos entre os diversos grupos de foco, pelo que no desenvolvimento do protocolo é necessária uma preparação cuidadosa quanto às funções e responsabilidades.

O documento **“Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium”** inclui modelos de procedimentos operacionais normalizados (SOP) para obter o consentimento dos participantes e para os convidar para os grupos de foco (SOP 6) e para organizar as discussões dos grupos de foco (SOP 8).

2.2.5 Recolha de dados

No dia da discussão do grupo de foco, o papel do moderador é essencial para explicar, com clareza, o objectivo do grupo, ajudar as pessoas a sentirem-se à vontade e facilitar a interacção entre os membros do grupo. O papel do anotador é igualmente importante, já que a recolha de notas com qualidade é essencial para a interpretação dos dados obtidos durante a discussão. Em regra, as discussões de grupo de foco são gravadas. Se, por qualquer motivo, a discussão não for gravada, é necessário tomar notas exaustivas de modo a reflectir com exactidão o teor da discussão, devendo ser igualmente registadas observações sobre os comportamentos não verbais e sobre a dinâmica do grupo. Se for utilizado um gravador, o mesmo deve ser suficientemente sensível para capturar a fala a níveis sonoros reduzidos à distância de vários metros. Cabe normalmente ao anotador operar o gravador, e continuar a tomar notas exaustivas. Contudo, estas não necessitam de ser reproduções textuais, o que permite dispor de mais tempo para fazer anotações sobre as observações do grupo. As técnicas de tomada de notas e de conversação descritas para as entrevistas podem ser igualmente úteis para a realização de discussões de grupo de foco (ver a Secção 2.1.5). A Caixa 12 inclui mais dicas para os moderadores de discussões de grupo de foco.

Caixa 12. Dicas para moderadores de discussões de grupo de foco

- Mantenha uma atitude cordial e calorosa para que os participantes se sintam à vontade
- Durante a fase de “aquecimento”, mostre o seu interesse na apresentação de cada participante mantendo o contacto visual e aplicando a escuta activa (embora desencorajando as divagações)
- Reforce a empatia demonstrando sensibilidade em relação às necessidades e aos sentimentos dos participantes
- Encoraje os participantes a comunicar entre si
- Minimize a pressão do conformismo com os pontos de vista dominantes: se uma ideia é adoptada sem um debate geral é provável que os participantes se estejam a sentir pressionados a conformarem-se com um ponto de vista dominante. Para reduzir este efeito, o moderador pode sondar opiniões alternativas: “Tivemos um debate interessante, mas gostaria que explorássemos outras ideias ou pontos de vista. Alguém teve uma experiência diferente que gostasse de partilhar?”
- Não demonstre demasiado a sua aprovação em relação a determinadas respostas dos participantes, e evite emitir opiniões pessoais
- Não se comporte como um perito
- Se os participantes sentirem que determinado assunto já é compreendido por todos pode ser difícil extrair mais informações – um dos métodos para reduzir este efeito consiste em o moderador transmitir a ideia de que não sabe tudo: “Não sabia. Pode dizer-me mais alguma coisa sobre isso?”
- Se os participantes forem lentos a responder ou a prestar informações adicionais, faça uma pausa para lhes dar tempo para reflectir. Não tenha medo do silêncio.
- Quando tentar extrair novas informações, pode ser útil usar frases incompletas: “Não sei, talvez nalguns casos...” [esperar pela resposta]

Adaptado de Arhinful *et al* (1996) e Kreuger (1988)

Ver também o “**Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium**”, onde poderá consultar modelos de procedimentos operacionais normalizados (SOP) para a prestação de informações e a obtenção do consentimento (DGF) (SOP 7), para conduzir a discussão de grupo de foco (SOP 9) e para realizar o balanço da equipa (DGF) (SOP 10).

2.2.6 Gestão de dados

Os dados obtidos a partir de uma discussão de grupo de foco incluem a gravação áudio, as notas eventualmente tomadas pelo moderador, as notas detalhadas do anotador, o formulário de resumo de contacto e os dados demográficos dos participantes. Cada um destes elementos tem de ser mantido confidencial, devendo ser desenvolvido um protocolo para o tratamento e gestão dos dados. Devem ser utilizados números de identificação referentes a cada discussão de grupo de foco para fazer a ligação com os documentos associados.

2.2.7 Análise de dados

Os métodos de análise dos dados qualitativos obtidos a partir das discussões de grupo de foco são semelhantes aos de outros métodos qualitativos. A Secção 2.5 e o CAPÍTULO 5 descrevem algumas abordagens-padrão à análise de dados qualitativos. Porém, na análise dos grupos de foco devem ter-se em conta dois conceitos analíticos essenciais, a saber: (1) dinâmica de grupo e (2) quantificação das respostas.

A dinâmica de grupo dos grupos de foco constitui uma importante fonte para compreender como os tópicos são debatidos entre os membros da população-alvo (útil para identificar terminologias e abordagens aos tópicos que sejam culturalmente aceites) e para compreender o conhecimento partilhado e os valores culturais dominantes (útil para identificar um ponto de partida para possíveis intervenções). A forma como os membros do grupo comunicam pode incluir piadas, anedotas, provocações, discussões e diferentes tipos de narrativas (Kitzinger 1995), podendo estas situações ser analisadas em conjunto com os tópicos específicos que estiverem a ser debatidos com vista a obter informações importantes sobre as melhores abordagens a utilizar no desenho de intervenções para a mudança de comportamentos através dos meios de comunicação social, tais como a rádio, a televisão ou a banda desenhada. Estes diferentes métodos de comunicação intragrupo também permitem obter informações importantes sobre o consenso e a dissidência no seio do grupo em relação a diversos tópicos, podendo ser identificados valores culturais dominantes, conhecimentos e “senso comum” que são partilhados por todos os membros, bem como os pontos controversos cujo debate possa parecer ser aceitável no seio do grupo. Estes detalhes fornecem informações importantes para o desenho das intervenções, podendo inclusivamente formar uma “árvore” separada na estrutura da análise dos dados, permitindo observar a forma *como* os tópicos foram debatidos, a qual pode ser ligada ao conteúdo do debate através de matrizes de códigos utilizando o software de análise de dados qualitativos (ver CAPÍTULO 5).

Nas entrevistas, é muitas vezes possível contar o número de entrevistados que dão certas respostas a uma determinada questão através da categorização das suas respostas antes ou após a análise dos dados. No caso dos grupos de foco isto não é possível ao nível dos participantes individuais: a unidade de análise é o grupo de foco, uma vez que os dados são gerados a partir da interação deste grupo em particular (incluindo o moderador e o anotador), num dado momento. É possível quantificar determinadas respostas pelo número de grupos de foco – por exemplo, aqueles que consideraram que certos medicamentos contra a malária eram ineficazes. Isto pode ser feito manualmente através da utilização de um livro de registo, ou pode ser construído recorrendo à codificação assistida por computador.

Porém, como sugere Sobo “a própria natureza dos dados provenientes dos grupos de foco – a sua gestão social – (p. 179) torna-os mais adequados à interpretação do que à manipulação estatística” (p. 179) (Sobo 2009). Por exemplo, mesmo quando é recolhida uma lista concreta de possíveis respostas à febre, não existe qualquer forma de inferir ou de prever a partir dos dados do grupo de foco o número de pessoas que adoptariam uma ou outra resposta na prática. Apenas podemos tirar conclusões sobre o que integra o

repertório de respostas e sobre aquilo a que cada resposta se pode referir ou sobre o que cada resposta pode significar.

O repertório das respostas em particular, ou o significado das mesmas, pode ser qualitativamente comparado entre grupos para identificar, por exemplo, se determinadas formas de conceber o risco em relação à malária são específicos de, por exemplo, grupos compostos por mulheres com crianças de tenra idade quando comparadas com as noções de risco expressas em grupos compostos por homens mais velhos, ou se as consequências de aderir ou não aos resultados dos testes aquando da prescrição têm um peso diferente para os funcionários dos serviços de saúde comunitários e para os médicos dos hospitais. Estes resultados podem ser igualmente objecto de “triangulação” com os resultados extraídos das entrevistas ou questionários individuais, de modo a validar ou alargar a interpretação.

2.3 Observações directas

A observação directa de comportamentos (por exemplo, sobre o que sucede efectivamente durante uma consulta a um paciente) é central para a análise holística na investigação qualitativa (Silverman 2005). Este método tem interesse por si só, mas também em conjugação com os relatos das pessoas sobre os seus comportamentos, obtidos em entrevistas ou discussões de grupo de foco, uma vez que “por vezes, os significados ocultos das palavras [expressas em entrevistas formais] só se revelam quando observamos os actos dos interlocutores, no seu contexto” (Sobo 2009). O trabalho etnográfico realizado em simultâneo com estudos de intervenção tem demonstrado ser útil para revelar informações importantes que o pessoal dos projectos possa ter dificuldade em articular ou identificar devido à sua familiaridade com as suas práticas diárias, e para ilustrar de que forma estas actividades são desenvolvidas em contextos sociais e mais vastos (Evans e Lambert 2008).

A observação directa pode produzir dados qualitativos e/ou quantitativos sobre as práticas dos indivíduos observados, dependendo da questão de investigação. O observador pode ser um participante nas actividades daqueles que observa (por exemplo, enquanto membro do pessoal de uma infraestrutura de saúde ou enquanto paciente entre um grupo de outros pacientes) ou pode ser não participativo, limitando-se a registar as observações das interacções e das circunstâncias em que outros indivíduos actuam.

A **observação participante não estruturada** é o principal método empregue na *etnografia*, e, através da imersão cultural, permite ao investigador colocar-se na posição dos indivíduos estudados, de modo a desenvolver uma compreensão detalhada das suas vidas, valores, convicções, influências e limitações (ver Secção 1.3). Esta abordagem produz normalmente uma descrição rica e aprofundada da cultura de um determinado grupo e necessita de um período de trabalho de campo relativamente longo, normalmente com uma duração mínima de três meses (Agar 1980), mas muitas vezes de vários anos, com uma amostra de dimensão relativamente pequena, em regra composta por algumas aldeias ou uma única organização. Os dados revestem a forma de notas de campo, que procuram capturar uma descrição detalhada das actividades, interacções e discursos em relação ao tópico de interesse investigado (Spradley 1980), referindo como estes são explicados e interpretados pelos diferentes intervenientes e como os diferentes objectos físicos e conceitos reificados são usados, referidos e empregues para representar na prática o fenómeno de interesse. Aqui, a actividade do observador consiste principalmente em observar actividades e interacções, mas também em fazer perguntas de esclarecimento e questionar diversos intervenientes sobre as suas práticas (Spradley 1979), procurando trazer à luz lógicas, preocupações, classificações, processos e significados emergentes das actividades de investigação. O assistente de campo regista as conversas e as entrevistas informais manualmente, em notas de campo, ou, no caso de existir a possibilidade de um informante prestar informações mais detalhadas numa conversa longa, pode pedir para gravar a entrevista utilizando um gravador digital, para posterior transcrição. O objectivo do investigador consiste em elaborar uma descrição densa das actividades da intervenção nos espaços físicos e sociais que as mesmas ocupam (Geertz 1973).

Por vezes, em alternativa, são empregues métodos etnográficos rápidos, na tentativa de cumprir os prazos mais curtos a que as equipas multidisciplinares estão por vezes sujeitas (Manderson e Aaby 1992). Contudo, a utilização destes métodos é controversa, tendo alguns antropólogos relatado que os resultados decorrentes dos mesmos são superficiais e até enganadores, não permitindo compreender aprofundadamente o contexto de modo a situar a análise (Sobo 2009). Porém, outros têm defendido que tais métodos desempenham um papel importante no desenho de intervenções no domínio da saúde pública, particularmente em conjugação com abordagens participativas (Agyepong, Aryee *et al.* 1995). Os métodos rápidos envolvem a conjugação de observações directas com entrevistas, discussões de grupo de foco, visualizações (mapas, calendários sazonais, etc.), análises de documentos e outras técnicas para aumentar a possibilidade de descobrir novos conceitos (Annett e Rifkin 1995). Por oposição à natureza não estruturada das observações realizadas em trabalhos de campo etnográficos de longa duração, nos métodos rápidos existe uma maior probabilidade de as observações directas serem estruturadas, de modo a assegurar a recolha de todos os dados relevantes para cada contexto ou situação, apesar de continuar a ser importante alguma flexibilidade quanto às categorias das observações.

Em regra, as **observações estruturadas** são curtas e realizadas com uma amostra de participantes maior do que nas observações etnográficas. Aqui, a ênfase é colocada no registo de informações sobre categorias predefinidas de comportamento ou discurso (por exemplo, no âmbito de uma avaliação de uma intervenção de formação, para observar como os participantes estão a responder a determinados aspectos da formação ou para tomar nota da forma como os formadores estão a adaptar os materiais para os tornar mais interpretáveis). As observações estruturadas não necessitam de incluir apenas perguntas fechadas, sendo utilizado normalmente um formulário com espaços para tomar nota de aspectos predefinidos sobre determinadas interações ou situações. Pode optar-se pelo formato estruturado para reduzir as possibilidades de enviesamento pelas próprias opiniões do investigador sobre aquilo que é importante nas suas observações, e permitir que os dados sejam registados por vários investigadores e em vários locais de forma sistemática, possibilitando a comparação directa. Com esta abordagem, os investigadores podem, ainda assim, ser observadores participantes, mas a sua participação será provavelmente mais superficial e terão menores possibilidades de construir as relações que a investigação observacional de longa duração possibilita.

2.3.1 Amostragem

Em regra, nas observações não estruturadas o investigador deixa que a amostragem surja ao longo do tempo conforme for conveniente, consoante os acontecimentos que possam ter interesse para o tópico da investigação em desenvolvimento, o momento desses acontecimentos e o local onde o investigador se encontrar. Por conseguinte, para além de se “estar lá” por um período de tempo mínimo, e da intenção de, por exemplo, observar a procura de tratamento quando ocorrem episódios de doença num grupo em particular, nas observações não estruturadas não é normalmente empregue uma estratégia de amostragem predefinida.

Nas observações estruturadas, a amostragem segue muitas vezes padrões epidemiológicos, tais como a definição e selecção de uma amostra representativa de um conjunto de cenários de interesse, como a selecção sistemática de consultas ou sessões de supervisão. Aqui, os valores colocados no processo de amostragem incluem os seguintes:

- Assegurar a observação de números comparáveis de consultas com pacientes ou clientes para cada prestador de cuidados de saúde individual e que os números são suficientes para reduzir o viés do observador e permitir a análise estatística aglomerada por prestador de cuidados de saúde individual (em regra, um mínimo de 15 pacientes por cada prestador de cuidados de saúde);
- Assegurar a inclusão de uma amostra suficiente de prestadores de cuidados de saúde individuais em cada estabelecimento de prestação de cuidados de saúde, para efeitos de aglomeração em análise quantitativa.

2.3.2 Desenvolvimento de instrumentos de trabalho de campo

Em regra, as observações não estruturadas são anotadas num livro de notas de campo. As notas de campo são relatos que descrevem as experiências e as observações do investigador ocorridas durante a participação de uma forma intensa e envolvente. Não se trata apenas de uma questão de capturar a realidade de uma forma exacta e tão fiel quanto possível, “colocando em palavras” as conversas ouvidas e as actividades testemunhadas como uma série de “factos”, envolvendo também processos activos de interpretação e de extracção de significado (Emerson, Fretz *et al.* 1995). Algumas informações devem tidas em conta e anotadas como sendo significativas, enquanto outras podem passar ao lado ou ser deliberadamente ignoradas, de acordo com a sensibilidade e as preocupações do investigador. Por conseguinte, são possíveis descrições diferentes das “mesmas” situações e acontecimentos. As notas de campo podem ser entendidas como registos escritos da vida e do discurso sociais, que o investigador “transforma de um facto passageiro, que apenas existe no momento da sua ocorrência, para um relato, que existe no seu registo e pode ser novamente consultado” (Geertz 1973) (p19). Por outras palavras, o processo de escrita transforma os acontecimentos, pessoas e locais testemunhados em palavras no papel, que reflectem aquilo que, no entender do investigador, pode ser interessante para o tópico da investigação, ou interessante ou importante para as pessoas observadas. Emerson *et al.* (1995) referem quatro implicações para o registo da experiência participativa:

- Aquilo que é observado e, em última análise, tratado como “dados” ou “resultados”, é inseparável do processo observacional.
- Na redacção de notas de campo, o investigador de campo deve prestar especial atenção aos significados indígenas e às preocupações dos indivíduos estudados.
- As notas de campo redigidas contemporaneamente constituem uma base e um recurso essencial para a redacção de relatos mais vastos e mais coerentes das vidas e preocupações dos outros.
- Tais notas de campo devem descrever os processos sociais e interaccionais que fazem parte das vidas e das actividades quotidianas das pessoas.

As observações estruturadas carecem de um formulário de recolha de dados para assegurar o registo coerente das observações. De preferência, o formulário consiste numa folha impressa num só lado ou, se necessário, nos dois lados para facilitar o preenchimento. O formato de ficha de controlo é útil, já que após o assistente de campo se familiarizar com o formato a mesma pode ser preenchida rapidamente à medida que forem sendo observados os vários elementos. Os itens devem ser inequívocos, mas poderá ser útil incluir uma legenda, definindo os termos empregues na ficha de controlo (por ex., a definição de “verificar desidratação” como “pregas na pele ao beliscar/reenchimento capilar/boca seca”), sob a forma de nota final no formulário. O formulário de recolha de dados pode incluir espaços para permitir ao assistente de campo desenhar esboços de determinadas situações, tais como as zonas de espera, consulta, testes e prescrição. Neste caso, podem ser utilizados dois formulários de observação diferentes: um para observar situações específicas e outro para observar o ambiente geral.

Conforme já foi descrito atrás, existem várias opções para a forma como a observação é realizada, as quais afectam o tipo de formulário de recolha de dados adequado. No caso de abordagens dissimuladas, tais como as que envolvem “compradores-mistério”, o observador não pode tomar notas durante a observação e tem de memorizar as observações, anotando as informações num formulário de recolha de dados assim que for possível após a observação. A observação explícita é mais fácil na perspectiva do registo dos dados: o observador pode estar sentado num canto de uma sala de consultas, numa reunião da aldeia ou noutro local onde possa registar as observações à medida que forem ocorrendo. Isto aumenta o número de itens cujo preenchimento pode ser razoavelmente exigido do observador e limita o viés de memória, sendo que as categorias existentes no formulário de registo podem igualmente incitar o assistente de campo a procurar determinadas observações durante o período do estudo.

Nos projectos do ACT Consortium a observação directa tem sido principalmente utilizada para registar as práticas de diagnóstico e prescrição dos prestadores de cuidados de saúde, observar a implementação da intervenção na prática (por ex., em eventos de formação) e observar as actividades e processos de supervisão de rotina. Na concepção dos formulários de recolha de dados, é solicitado aos investigadores que definam a pessoa e as actividades sobre as quais o formulário irá incidir. Por exemplo, relativamente às práticas dos prestadores de cuidados de saúde, o formulário pode incidir sobre aquilo que o prestador de cuidados de saúde faz, diz e regista, mas a interacção com o paciente também pode ter interesse caso se coloque a hipótese de a mesma poder afectar as práticas dos prestadores de cuidados de saúde, pelo que poderão ser igualmente registados dados sobre a interacção e as variáveis dos pacientes. As actividades de interesse podem incluir se e como o paciente é cumprimentado, as perguntas que são colocadas ao paciente, os exames que são realizados, os testes que são solicitados, o tratamento e o aconselhamento que são prestados e as perguntas que o paciente coloca e a forma como estas são respondidas. Os factores contextuais, tais como o volume de trabalho da clínica, também podem ser registados de forma sistemática.

Estas actividades podem ser complementadas pelo registo de dados provenientes de fontes que não a observação realizada durante a consulta, como por exemplo os registos mantidos pelos pacientes, os registos laboratoriais e os apontamentos dos funcionários dos serviços de saúde. Neste caso, podem ser utilizados estudos-piloto de curta duração para determinar quais destes registos, se houver, poderá ser necessário obter. Seguidamente, o formulário de recolha de dados necessitará de ser adaptado para que estes registos possam ser acrescentados noutra altura (pelo mesmo assistente de campo ou por outro), ou poderão ter de ser elaborados novos formulários de notificação de casos, em cujo caso a correspondência por número de identificação será muito importante. Se as consultas forem observadas por um assistente de campo e os registos forem efectuados por outro, pode ser por vezes útil dispor de um terceiro assistente de campo que coordene a recolha de dados para assegurar a sua fiabilidade. Isto é particularmente útil nos casos em que se entrevistem prestadores de cuidados de saúde ou pacientes para complementar as observações, e em que todos os resultados sejam combinados na análise.

Está disponível um exemplo de um formulário de recolha de dados para a observação estruturada das interacções dos vendedores de medicamentos com os clientes no documento dos Materiais Complementares: **“Modelo de Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium”**, mas os formulários de recolha de dados podem igualmente incluir observações ambientais não estruturadas mais vastas, realizadas numa comunidade ou infraestrutura.

2.3.3 Ensaios-piloto

A experiência e a prática na redacção de notas de campo são importantes, não sendo exigível aos membros de uma equipa de investigação que realizem essas actividades sem supervisão de apoio numa primeira instância. Isto deve incluir a revisão das notas de campo e a respectiva interpretação com regularidade, de modo a considerar que observações podem ser feitas e como as mesmas podem ser registadas de forma diferente.

No caso das observações estruturadas, podem ser necessárias várias fases de ensaios-piloto para construir um formulário de observação eficaz. Os ensaios devem realizar-se no exterior da área de estudo proposta, de modo a reduzir o viés para as futuras observações com o formulário de recolha de dados finalizado. Inicialmente, o ensaio-piloto pode visar a observação de categorias amplas de actividades, que serão posteriormente refinadas através da realização de observações e de debates com os participantes. Por este motivo, os assistentes de campo devem receber formação para escrever notas sobre observações que não tenham sido incluídas nos itens do formulário de recolha de dados. Por exemplo, a observação da ausência de exames quando os prestadores de cuidados de saúde e os pacientes eram do sexo oposto pode ser importante para uma intervenção mas não estar incluída no formulário de recolha de dados. Tais observações devem ser discutidas com outros membros da equipa de investigação e consideradas para inclusão nas versões actualizadas do formulário de recolha de dados. Seguidamente, pode ser desenvolvida uma lista de itens mais específica e pertinente, sendo a logística da recolha destes novos dados (incluindo a obtenção do consentimento) ensaiada na fase seguinte, de modo a elaborar um formulário de recolha de dados final. Os assistentes de campo devem ter formação sobre todas as definições dos itens do formulário. Durante a

e durante o período de estudo pode ser útil, para fins de verificação, que pares de observadores dupliquem uma amostra de observações e comparem os resultados entre eles. Os processos de introdução de dados e as estratégias de análise também podem ser ensaiadas nesta fase.

2.3.4 Preparação para o trabalho de campo

À semelhança do que sucede com as entrevistas aprofundadas e as discussões de grupo de foco, os investigadores devem executar as fases de *sensibilização, convite, planeamento da hora e local e organização*, conforme é referido na Secção 2.1.4. O assistente de campo deve reunir-se com as principais entidades influentes e com as pessoas que se propõe observar e explicar-lhes o estudo. Durante a organização, o assistente de campo deve identificar o local ou locais mais adequados para se situar, de modo a poder observar os procedimentos. Se estiver prevista uma observação não participativa, o assistente de campo deve procurar situar-se num lugar afastado dos participantes, de modo a distraí-los o menos possível. O assistente de campo deve transportar consigo os formulários de trabalho de campo e o guia de campo que os complementar, blocos de notas para tomar notas adicionais, materiais de escrita e um gravador (com pilhas de reserva), caso o mesmo seja utilizado. Os assistentes de campo devem ter o cuidado de se vestir adequadamente, de uma forma que não realce as diferenças de poder e que não atraia as atenções por ofender os gostos locais.

2.3.5 Recolha de dados

Durante o trabalho de campo, o observador deve procurar manter uma postura neutra e sem juízos de valor, permanecendo ciente da forma como a sua postura pode influenciar as interações, respostas e comportamentos dos indivíduos estudados, bem como as suas próprias interpretações e sensibilidades na transposição das observações para notas de campo. É essencial possuir competências de compreensão das formas de comunicação não verbais dos indivíduos estudados, para além da capacidade para anotar as observações com a maior rapidez possível e, simultaneamente, permanecer atento ao que se passa. O assistente de campo deve ser sensível ao facto a tomada de notas poder deixar os participantes pouco à vontade e procurar explicar o que está a fazer e/ou deixar de tomar notas naquele momento.

Deve ser estabelecido um protocolo para obter o consentimento dos participantes. As observações podem ter lugar sucessivamente durante várias horas, sendo aconselhável que o assistente de campo esteja bem nutrido antes do início da actividade, de modo a prestar atenção aos detalhes. No final do dia ou da sessão de observações, o observador deve agradecer aos indivíduos que tiver estado a observar pela sua participação.

É útil rever cada conjunto de observações e notas no dia em que tiverem sido tomadas, de modo a suprir lacunas e identificar os problemas ou as alterações que for necessário introduzir no protocolo da investigação, particularmente se for utilizado um formulário de recolha de dados. Nos casos em que o trabalho seja realizado em equipa, devem ser também realizadas reuniões periódicas com os colegas, que permitam aos assistentes de campo apresentar um sumário das suas interpretações e coligir e debater os problemas que forem identificados.

2.3.6 Gestão de dados

É importante que o protocolo inclua orientações para o tratamento e a gestão de dados. Os assistentes de campo devem saber como e onde armazenar notas, formulários e outros materiais enquanto realizam trabalho de campo, e onde e quem pode armazenar e aceder a esses dados no instituto de investigação. Se os dados forem introduzidos quantitativamente, tal deverá ser feito com a maior brevidade possível de modo a permitir disponibilizar aos investigadores conjuntos de dados preliminares e, assim, identificar eventuais problemas no trabalho de campo e nos processos de introdução. Os dados quantitativos devem ser introduzidos por dupla entrada, validados e verificados. Os dados qualitativos e as notas de campo podem ser digitados, sendo utilizados identificadores para indicar indivíduos, locais e até mesmo cada incidente de observação (por ex., mediante a atribuição de um número de identificação único às consultas) de modo a permitir a ligação de dados envolvendo notas, materiais e resultados quantitativos.

2.3.7 Análise de dados

A análise das observações tem início durante o processo de registo dos acontecimentos – na interpretação das ocorrências e na determinação dos factos que devem ser anotados e da forma como os mesmos são registados. Pode ser útil continuar a análise através da realização de sessões de balanço regulares com outros membros da equipa de campo, o que pode aumentar a sensibilidade daqueles que continuam a fazer trabalho de campo e permitir alargar a interpretação do tópico sob investigação. As observações também podem ser reunidas para gerar hipóteses, a testar com os dados quantitativos, e para explorar com os dados qualitativos. As observações estruturadas podem ser analisadas apenas quantitativamente, mas é provável que seja produzida uma combinação de dados quantitativos e qualitativos, que podem ser analisados em conjunto com a ajuda de software informático de análise qualitativa. Por exemplo, os dados quantitativos podem identificar que os pacientes que colocaram questões tinham maior probabilidade de lhes ser prescrito um determinado medicamento.

Alguns aspectos a ter em conta na análise das observações estruturadas:

As **estatísticas descritivas** da frequência de determinadas acções ou interacções são úteis, tais como os exames realizados ou os medicamentos para a malária prescritos. Contudo, a não ser que as observações sejam verdadeiramente representativas de todas as potenciais situações de interesse (por ex., uma amostra aleatória extraída de todas as consultas realizadas a todas as horas do dia e a todos os dias da semana), não se poderá assumir que estas estatísticas descrevem frequências (por ex., de prescrições de medicamentos para a malária) nesta população em geral. Em vez disso, é provável que os resultados representem a população de onde a amostra foi extraída, tal como os pacientes atendidos durante a manhã nos dias de semana, que pode divergir sistematicamente da população total de pacientes atendidos por um prestador de cuidados de saúde em particular.

A **pós-codificação de dados qualitativos em dados quantitativos** pode ser um método útil para obter estatísticas sobre dados qualitativos. Enquanto algumas interacções podem ser facilmente codificadas no local (por ex., o prestador de cuidados de saúde cumprimentou o paciente?), no caso de interacções mais complexas pode ser mais adequado anotar os pormenores das interacções e codificá-los posteriormente (por ex., uma discussão sobre os efeitos secundários de determinados medicamentos para a malária). Algumas destas categorias podem ser previstas (por exemplo, o relato, pelos pacientes, de experiências prévias positivas ou negativas com determinados medicamentos), mas os investigadores poderão preferir capturar toda a discussão, permitindo a codificação das diversas falas nas categorias previstas, embora continuem a ter a opção de gerar novos códigos. Seguidamente, podem ser aplicados sistematicamente novos códigos a todos os dados qualitativos e, desde que os dados qualitativos tenham sido anotados de forma sistemática, estes códigos podem ser exportados para um sistema de análise de dados estatísticos juntamente com os elementos quantitativos originais do formulário de observação.

A **análise de dados quantitativos** pode ser utilizada para procurar padrões nos dados. Foram associadas algumas actividades a variáveis observadas em relação ao paciente ou ao prestador de cuidados de saúde (por ex., menor probabilidade de exame no caso de pacientes do sexo feminino, ou menor probabilidade de realização de testes no caso de pacientes do sexo masculino)? Alguns tipos de perguntas colocadas pelo paciente foram associadas ao tipo de tratamento? Estes padrões podem ser analisados recorrendo a técnicas estatísticas convencionais, tais como a regressão, o ajustamento para ter em conta os predictores múltiplos utilizando a regressão múltipla e o ajustamento para ter em conta a aglomeração nos prestadores de cuidados de saúde individuais ou nas infraestruturas utilizando métodos de ajustamento para ter em conta a aglomeração ou a análise multinível.

A **análise de dados qualitativos** pode ser utilizada para explorar os resultados que surgirem da análise quantitativa das observações. Por exemplo, caso se constate que a prestação de aconselhamento por um prestador de cuidados de saúde ao paciente ou cliente está associada a uma diminuição na prescrição de medicamentos, a análise qualitativa pode explorar o conteúdo e a estratégia de comunicação da prestação de aconselhamento e a interacção nesta parte da consulta. Em alternativa, a análise de dados qualitativos pode ser realizada sem ser orientada por resultados quantitativos. Neste caso, a análise pode seguir as estratégias

traçadas para as entrevistas aprofundadas e para as discussões de grupos de foco, procurando conceitos e temas nas notas e transcrições originais e construindo um quadro da interacção social e dos comportamentos dos indivíduos observados.

2.4 Transcrição e tradução

2.4.1 Aspectos gerais

Os recém-chegados à investigação qualitativa encaram muitas vezes erradamente a transcrição como uma tarefa administrativa de natureza técnica e banal. Não se trata apenas de “dactilografar (ou escrever) aquilo que ouvimos” (McLellan-Lemal 2008). A disciplina académica, a metodologia, a orientação teórica, o software de análise de dados qualitativos, as experiências do investigador, os prazos e os recursos são factores que, em última análise, influenciam as decisões e preferências em matéria de transcrição (McLellan-Lemal 2008). Contudo, os debates recentes sobre o processo de transcrição e tradução no domínio da investigação qualitativa têm realçado a ausência de uma descrição explícita dos métodos a empregar nestas actividades (Temple e Edwards 2002, Duranti 2006, Davidson 2009). Estes autores afirmam que deve ser dada tanta atenção à transcrição e à tradução nas fases de planeamento, análise e descrição como a qualquer outra parte do processo de investigação; contudo, é frequente que tal não suceda.

Na perspectiva das teorias sociais, a transcrição ou a tradução de dados é uma prática de construção e selecção (Ochs 1979, Temple e Edwards 2002), influenciada pelas perspectivas teóricas e metodológicas da investigação. Como tal, estas práticas carecem do mesmo grau de reflexão que é aplicado em todas as outras fases da investigação qualitativa, devendo os investigadores considerar activamente a sua abordagem à transcrição ou à tradução (bem como a abordagem dos outros membros da equipa de investigação) tendo por referência as suas assunções teóricas (Duranti 2006, Roberts 2007, Davidson 2009). Duranti (2006) defende que ao não considerar a transcrição ou a tradução como um componente activo da construção do conhecimento no âmbito da investigação qualitativa os processos parecem ficar “naturalizados” e isentos de valores. Isto é indicativo de uma epistemologia positivista e, como tal, contrário às epistemologias interpretativas ou construtivistas sociais das ciências sociais (Lapadat 2000).

2.4.2 Transcrição

Considerações teóricas

A transcrição consiste simplesmente no acto de converter a comunicação áudio ou visual para um formato escrito, para fins de análise no âmbito de uma investigação. O valor da transcrição foi definido como a capacidade de produzir relatos altamente detalhados e acessíveis de interacções ou fenómenos, num formato que seja, em grande medida, transparente e imediato para utilização em análises pelo investigador (Nikander 2008). Contudo, o processo efectivo de transcrição está longe de ser simples, sendo necessário abordar determinadas questões essenciais aquando do planeamento da transcrição em investigações no domínio das ciências sociais.

Roberts afirma que a transcrição é uma “*construção de conhecimento, em vez de uma transmissão de conhecimento*” (p19, 2007), e que, como tal, a função criativa do transcritor no processo investigativo está identificada e deve ser considerada. No planeamento e na execução da transcrição há uma série de decisões que devem ser tomadas sobre o que capturar, e como fazê-lo, com base em considerações práticas e teóricas (Nikander 2008). No âmbito da epistemologia interpretativista, uma transcrição nunca consegue capturar na perfeição os detalhes de uma interacção, tal como uma entrevista ou uma discussão de grupo de foco, nem deve procurar fazê-lo. Em vez disso, é importante criar um documento com detalhes adequados ao seu fim analítico específico, e apropriado para a metodologia escolhida para o estudo, procurando, simultaneamente, transmitir tão plenamente quanto possível as experiências dos participantes (Roberts 2007). Além disso, é

essencial encetar um debate explícito sobre os dilemas envolvidos no processo de transcrição selectiva e interpretativa, e reflectir sobre os mesmos à luz da abordagem teórica da investigação (McLellan-Lemal 2008, Nikander 2008, Witcher 2010).

Métodos recomendados

Para a transcrição de comunicações áudio ou visuais em formato escrito para fins de investigação qualitativa podem ser consideradas as seguintes recomendações, que devem ser articuladas com as limitações teóricas e práticas particulares do estudo em questão.

Preparação:

- Considere a abordagem à transcrição como um reflexo das abordagens teóricas e metodológicas do estudo antes de iniciar a investigação, e continue a reflectir sobre este aspecto enquanto a transcrição for sendo realizada (Davidson 2009). Defina com precisão o que significam alguns termos empregues, tais como “reprodução textual” ou “reprodução integral”, e o que isto significa para o processo de transcrição.
- Assegure-se de que todos os transcritores, independentemente de fazerem ou não parte da equipa de investigação, são informados sobre a(s) perspectiva(s) teórica(s) subjacente(s) ao projecto de investigação e sobre a forma como as mesmas se articulam com a abordagem à transcrição (Davidson 2009).
- Aborde a transcrição de um modo aberto e transparente, reconhecendo a complexidade do processo e da representação (Witcher 2010).
- Familiarize-se com os dados em bruto, ouvindo ou visualizando as gravações antes do início da transcrição, para ajudar a decidir se existem partes que não são relevantes para o estudo e que não carecem de transcrição.
- Se optar por não transcrever a gravação integral, pense cuidadosamente sobre a forma como as partes escolhidas se relacionam com o todo, reflectindo a posição teórica do estudo. Dedique algum tempo a definir e assinalar as fronteiras entre o que deve e o que não deve ser incluído numa transcrição (Roberts 2007).
- Considere cuidadosamente o formato das transcrições e como o mesmo poderá ser aplicado em cada transcrição. Os formatos e métodos de transcrição normalizados facilitam a comparação dos dados na fase de análise (McLellan-Lemal 2008). Os processos de transcrição podem ser objecto de ensaios-piloto como qualquer outra actividade de investigação. A Caixa 13 indica as convenções de normalização das transcrições.
- Considere, tendo por referência as perspectivas teóricas e metodológicas do estudo, o grau de detalhe exigido em relação às comunicações não verbais (tais como o riso e o ruído de fundo), às falas e outros sons vocais e às interrupções, palavras incompletas ou situações em que as pessoas falam ao mesmo tempo. Se as transcrições contiverem demasiados detalhes deste tipo, o texto pode tornar-se difícil de ler, causando problemas de interpretação.
- Agir com prudência e incluir mais detalhes na transcrição pode ajudar a evitar erros de interpretação na fase de análise de dados. Contudo, deve evitar-se incluir demasiados detalhes, caso tal seja incompatível com as perspectivas teóricas e metodológicas do estudo, uma vez que as transcrições poderão tornar-se difíceis de ler, prejudicando a análise (Ochs 1979, McLellan-Lemal 2008).
- Escolha um sistema de notação para capturar os pormenores, tais como as pausas, as interrupções, a entoação, etc., de acordo com a abordagem metodológica adoptada. Os sistemas de notação existentes, tais como os que são utilizados na Análise Conversacional, podem ser úteis, por exemplo para registar quando os participantes falam ao mesmo tempo numa discussão de grupo de foco (Roberts 2007). Assegure-se de que o sistema de notação é claro, coerente e bem compreendido por todos os membros da equipa de investigação.
- Esclareça de que forma serão tratados na transcrição os dados confidenciais, identificadores ou sensíveis (por exemplo, se as referências a locais ou pessoas serão anonimizadas e como tal será efectuado).

Caixa 13. Convenções normalizadas para a transcrição

E:	Início de cada nova fala pelo entrevistador (E ou iniciais, se houver mais do que um
I:	Início de cada nova fala pelo inquirido
?:	Início da fala por um interlocutor não identificado
pa-	Palavra interrompida pela fala seguinte
(palavra)	A(s) palavra(s) entre parênteses indica(m) a tentativa, pelo transcritor, de adivinhar uma palavra pouco clara
PALAVRA	Palavras faladas num tom mais alto do que as outras
(...)	Indica material pouco claro que foi omitido pelo transcritor

Adaptado de (Curatio e LSHTM 2011)

Processo de transcrição:

- Numerar cada linha da transcrição para facilitar a referência e a citação durante a fase de análise (Roberts 2007).
- No caso da transcrição de dados de vários interlocutores (como nas discussões de grupo de foco), o ideal consiste em conseguir identificar cada interlocutor de cada vez que fala. A familiarização com as diversas vozes pode ser conseguida a partir das actividades para “quebrar o gelo” conduzidas pelo moderador, nas quais os participantes se apresentam na sua própria voz na gravação, e do mapa dos participantes preenchido pelo anotador.
- Deverá ter cuidado quando transcrever terminologia pouco usual, os dialectos locais e a utilização invulgar de palavras, de modo a assegurar uma interpretação adequada na fase de análise. É importante que o transcritor esteja familiarizado com a terminologia local e seja capaz de dar uma breve indicação do significado das palavras pouco usuais entre parênteses, caso o mesmo não seja claro (Witcher 2010).
- Dedique algum tempo a rever as transcrições para identificar palavras em falta ou mal entendidas, de preferência recorrendo a diferentes membros da equipa de investigação (Witcher 2010).
- Tenha em atenção o facto de as abordagens à transcrição poderem sofrer ligeiras alterações durante o processo de investigação, à medida que os interesses se forem alterando ou que os conhecimentos forem sendo gerados. Isto deve ser objecto de reflexão e debate ao avaliar os resultados e tirar conclusões (Davidson 2009).

Descrição:

- Na descrição de um estudo, é muito importante explicar com clareza as perspectivas teóricas que inspiram o desenvolvimento da transcrição e as formas como a transcrição contribuiu para a produção de conhecimentos durante o processo de investigação. Reflecta sobre a forma como os pressupostos teóricos inerentes à abordagem à transcrição podem ter influenciado os dados (Davidson 2009).

Estão disponíveis outras orientações práticas sobre a transcrição (incluindo sugestões sobre o equipamento de gravação áudio) no kit de ferramentas “Realities”

(<http://www.socialsciences.manchester.ac.uk/morgancentre/realities/toolkits/transcribing-your-data/index.html>)

e nos serviços Wordsworth Transcription (<http://www.wordsworthcoop.com/generaltips.htm>). O documento

“Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium”, incluindo nos Materiais Complementares, inclui um modelo de Procedimentos Operacionais Normalizados para a Transcrição (SOP 11), que contém orientações mais detalhadas sobre a notação nas transcrições.

2.4.3 Tradução

Considerações teóricas

A tradução é muito mais do que a mera conversão de palavras de uma língua para outra, devendo ser antes encarada como um processo de transformação de significado e de expressão da língua de partida para a língua de chegada, com um objectivo comunicacional específico (Regmi, Naidoo *et al.* 2010). A tradução nunca pode ser “perfeita”, sendo sempre temperada pelas estruturas linguísticas de uma língua, e bem assim pelos códigos socioculturais de significados implícitos que fazem parte integrante das línguas (Nida 1991, Nikander 2008). À semelhança do que sucede com a transcrição, a tradução deve ser igualmente considerada como um processo de construção do conhecimento e, como tal, os tradutores devem ser reconhecidos como agentes activos do processo de investigação, cuja influência deve ser devidamente avaliada (Temple e Edwards 2002, Regmi, Naidoo *et al.* 2010). O processo de tradução deve ser sempre planeado e executado para reflectir a perspectiva teórica particular adoptada para o estudo.

Temple e Edwards (2002) e Temple e Young (2004) chamam à atenção para as identidades incorporadas na utilização das línguas, tais como a etnia, o género e a classe, e para as subsequentes hierarquias de relações entre as línguas. Estes autores defendem que a tradução não pode ser um processo neutro, estando relacionada com as políticas da linguagem e da representação. Como tal, é importante considerar a identidade do tradutor e as suas percepções sobre as identidades daqueles para quem traduz. Compreender onde se situam as fronteiras entre estas identidades, e as assunções feitas por ambos os lados, é essencial para reflectir sobre a influência do processo de tradução na construção dos dados (Temple e Edwards 2002).

Os desafios associados à tradução centram-se muitas vezes nas noções de interpretação e definição do “significado” das palavras, ou de grupos de palavras, particularmente se estão enraizadas num contexto sociocultural específico distinto da língua de chegada (Temple e Edwards 2002). Além disso, deve reconhecer-se que existem vários códigos de comunicação entre palavras individuais ou sequenciadas, inerentes à língua e implicitamente compreendidos por um falante nativo (Nida 1991). Nida (1991) defende que estes “códigos extralinguísticos” são vitais para o discernimento de uma mensagem verbal emitida numa determinada língua, mas são extremamente difíceis de transmitir na tradução se for adoptada uma abordagem de tradução puramente “textual” ou baseada nas palavras.

Downing e Bogoslaw afirmam que a abordagem à tradução deve ser sempre escolhida tendo em consideração as perspectivas teóricas e metodológicas específicas do estudo, mas também para alcançar o objectivo comunicacional em particular da tarefa, seja a tradução de fichas informativas para uma língua local, seja a tradução de transcrições de entrevistas para inglês para fins de análise de dados (2003). Estes autores identificam várias abordagens diferentes à tradução. Cada uma delas tem as suas vantagens e desvantagens, podendo ser adequada para diferentes metodologias (Caixa 14).

Caixa 14. Abordagens à tradução

- *Tradução literal*: a tradução totalmente literal é impossível, e é inadequada para a maioria dos fins de tradução, já que não reconhece o significado contextual, sendo a ordem das palavras da língua de **partida utilizada de forma forçada na língua de chegada**.
- *Tradução textual (verbatim)*: utilizada para

Métodos recomendados

- Considere quais as qualificações que o tradutor deve possuir tendo em conta o objectivo e a abordagem metodológica da tradução. As principais qualificações podem incluir o conhecimento profundo das línguas de partida e de chegada, a familiaridade com ambas as culturas, conhecimentos actualizados sobre os estilos, dialectos e alterações linguísticas e o rigor e a clareza da escrita (Downing e Bogoslaw 2003, Regmi, Naidoo *et al.* 2010).
- Escolha uma abordagem à tradução em consonância com as perspectivas teóricas e metodológicas do estudo, assegurando a definição do grau de detalhe exigido e que todos os membros da equipa de investigação envolvidos em actividades de tradução conhecem a fundamentação lógica da abordagem.
- Considere cuidadosamente o formato da tradução, de modo a auxiliar a compreensão e a interpretação fiel do texto. Por exemplo, considere apresentar o texto de partida ao lado da tradução, em blocos de conteúdo significativos, de modo a facilitar o controlo e a interpretação.
- Considere efectuar a retroversão, recomendada por alguns autores como um método para avaliar a fidelidade da tradução e para realçar eventuais erros linguísticos ou falhas na interpretação (Downing e Bogoslaw 2003, Regmi, Naidoo *et al.* 2010). Contudo, a retroversão é criticada por ser dispendiosa e morosa, para além de falhar na identificação de algumas traduções literais erróneas (Downing e Bogoslaw 2003, McLellan-Lemal 2008).
- Uma solução de compromisso em relação à retroversão consiste em assegurar a verificação de uma amostra de gravações, transcrições e traduções por diferentes investigadores, de modo a avaliar a fidelidade e a transmissão adequada do significado da fonte para a tradução (Regmi, Naidoo *et al.* 2010).
- Defina os critérios para avaliar a qualidade das traduções, reflectindo as perspectivas teóricas e metodológicas. Tais critérios podem incluir: a compreensibilidade (especialmente no que diz respeito aos conceitos específicos da cultura), a adequação (do conteúdo e da abordagem) e a exactidão

(fidelidade ao texto de partida e aos factos-chave) (Downing e Bogoslaw 2003).

- Tenha em mente que as abordagens à tradução podem alterar-se durante o processo de investigação, à medida que o conhecimento é gerado e os pressupostos são postos em causa ou reforçados (Temple e Young 2004).

- Na fase de análise de dados e de formulação de conclusões, avalie e reflecta sobre o papel do tradutor na produção de dados e sobre a sua influência nos resultados e no processo de investigação como um todo.

O documento **“Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium”**, incluindo nos Materiais Complementares, inclui um modelo de Procedimentos Operacionais Normalizados para a Tradução (SOP 12). Estão igualmente disponíveis critérios para avaliar a forma como os investigadores gerem os tradutores e as implicações associadas para a produção de resultados fiáveis nos estudos multilingues (Squires 2009).

2.5 Abordagem analítica – a teoria que rege os métodos que o investigador escolher

A *abordagem analítica* aplicável a um estudo deve ser planeada antes da recolha de dados, uma vez que o enquadramento teórico da recolha de dados permite inevitavelmente focar a questão de investigação, e refiná-la. Nesta secção vamos introduzir o leitor às grandes categorias de abordagem analítica que um projecto de investigação qualitativa pode adoptar.

Ao contrário do que sucede na análise quantitativa, na análise qualitativa não existem regras ou procedimentos claramente convencionados que regulem as formas de recolha e análise de dados. Não obstante, existem tradições e debates sobre aquilo que constitui uma recolha e análise de dados eficaz, sendo importante ter em conta os elementos da vida social que a sua abordagem pode ocultar ou revelar. As abordagens à análise variam consoante a disciplina das ciências sociais, as assunções epistemológicas subjacentes ao tipo de estudo (ver Secção 1.2) e o foco e objectivos da investigação. A Caixa 15 indica algumas das abordagens analíticas mais comuns que os investigadores podem aplicar; ver também o website sobre análise de dados qualitativos *online* da University of Huddersfield, que aborda e contém mais recursos sobre várias abordagens diferentes (<http://onlineqda.hud.ac.uk/methodologies.php>).

Caixa 15. Abordagens analíticas qualitativas mais comuns

Tradições e abordagens na	
Relatos etnográficos	Análise do discurso
Histórias de vida	Indução analítica
Análise narrativa	Teoria fundamentada
Análise de conteúdo	Análise de políticas e de avaliação
Análise de conversação	

As abordagens analíticas podem distinguir-se entre aquelas que se baseiam no conteúdo e aquelas que têm uma base temática. Na análise de conteúdo, recorre-se à frequência ou ao realce de palavras e frases-chave e dos respectivos sinónimos numa fonte de dados (por ex., numa transcrição de uma entrevista) para identificar ideias importantes e reiteradas. A análise centra-se na forma como as ideias são apresentadas e na frequência da sua ocorrência e liga estes elementos a “variáveis externas” tais como o sexo ou o papel do participante na investigação (Spencer, Ritchie *et al.* 2003). Quando é aplicada na sua forma mínima (contagens de palavras), a relativa simplicidade desta abordagem torna-a muito fiável; porém, uma vez que o contexto é normalmente ignorado, os dados que produz tendem a ser não muito ricos e potencialmente menos válidos (Namey, Guest *et al.* 2008). Inversamente, a análise temática centra-se na interpretação dos dados pelo analista, na descrição de ideias explícitas e implícitas nos dados e na classificação destas ideias como temas em diversos conjuntos de dados. Uma vez que as interpretações podem variar de analista para analista, a fiabilidade pode ser um problema na análise temática, mas quando a análise é abordada de forma sistemática e reflexiva (ver CAPÍTULO 5), os dados codificados e contextualmente ricos que são produzidos podem ser considerados altamente válidos.

As abordagens que seguem uma orientação em grande medida “temática” podem ser classificadas consoante se centram principalmente na utilização da linguagem (por ex., análise de conversação, análise de discurso, interaccionismo simbólico ou etnometodologia), no desenvolvimento de uma compreensão descritiva ou interpretativa

da cultura estudada (por ex., histórias de vida, etnografia, abordagem híbrida da “análise do conteúdo temático”, ver *infra*) ou na construção de teorias (por ex., teoria fundamentada) ((Tesch 1990) em (Spencer, Ritchie *et al.* 2003)), apesar de na opinião da maioria dos autores não existir uma análise puramente atórica.

Os exemplos de análise de dados qualitativos do ACT Consortium abordados no CAPÍTULO 5 derivam principalmente de análises temáticas baseadas em dados, realizadas com recurso às abordagens da análise do conteúdo temático e/ou da teoria fundamentada, que resumiremos em seguida.

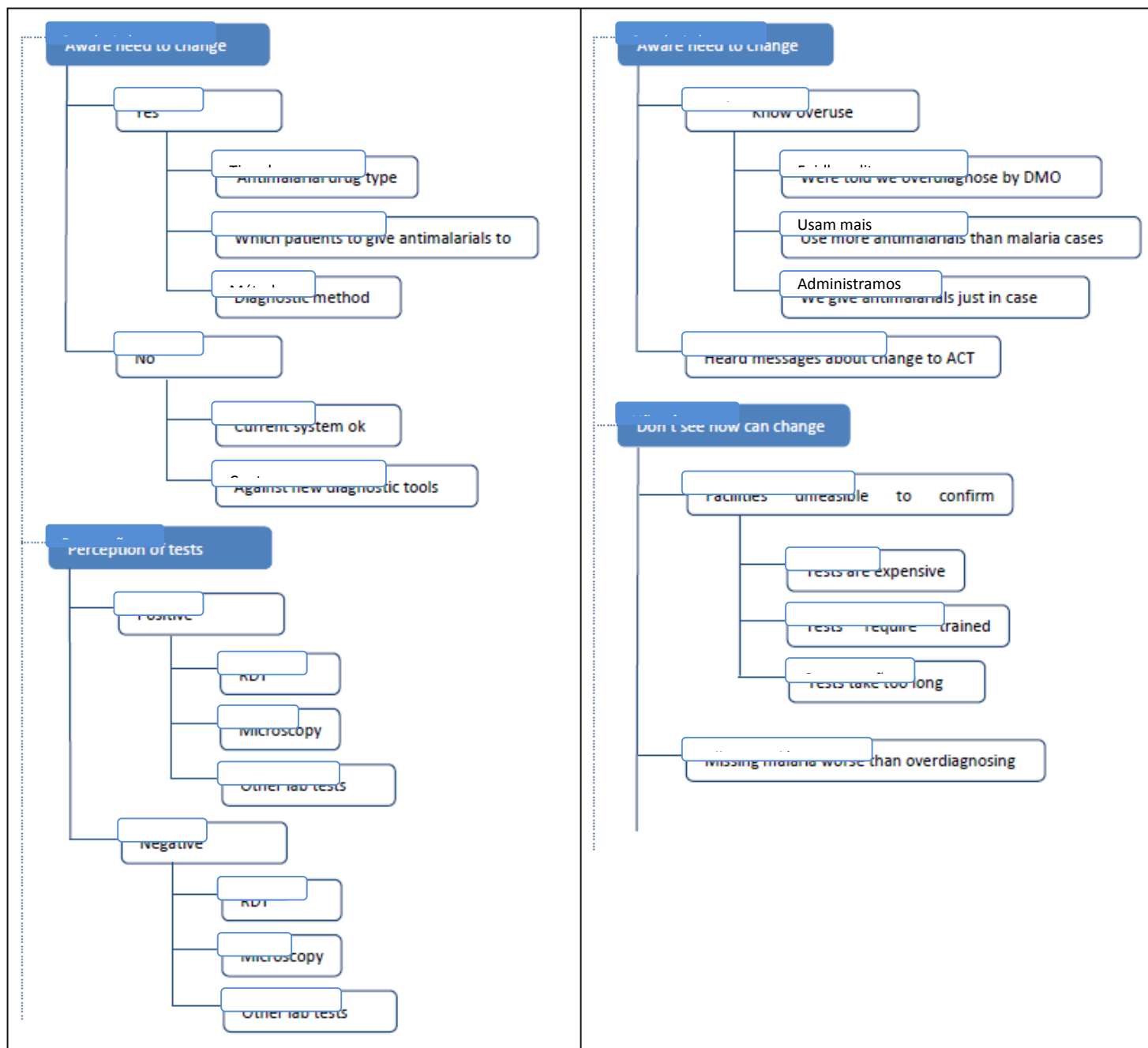
2.5.1 Análise do conteúdo temático

A análise do conteúdo temático é comumente utilizada em investigações qualitativas no domínio da saúde pública, e visa categorizar os relatos dos inquiridos de modo a que os mesmos possam ser resumidos. Este tipo de análise é normalmente realizado a dois níveis: o primeiro consiste na **codificação** das ideias do participante em categorias, e o segundo consiste na interpretação dos códigos recorrendo a métodos comparativos.

Codificação e categorização. A informação contida numa transcrição ou noutro produto de investigação é resumida ou “codificada” recorrendo a um esquema de codificação predeterminado (por ex., derivado de discussões com os assistentes de campo e com os coordenadores da investigação) ou a um esquema flexível desenvolvido a partir dos próprios dados (Caixa 16). Utilizando a codificação flexível, uma afirmação como “administramos medicamentos para a malária de forma sistemática porque com febre temos de descartar a malária, mas como temos muitos pacientes o laboratório não consegue realizar testes para todos, pelo que administramos medicamentos para a malária para cobrir a situação” pode ser classificada como “sabe que os medicamentos para a malária são sobreutilizados”, sendo criados outros códigos, classificados como “limitações dos laboratórios” e “importância de descartar a malária”, situados hierarquicamente como “códigos-filho” sob este “código-mãe”.

Relativamente a algumas questões de investigação, a codificação a este nível pode ser suficiente se o objectivo consistir em listar os problemas dos participantes em torno de determinado tópico, por exemplo “onde é que os membros da comunidade procuram tratamento para a febre e quais as limitações práticas que os afectam no acesso a cuidados em infraestruturas de saúde?” A codificação e categorização dos dados pode ser suficiente para descrever padrões na procura de tratamento e nas barreiras práticas ao acesso.

Caixa 16. Comparação entre esquemas de codificação hierárquica predefinida (esquerda) e à base de dados (direita) para explicar a sobreutilização de RDT



Interpretação comparativa. A codificação do conteúdo e dos temas pode ser aprofundada para examinar as relações entre temas que tenham surgido e o contexto de determinados códigos. Isto obriga o analista a adoptar uma abordagem comparativa aos dados – de que forma se relacionam os diferentes temas ou conceitos identificados na codificação? Por exemplo, qual a relação entre a percepção sobre o custo elevado dos novos medicamentos para a malária e dos novos testes e as percepções sobre a procura por parte dos pacientes, ou de que forma as opiniões divergem entre grupos diferentes de inquiridos, tais como funcionários dos serviços de saúde do sexo masculino e feminino? A adopção desta abordagem à análise permite adoptar uma abordagem mais interpretativa, sendo útil para compreender a amplitude das percepções no grupo estudado, bem como os possíveis pontos de contradição que podem fornecer informações importantes sobre os processos a visar por estratégias de alteração dos comportamentos. Também podem ser feitas comparações entre os dados recolhidos a partir dos mesmos grupos de participantes ao longo do tempo, ou entre grupos diferenciados de participantes que tenham sido objecto de intervenções diferentes. Neste caso,

os temas (normalmente atitudes, percepções e comportamentos relatados) podem ser gerados a partir dos dados recolhidos junto de cada grupo em separado, seguindo-se uma comparação do conteúdo dos temas entre grupos. Em alternativa, pode proceder-se à análise de todos os dados em conjunto, seguida da indexação dos códigos ou conceitos com base no grupo a que os inquiridos pertencam.

2.5.2 Abordagem da teoria fundamentada

A teoria fundamentada centra-se na criação de teorias a partir de dados: “da base para o topo” em vez de impor a teoria aos dados ao forçar a introdução dos dados numa estrutura predefinida. Esta abordagem tem por base as técnicas de codificação flexível e de análise comparativa acima descritas. O objectivo consiste em ir além da descrição e categorização do “quê” e do “como” dos dados, próprias da análise do conteúdo temático, e questionar o “porquê”, centrando-se nos fenómenos dos dados como exemplos de conceitos mais generalizáveis. Por conseguinte, a codificação passa de uma classificação descritiva para uma classificação conceptual, identificando os fenómenos gerais representados numa secção dos dados (ou num conjunto de códigos descritivos) sob análise. A teoria é construída a partir destes conceitos, transitando entre a teoria emergente e os dados, colocando a ênfase na inclusão de casos desviantes no desenvolvimento da teoria, criando um relato rico e abrangente que é fundado nos dados empíricos.

A abordagem da teoria fundamentada é muito útil para a investigação formativa, permitindo um conhecimento abrangente dos motivos pelos quais os grupos-alvo se comportam de determinado modo, o que, por sua vez, pode ajudar a identificar mecanismos de mudança que sejam aceites e eficazes. Esta abordagem é inevitavelmente mais intensiva e morosa, mas pode permitir compreender melhor como os participantes vêem o mundo de um ponto de vista conceptual e não meramente prático.

CAPÍTULO 3 Preparação do Projecto de Investigação

Resumo do capítulo

Secção	Página
3.1 Escolher uma boa equipa	66
3.2 Dar formação aos membros da equipa	67
3.5 Redigir um protocolo e procedimentos operacionais normalizados	67
3.4 Questões de natureza ética	68

3.1 Escolher uma boa equipa

Existem várias maneiras de formar uma boa equipa para fins de investigação qualitativa, dependendo das circunstâncias concretas, da experiência dos líderes do estudo, do contexto e do projecto. A formação de uma boa equipa tem essencialmente dois objectivos:

- assegurar o envolvimento das pessoas certas em cada fase do projecto, e
- promover relações entre elas, de modo a criar uma equipa resiliente e que dê resposta às alterações nas circunstâncias, actividades e pessoal do projecto (Mack, Bunce *et al.* 2008).

Nos projectos do ACT Consortium adoptámos várias abordagens à formação de equipas para fins de investigação qualitativa. Nalguns países, assistentes de campo com vastos antecedentes no domínio da saúde pública que haviam sido previamente recrutados para trabalhar noutras partes do ensaio clínico receberam formação sobre métodos qualitativos. Noutros, os assistentes de campo foram especificamente recrutados para formar uma equipa de investigação qualitativa dedicada, com particular experiência em disciplinas sociais (tais como assistentes sociais). As equipas foram dirigidas por gestores de ensaios clínicos específicos do projecto, algumas receberam apoio técnico junto de cientistas sociais nas universidades dos países onde os projectos foram realizados e todas elas receberam, com diversos graus de proximidade ou intensidade, apoio técnico sobre métodos qualitativos junto de cientistas sociais envolvidos em projectos do ACT Consortium a nível regional ou no Reino Unido.

Apesar de nos projectos de investigação ser inevitável alguma rotação no pessoal de campo, procurámos assegurar a continuidade dos investigadores e a familiarização dos mesmos com todas as fases da investigação, bem como com o contexto cultural em questão, através da contratação de líderes de equipa de investigação qualitativa locais e com competências suficientes e garantindo que os cientistas sociais do ACT Consortium que participassem na descrição dos resultados da investigação estivessem envolvidos na mesma desde o início. Os líderes das equipas locais exercem uma grande influência sobre o processo de investigação e sobre a dinâmica das equipas: a sua motivação pessoal e a sua experiência podem, em última análise, produzir um impacto substancial sobre a qualidade dos dados produzidos (Mack, Bunce *et al.* 2008). Nos projectos do ACT Consortium com equipas de investigação qualitativa de elevado rendimento, os líderes das equipas possuíam excelentes capacidades de gestão e inter-relacionamento, promovendo o tipo de melhores práticas de investigação qualitativa reflexiva e permanente que abordamos no CAPÍTULO 4 (por ex., discussões sistemáticas, embora informais, de “balanço” nas viagens de carro após uma discussão de grupo de foco tardia).

A maioria dos cientistas sociais envolvidos em projectos do ACT Consortium iniciou a sua participação na fase inicial dos projectos, de modo a apoiar o desenho da investigação e ministrar formação intensiva sobre

métodos qualitativos. Posteriormente, os líderes das equipas locais desempenharam funções essenciais de supervisão e foram responsáveis pela formação do pessoal recém-recrutado. Ocasionalmente, estes líderes foram igualmente chamados para ministrar formação sobre investigação qualitativa e para prestar apoio às actividades de análise noutros locais do projecto onde esses conhecimentos ainda não haviam sido desenvolvidos. Aparentemente, a participação de líderes de equipas de investigação qualitativa na execução de várias fases do projecto reafirmou a “identidade” da equipa de investigação qualitativa como parte integrante do projecto de investigação em geral, encorajando ainda mais o trabalho em equipa.

O envolvimento dos cientistas sociais do ACT Consortium após a formação foi visto como sendo essencial para o contributo permanente (principalmente à distância) para o processo de recolha de dados e de análise, através da leitura das transcrições e da apreciação da codificação. Nalguns projectos, estes cientistas sociais foram chamados para assumir a responsabilidade primária pela análise temática aprofundada, incorporando teoria, para ajudar as equipas locais a ir além da mera descrição na apresentação dos resultados – um dos principais critérios de qualidade para muitos dos nossos gestores de ensaios clínicos. Poderá obter mais informações em <http://www.actconsortium.org/pages/who-we-are.html>.

3.2 Dar formação aos membros da equipa

Antes de iniciar o trabalho de campo, o pessoal de campo deve receber formação sobre:

- os objectivos da investigação
- o protocolo do estudo (incluindo o teor e a finalidade dos guias de tópicos)
- as técnicas de extracção de dados para a investigação qualitativa
- a gravação e gestão de dados
- o código de conduta ética

Recomenda-se que todos os membros da equipa, independentemente das suas experiências individuais, recebam formação de reciclagem antes da recolha de dados qualitativos. A formação tem maiores probabilidades de ser eficaz quando os formandos partilham as suas próprias experiências e quando são realizadas actividades de dramatização e em pequenos grupos sobre cada um dos aspectos do trabalho de campo, incluindo a abordagem a potenciais inquiridos, como fazer uma introdução e obter o consentimento, as razões e os métodos para garantir a confidencialidade e o anonimato, como utilizar guias de tópicos; como tomar notas e como lidar com situações ou inquiridos difíceis. Os aspectos principais da formação de pessoal de campo são semelhantes aos das entrevistas e das discussões de grupo de foco, apesar de o conteúdo poder divergir.

Para as sessões de formação em projectos do ACT Consortium, recebemos formação intensiva durante 5 a 10 dias, com base num manual de formação para a investigação de campo desenvolvido pelo programa de investigação KEMRI-Wellcome e pelo programa WHO/TDR em Kilifi, no Quénia (Haaland, Molyneux *et al.* 2006). Este manual segue os métodos participativos e centra-se principalmente nas capacidades de comunicação. Os diapositivos e as fichas informativas que preparámos a partir deste manual no âmbito do programa de formação estão disponíveis na pasta de Materiais Complementares “**Materiais do ACT Consortium - Formação sobre Investigação Qualitativa**”.

3.3 Redigir um protocolo e procedimentos operacionais normalizados

Desenvolvemos um modelo para as equipas do projecto ACT Consortium redigirem protocolos para projectos de investigação qualitativa (ver o documento, incluído nos Materiais Complementares, “**Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium**”), incluindo procedimentos operacionais normalizados (SOP). Os SOP são pequenos guias que incluem detalhes sobre os procedimentos aplicáveis a cada uma das fases de preparação, recolha de dados, tratamento de dados e análise, constituindo um

elemento típico do planeamento de intervenções em equipa no domínio da saúde pública. Em conjunto com os protocolos detalhados, os SOP destinam-se a apoiar os assistentes de campo nas suas actividades de recolha de dados e a assegurar a normalização dos procedimentos. Apesar de ser vantajoso ter uma ideia sobre os SOP que são necessários, a nossa experiência mostrou-nos ser útil que sejam as equipas de projecto a redigir os seus próprios SOP, de modo a reflectir sobre o processo de investigação e identificar equívocos e lacunas metodológicas nos conhecimentos. À semelhança do que sucede com os guias de tópicos (Secções 2.1.3 e 2.2.3), com a recolha de dados (Secções 1.5.3 e 2.3.3) e com as ferramentas de gestão de dados e análise, os SOP devem ser objecto de ensaios-piloto e de actualizações.

3.4 Questões éticas na investigação qualitativa

Antes de iniciar o trabalho de campo, todo o pessoal de campo deve receber formação sobre as práticas e os princípios éticos básicos da investigação qualitativa (Caixa 17) e, em particular, sobre como administrar os procedimentos de autorização do projecto.

Um dos princípios essenciais da ética na investigação consiste em manter a confidencialidade dos participantes. Os participantes em projectos de investigação partilham informações valiosas e, por vezes, sensíveis, com o investigador, e confiam que este irá assegurar a protecção da sua identidade. É imperativo que os nomes dos participantes apenas sejam conhecidos pelos investigadores que coordenem e conduzam as actividades de investigação. Além disso, ninguém para além dos investigadores deve ter acesso às respostas dos participantes individuais, seja de forma accidental, seja de forma intencional. Por último, apenas os investigadores que forem necessários devem poder fazer a correspondência entre os nomes dos indivíduos as suas respostas.

Para proteger a confidencialidade dos participantes é útil desenvolver uma folha de código, contendo a lista dos nomes dos participantes e, diante de cada um deles, um código atribuído pelo investigador que identifique cada inquirido de forma exclusiva. Este código, e não o nome do inquirido, pode então ser escrito nos formulários de recolha de dados que forem usados, como por exemplo em formulários para tomar notas das entrevistas e escrever resumos de contacto, devendo os códigos, e não os nomes dos pacientes, ser utilizados nas discussões das equipas de investigação que forem realizadas em locais públicos. As folhas de código devem ser mantidas em local seguro, de modo a que apenas os investigadores tenham acesso às mesmas.

Nos requerimentos apresentados aos organismos de revisão ética para a investigação, as equipas de investigação qualitativa devem assegurar que estabelecem a forma como planeiam interagir com os participantes na investigação, como irão manter a segurança dos dados confidenciais e quais os riscos e benefícios previstos para os participantes, entre outros factores. Os requerimentos devem incluir fichas informativas, formulários de consentimento e versões preliminares das ferramentas de investigação (tais como guias de tópicos) com a advertência de que não é possível decidir *a priori* todos os aspectos de uma questão de investigação qualitativa (incluindo o que irá ser feito, e como), prevenendo-se que as ferramentas de investigação e os SOP venham a ser aperfeiçoados durante o trabalho de campo. Isto aplica-se em particular à investigação observacional não estruturada, durante a qual os acontecimentos imprevistos, tais como as conversas informais, têm de ser incorporados numa análise holística, uma vez que “por vezes, os significados ocultos das palavras [expressas em entrevistas formais] só se revelam quando observamos os actos dos interlocutores, no seu contexto” (Sobo 2009). Poderá consultar mais recursos sobre a ética na investigação qualitativa nos websites da Association of Social Anthropologists of the UK and the Commonwealth (http://www.theasa.org/ethics/Ethical_guidelines.pdf) e da American Anthropological Association (<http://www.aaanet.org/cmtes/ethics/Ethics-Resources.cfm>). A Caixa 17 inclui um sumário dos princípios acima delineados. O documento “**Protocolo e Ferramentas para Investigações Qualitativas do ACT Consortium**”, incluído nos Materiais Complementares, contém exemplos de fichas informativas e formulários de consentimento para participantes, bem como SOP para administrar os consentimentos.

Caixa 17. Práticas e princípios éticos comuns da investigação social

Relações e responsabilidades para com os participantes na investigação

A associação estreita, e por vezes duradora, entre as investigações sociais, especialmente os antropólogos, e as pessoas entre as quais realizam investigações implica relações pessoais e morais, confiança e reciprocidade entre o investigador e os participantes na investigação, para além do reconhecimento das diferenças de poder entre eles. Devem ser aplicados os seguintes princípios e práticas:

1. **Proteger os participantes na investigação e honrar a confiança.** Os investigadores sociais devem procurar proteger o bem-estar físico, social e psicológico dos participantes no estudo, e respeitar os seus direitos, interesses, sensibilidades e privacidade.
2. **Antecipar os problemas.** Os investigadores sociais devem ser sensíveis às possíveis consequências do seu trabalho e envidar esforços para evitar os efeitos nocivos que forem previsíveis. O consentimento por parte dos participantes não exonera os investigadores da sua obrigação de, tanto quanto for possível, proteger os participantes na investigação dos efeitos potencialmente nocivos da mesma.
3. **Evitar situações de intrusão indevida.** Os investigadores sociais devem ter consciência do potencial para a intrusão de algumas das suas pesquisas e métodos. O avanço do conhecimento e a procura de informação não são, por si só, justificações suficientes para nos sobrepormos aos valores e ignorarmos os interesses dos sujeitos do estudo.
4. **Negociar o consentimento informado.** Após o precedente criado pelos julgamentos de Nuremberga e pelas leis constitucionais de diversos países, as pesquisas envolvendo sujeitos humanos devem basear-se no consentimento informado e livre dos participantes. O princípio do consentimento informado exprime a convicção na necessidade de intercâmbios entre os investigadores sociais e as pessoas que os mesmos estudam que se pautem pela confiança e pelo respeito. A negociação do consentimento envolve a comunicação de informações como o(s) objectivo(s) do estudo, as consequências previstas da investigação; a identidade das entidades financiadoras e promotoras; as utilizações previstas dos dados; os possíveis benefícios do estudo e as possíveis situações de dano ou desconforto; problemas relacionados com o armazenamento e a segurança dos dados e o grau de anonimato e confidencialidade que pode ser proporcionado aos participantes. O consentimento é um processo, e não um facto isolado, devendo ser periodicamente revisitado pelo investigador. Contudo, para efeitos das comissões de ética é muitas vezes preferido o consentimento escrito formal.
5. **Direitos à confidencialidade e ao anonimato.** Os informadores e outros participantes na investigação têm direito ao anonimato, à privacidade e à confidencialidade. Deve-se ter cuidado para não violar o “espaço privado” (conforme for definido a nível local) de um indivíduo ou grupo; as possíveis ameaças à confidencialidade e ao anonimato devem, tanto quanto for possível, ser previstas, e os investigadores devem tomar medidas adequadas para guardar todos os registos em segurança durante e após o trabalho de campo, devem remover os identificadores e utilizar pseudónimos e outras soluções técnicas para proteger a privacidade nos registos de campo e nas formas orais e escritas de divulgação de dados; contudo, os investigadores devem esclarecer aos participantes que poderá não ser possível ocultar totalmente as identidades e que o anonimato pode ser involuntariamente comprometido.
6. **Retribuição justa pela assistência prestada.** Os informadores, os tradutores e os participantes na investigação não devem ser objecto de exploração económica, devendo ser retribuídos de forma justa pela sua ajuda e serviços.
7. **Direitos de propriedade intelectual dos participantes.** Deve reconhecer-se que os participantes na investigação têm direitos contratuais e/ou legais sobre os dados, as gravações e as publicações. Os participantes devem ser esclarecidos sobre até que medida serão consultados antes da publicação.
8. **Envolvimento dos participantes na investigação.** Tanto quanto for possível, os investigadores sociais devem procurar envolver os sujeitos do estudo no planeamento e execução dos projectos de investigação, devendo reconhecer que as suas obrigações para com os participantes ou para com a comunidade anfitriã podem não cessar com a conclusão do seu trabalho de campo ou projecto de investigação.

Estas orientações foram adaptadas da obra “Ethical Guidelines for Good Research Practice” da Association of Social Anthropologists, que inclui também secções sobre as relações e responsabilidades para com os promotores, financiadores e empregadores, bem como para com os colegas e a disciplina. (www.theasa.org)

CAPÍTULO 4 Gerir um Projecto com Qualidade

Resumo do capítulo

Secção	Página
4.1 Garantia permanente da qualidade	70
4.2 Monitorização da investigação qualitativa	73

Em diversos aspectos, os princípios para a boa gestão de um projecto de investigação qualitativa são semelhantes aos que se aplicam à gestão de ensaios clínicos ou de outros tipos de investigação e, por conseguinte, não carecem de um desenvolvimento exaustivo neste documento. Da perspectiva da gestão de projectos, as técnicas para o recrutamento e gestão de pessoal de investigação, fiscalização dos orçamentos, acompanhamento dos calendários e gestão dos processos relativos aos materiais, recursos e logística são, na sua totalidade, aplicáveis à investigação qualitativa do mesmo modo que são aplicáveis a outros tipos de projectos de investigação. Do mesmo modo, os requisitos institucionais e de governação em matéria de cumprimento de padrões éticos, comunicação adequada dos progressos dos projectos e manutenção de padrões de gestão de dados são comuns nos projectos qualitativos e noutros tipos de projectos. Contudo, do ponto de vista científico, os valores sobre o que constitui uma investigação de “qualidade” e sobre como assegurá-la durante um estudo são diferentes quanto se trata de uma investigação qualitativa. É este processo de garantia da qualidade que será descrito nas secções seguintes, incluindo uma sugestão de abordagem à avaliação e ao reforço da qualidade durante a execução das actividades de investigação.

4.1 Garantia permanente da qualidade

4.1.1 Definir a garantia da qualidade para a investigação qualitativa

O conceito de garantia da qualidade nos ensaios clínicos está bem estabelecido, assim como os respectivos mecanismos e processos de implementação, em grande parte com base nas orientações sobre as boas práticas clínicas (BPC), (Agência Europeia de Medicamentos, 2002). Em contraste, não existem orientações estabelecidas e universalmente reconhecidas para a garantia da qualidade da investigação qualitativa, mesmo quando esta é realizada no âmbito de ensaios clínicos (Reynolds, Kizito *et al.* 2011). Isto reflecte em parte o actual debate entre investigadores qualitativos com orientações epistemológicas diferentes sobre o que constitui a “qualidade” na investigação qualitativa, e sobre como demonstrá-la (Devers 1999). Esta situação é agravada pelo vasto leque de métodos e abordagens metodológicas que podem ser empregues na investigação qualitativa, a que acrescem os desafios de responder às expectativas em termos de qualidade de outros paradigmas de investigação, por exemplo quando a investigação qualitativa está integrada numa abordagem de métodos mistos. A epistemologia positivista subjacente às BPC e à investigação clínica, incluindo a rigidez das orientações, baseadas em listas de controlo dos critérios de qualidade, é inadequada para as investigações qualitativas, caracterizadas pela sua epistemologia em grande medida interpretativa e com métodos frequentemente muito mais flexíveis e subjectivos.

Como tal, é importante desenvolver uma definição e uma estratégia para a “garantia da qualidade” que seja adequada e viável para apoiar e melhorar a qualidade da investigação qualitativa.

4.1.2 Abordagem à garantia da qualidade

A abordagem recomendada que é aqui descrita reflecte uma conceptualização específica da garantia da qualidade em relação aos princípios e métodos da investigação qualitativa. Em primeiro lugar, esta abordagem prossegue dois objectivos principais:

1. Ajudar a garantir que a investigação goza da máxima credibilidade científica que for possível; e
2. Permitir aos investigadores responder às exigências externas – de financiadores, revisores pares e responsáveis políticos – em matéria de provas de qualidade e de garantia da qualidade.

Em segundo lugar, a abordagem compreende duas perspectivas no sentido da qualidade na investigação qualitativa:

1. *Uma perspectiva orientada para os processos*: uma série de mecanismos adoptados durante o processo de investigação para garantir a qualidade, orientados por um conjunto de princípios-chave sobre as “boas práticas” de investigação;
2. *Uma perspectiva orientada para os resultados*: adoptar técnicas que possam demonstrar a uma audiência externa que a qualidade da investigação foi assegurada.

Estas duas perspectivas reflectem as conclusões de um estudo que explorou o discurso em volta da qualidade e da garantia da qualidade na literatura sobre investigação qualitativa (Reynolds, Kizito *et al.* 2011). Este estudo recomendou que fossem desenvolvidas estratégias de garantia da qualidade para permitir ao investigador qualitativo definir princípios de qualidade em cada fase do processo de investigação, bem como demonstrar às audiências externas a credibilidade da sua investigação.

4.1.3 Definir os princípios das boas práticas

Na fase inicial do desenho de uma estratégia de garantia da qualidade é importante explicitar os valores ou princípios de qualidade próprios das perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas específicas do projecto de investigação qualitativa a realizar. Na Caixa 18 é apresentado um exemplo de um conjunto de princípios de qualidade, ou “boas práticas”, incluindo definições de trabalho para cada um deles. Este conjunto de princípios acordado pode então orientar a investigação e servir como um quadro com base no qual pode ser avaliada e assegurada a qualidade permanente da investigação.

Caixa 18. Princípios e definições de boas práticas de investigação qualitativa

- **Reflexividade** - o investigador reflecte sobre a sua posição, assunções e viés e considera a influência destes factores sobre o processo e os resultados da investigação.
- **Transparência** - a honestidade em relação à representação dos dados, apresentando, de uma forma aberta, a tomada de decisões e a interpretação durante o processo de investigação.
- **Exaustividade** - explorar as ideias o mais possível, de modo a capturar os dados mais ricos que estiverem disponíveis no âmbito do estudo e considerar um vasto leque de interpretações sobre os dados.
- **Responsabilidade** - compreender o papel de cada membro da equipa de investigação na produção de dados com boa qualidade e reconhecendo a responsabilidade de cada indivíduo para assegurar este objectivo.
- **Conduta ética** - conduzir a investigação de um modo que não lese nem cause desconforto ou dificuldades aos participantes e com observância dos códigos de ética da instituição ou instituições que tiverem aprovado o estudo.
- **Abordagem sistemática** - um processo metódico e lógico para traçar e concluir cada uma das fases do processo de investigação, de modo a responder à questão de investigação da forma mais

4.1.4 Plano de actividades para garantir a qualidade

De modo a garantir a qualidade durante todo o processo de investigação, podem ser planeados mecanismos e actividades que reflectam os princípios escolhidos em matéria de qualidade e, assim, facilitar a garantia da qualidade em cada uma das fases. Este plano pode ser flexível na sua abordagem, devendo ser revisto periodicamente para identificar se são necessárias actividades adicionais para melhorar a qualidade, ou se é necessário introduzir alterações. Por exemplo, pode não ser apropriado avaliar cada um dos princípios das boas práticas em cada fase da investigação, mas cada um deles deve ser pelo menos tido em conta à medida que o plano for sendo desenvolvido. Além disso, pode ser utilizada mais do que uma actividade para avaliar um princípio em particular. A Tabela 4 inclui exemplos de actividades que podem ser implementadas para assegurar a qualidade à luz de diferentes princípios das boas práticas.

Tabela 4. Exemplo de actividades de garantia da qualidade para cada fase da investigação

Fase da investigação	Princípio de qualidade	Actividade / mecanismo
Desenho da investigação	<i>Exaustividade</i>	Explorar um vasto leque de perspectivas teóricas e metodológicas com relevância para a questão de investigação, de modo a situar o enquadramento deste estudo.
	<i>Reflexividade</i>	Reconhecer explicitamente a posição epistemológica e o quadro teórico e considerar as assunções inerentes a estes aspectos.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>
Formação	<i>Responsabilidade</i>	Dar formação a cada membro da equipa de campo sobre os objectivos e a orientação teórica do estudo, bem como sobre a sua posição em relação à produção de resultados e à qualidade da investigação.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>
Preparação e ensaios-piloto	<i>Transparência</i>	Documentação clara, descrevendo a forma como as ferramentas do estudo foram ensaiadas e avaliadas, e como as decisões sobre as revisões das ferramentas e processos foram tomadas.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>
Recrutamento	<i>Conduta ética</i>	Recrutar os participantes de acordo com o protocolo aprovado eticamente e com as orientações éticas para assegurar a implementação de um processo adequado de consentimento informado.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>
Recolha de dados	<i>Abordagem sistemática</i>	Desenvolver procedimentos operacionais normalizados antes do início da recolha de dados qualitativos, submetendo-os a ensaios-piloto para assegurar que são sistematicamente aplicados pela equipa de campo.
	<i>Transparência</i>	Documentação das discussões em torno do guia de tópicos (incluindo perguntas individuais) e de eventuais alterações às perguntas que tiverem sido sugeridas e introduzidas, com explicações.
	<i>Reflexividade</i>	A equipa de campo deve reunir-se após cada evento de recolha de dados para discutir o mesmo e as suas posições em relação aos dados recolhidos. Reuniões regulares com a equipa de campo e com os investigadores principais durante a recolha de dados para reflectir sobre as interpretações dos dados extraídos e sobre a forma como as mesmas estão a influenciar o processo de recolha de dados.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>
Gestão de dados	<i>Conduta ética</i>	Assegurar que os dados são mantidos confidenciais recorrendo a processos adequados de codificação e de armazenamento de dados.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>
Transcrição e tradução	<i>Abordagem sistemática</i>	Desenvolver um conjunto claro de orientações para a transcrição e a tradução, de modo a assegurar que a exactidão da transcrição é verificada por comparação com a gravação original, e efectuar retroversões para assegurar a interpretação adequada do significado na amostra.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>
Análise de dados	<i>Responsabilidade</i>	Dar oportunidade a cada membro da equipa de campo para contribuir com interpretações dos dados à medida que a recolha for sendo efectuada, de modo a garantir a sua motivação continuada no estudo e a compreensão dos objectivos do mesmo.
	<i>Etc. . .</i>	<i>Etc. . .</i>

Descrição e divulgação	<i>Exaustividade</i>	Desenvolver uma estratégia para descrever os resultados que assegure que o leque dos principais temas e constructos é fielmente apresentado, e que as contradições ou variações da amostra são comunicadas e devidamente tidas em conta durante a redacção.
	<i>Etc. . .</i>	Etc. . .

4.1.5 Responsabilidade pela garantia da qualidade

Como corolário da perspectiva orientada para os processos que subjaz à estratégia de garantia da qualidade que é proposta, recomenda-se que cada membro da equipa de investigação receba formação para compreender o papel que desempenha na produção de dados e, por conseguinte, a responsabilidade que lhe cabe na aplicação dos princípios das boas práticas de investigação no seu trabalho. A compreensão dos objectivos do estudo e a motivação e empenho na sua prossecução ajudam os membros de equipa de investigação a reforçar o seu sentido de responsabilidade em relação à garantia da qualidade.

Além disso, pode ser útil designar determinados membros da equipa de investigação para assumirem oficialmente a responsabilidade por assegurar que as actividades identificadas para ajudar a garantir a qualidade (por exemplo, conforme é ilustrado na Tabela 4) são realizadas e comunicadas em conformidade, de modo a informar as eventuais tomadas de decisão daí resultantes. Pode ser igualmente útil atribuir prazos para a realização de cada uma destas actividades, bem como definir as datas para a realização, por membros da equipa de campo e por investigadores principais, de revisões periódicas à estratégia de garantia da qualidade, de modo a introduzir alterações aos prazos e actividades, se for necessário. A responsabilidade por assegurar que a estratégia de garantia da qualidade como um todo é implementada e revista periodicamente pode ser atribuída a um membro superior da equipa de investigação.

4.2 Monitorização da investigação qualitativa

No âmbito da estratégia de garantia da qualidade, pode ser aconselhável planear a realização de uma avaliação externa à qualidade das actividades de investigação em curso, de modo a obter informações sobre se e como a investigação pode ser reforçada. Esta avaliação enquadra-se nos objectivos mais gerais da garantia da qualidade, já que pode facilitar a melhoria da qualidade em várias fases do processo de investigação e pode ser igualmente citada como uma medida sistemática adoptada pelos investigadores no sentido de garantir a qualidade.

A abordagem que sugerimos para a avaliação e reforço da qualidade (ARQ) é inspirada nas práticas de monitorização dos ensaios clínicos, sendo normalmente definida como o acto de supervisionar o processo e os progressos de um ensaio através de uma série de controlos destinados a assegurar que o mesmo está a ser conduzido, registado e comunicado em conformidade com o protocolo, os SOP e os requisitos legais aplicáveis (Williams 2006). Os processos de monitorização dos ensaios clínicos também envolvem normalmente a realização de auditorias, e a abordagem em matéria de ARQ que adoptámos também segue esta ideia, recomendando que as equipas de investigação se articulem com cientistas sociais externos ao estudo para conduzir a avaliação da qualidade.

O documento **“Protocolo do ACT Consortium - Monitorização da Garantia da Qualidade para a Investigação Qualitativa”**, incluído nos Materiais Complementares, contém um exemplo de um protocolo para a realização de ARQ em investigação qualitativa, com explicações sobre cada um dos passos e exemplos de ferramentas para a recolha e comunicação de dados sobre a avaliação da qualidade. Este protocolo traça a panorâmica geral da nossa abordagem em matéria de ARQ, reflectindo a perspectiva epistemológica interpretativa subjacente à investigação qualitativa realizada no âmbito dos projectos do ACT Consortium, bem como os princípios sobre a qualidade já abordados. Pretende-se que este modelo de ARQ permita às equipas de investigação reflectir sobre as suas próprias práticas, de modo a reforçar a implementação, nos projectos, de

uma estratégia mais abrangente em matéria de garantia da qualidade, para além das auditorias formais. O protocolo aborda ainda a forma como pode ser adaptado e personalizado para se ajustar a projectos de investigação qualitativa individuais.

CAPÍTULO 5 Interpretação de Dados Qualitativos

Resumo do capítulo

Secção	Página
5.1 Codificação e análise de dados qualitativos	75
5.2 Síntese, meta-dados e meta-análise	86
5.3 Descrição de dados qualitativos	85

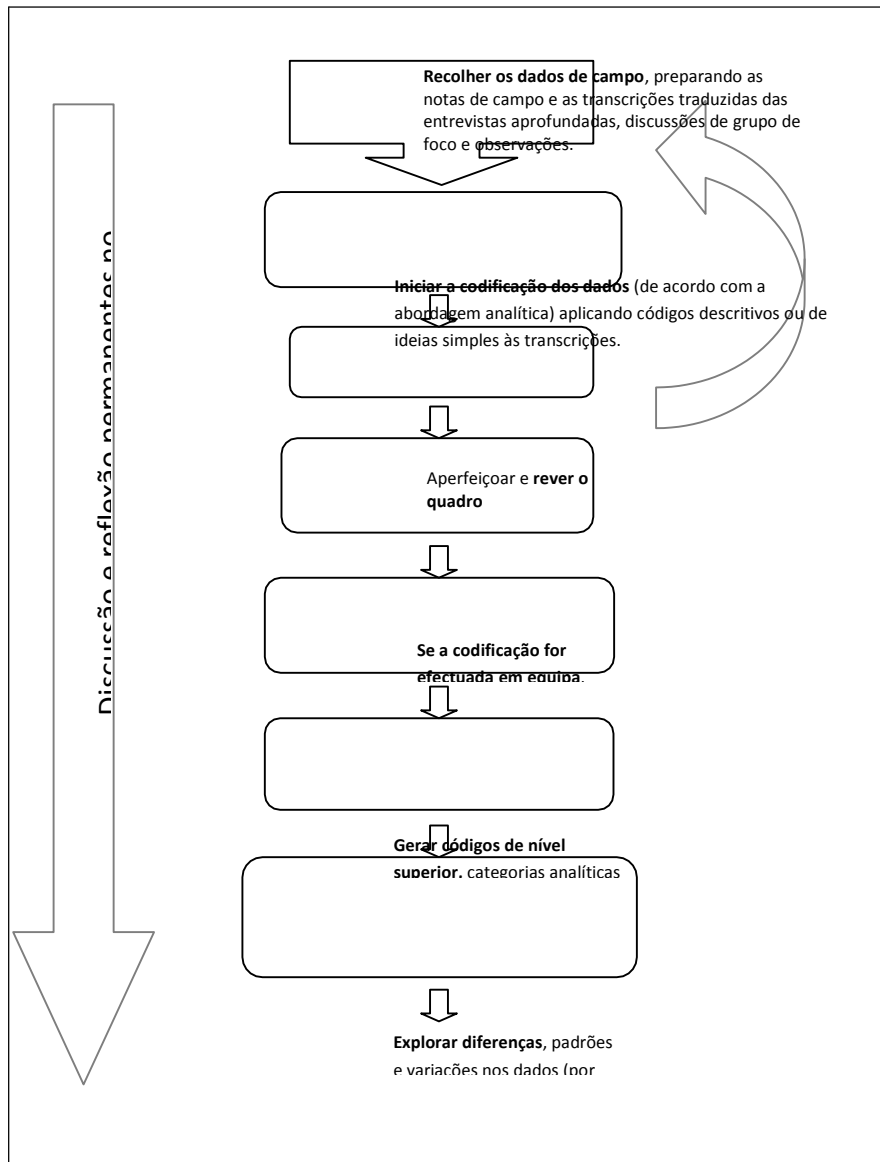
5.1 Codificação e análise de dados qualitativos

5.1.1 Resumo do processo analítico

Uma vez iniciado o trabalho de campo e concluída a gestão dos dados em bruto (por exemplo, após a conclusão da transcrição e tradução, quando necessário), dá-se início à análise dos dados qualitativos. Dependendo da *abordagem analítica* adoptada para o projecto (ver secção 2.5), a análise de dados pode ter lugar após a conclusão do trabalho de campo, ou em simultâneo com o mesmo, contribuindo iterativamente para as actividades de trabalho de campo em curso e permitindo explorar novas ideias ou temas identificados na mesma. Ver (Auerbach e Silverstein 2003), que contém um guia útil e detalhado sobre o processo analítico.

Em termos gerais, o processo de análise de dados qualitativos não tem fases obrigatórias ou fixas, ou um ponto final definitivo. Em vez disso, envolve um leque de actividades com reflexão permanente para explorar padrões, temas e/ou constructos teóricos nos dados, identificados através de um processo sistemático, transparente e exaustivo. Apresenta-se seguidamente um diagrama que resume as principais fases da análise de dados qualitativos (Figura 3).

Figura 3. Fases da análise de dados qualitativos



Iniciar a criação da “história” dos resultados, em relação à questão de investigação, através da redacção, apresentação, discussão e recurso à literatura.

Rever e concluir a interpretação dos resultados através de versões preliminares e revisões do relatório/manuscrito final.

5.1.2 Utilização de software

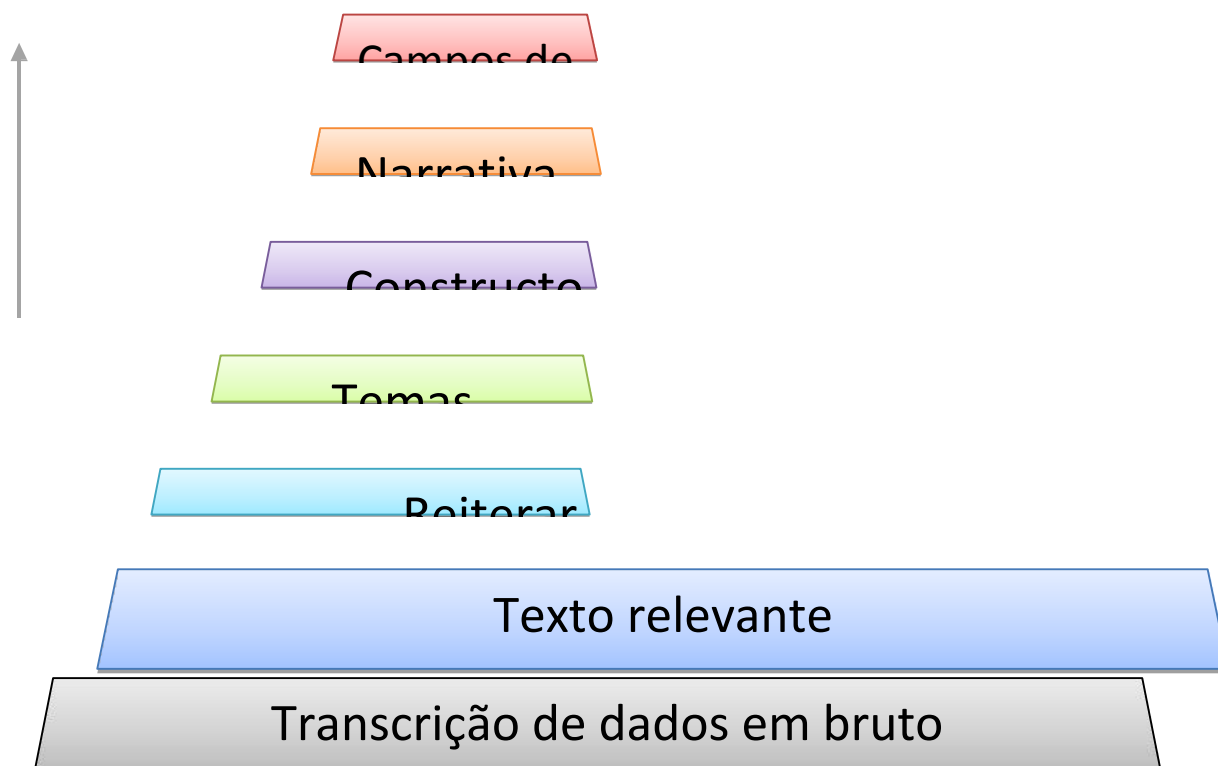
Ao contrário do que sucede com os pacotes de software estatísticos para dados quantitativos, os programas de análise de dados qualitativos não fazem a análise sozinhos – nenhum software de análise de dados qualitativos fornece aos investigadores um quadro metodológico ou analítico. Este tipo de software limita-se a oferecer formas de gerir, explorar e atribuir códigos aos seus dados. A interpretação destes códigos e o raciocínio envolvido na criação de uma “narrativa” teórica a partir dos dados codificados continua a ser da responsabilidade do(s) investigador(es) (Auerbach e Silverstein 2003). Poderia pensar-se que a utilização de software melhora a solidez e a qualidade do processo de análise, mas tal não é necessariamente verdade. Os pacotes de software para análise de dados qualitativos baseiam-se nos mesmos princípios que são aplicados à análise de dados “manual” – a construção de uma narrativa de interpretação do conjunto de dados com base na identificação de unidades de significado nas fontes de dados individuais. As vantagens da utilização de software neste processo incluem a capacidade de armazenar e gerir conjuntos de dados de grandes dimensões com múltiplas fontes de dados e a capacidade para partilhar facilmente quadros de codificação com outras pessoas, permitindo a identificação das revisões, a comparação de padrões de codificação e a intercalação de diferentes ficheiros de códigos. Contudo, a utilização de um programa pode não ser útil se o conjunto de dados qualitativos for muito pequeno (por exemplo, apenas meia dúzia de entrevistas), e até mesmo inadequada para algumas abordagens analíticas, por exemplo nos casos em que seja especialmente importante interpretar o evento de trabalho de campo *como um todo*.

Estão disponíveis vários programas diferentes, incluindo algumas aplicações gratuitas que podem ser descarregadas da Internet. O website do projecto de trabalho em rede CAQDAS (caqdas.soc.surrey.ac.uk) oferece orientações independentes para ajudar os investigadores a escolher software de análise de dados qualitativos e inclui análises actualizadas das capacidades e limitações de várias das aplicações mais comuns. Uma das aplicações mais utilizadas e reconhecida é provavelmente o NVivo, da QSR International (à base de assinatura). Algumas das recomendações específicas desta orientação reflectem as experiências dos investigadores do ACT Consortium com a utilização do NVivo nas actividades de análise e podem não se aplicar a outros programas. Pode consultar um guia mais detalhado sobre a utilização do NVivo na análise qualitativa em (Bazeley 2007).

5.1.3 O processo de codificação

A codificação consiste na prática de categorizar dados (por ex., secções de texto de transcrições) por significados e ideias, à medida que são interpretados pela equipa de investigação. Os dados são lidos linha por linha, sendo atribuídas etiquetas (códigos) a secções de texto para ilustrar o significado ou os conceitos subjacentes (Strauss e Corbin 1998). Seguidamente, são construídos grupos de códigos num processo iterativo. O processo de atribuição de códigos aos dados, dispondo e revendo os códigos para gerar grupos ou categorias e procurando padrões nos dados, varia consoante a *abordagem analítica* escolhida, assim como a terminologia empregue para descrever cada fase. Contudo, o princípio de observar pequenas unidades de dados, interpretar o seu significado e, seguidamente, organizar a informação para identificar categorias significativas em todo o conjunto de dados é bastante semelhante na maioria das abordagens analíticas. Isto é ilustrado na Figura 4 e desenvolvido nas subsecções seguintes.

Figura 4 Representação do processo de codificação utilizado na análise de dados qualitativos. Adaptado de (Auerbach e Silverstein 2003).



1. Familiarização com os dados em bruto

O ponto de partida para as actividades de codificação e análise consiste na familiarização com os dados. Isto deve ser feito através da leitura de todas as transcrições em bruto pelo menos uma vez (e/ou de outras fontes de dados, como por exemplo formulários de resumo de contacto e notas de campo), para começar a compreender cada uma delas na íntegra. As ideias ou pensamentos que surjam imediatamente a partir desta familiarização podem ser anotados num memorando ou num documento semelhante (de preferência datado e fazendo referência à transcrição ou transcrições que deram origem às ideias), podendo ser introduzidos na análise numa fase posterior, por exemplo quando forem explorados temas ou constructos teóricos.

2. Considerar o que é relevante

As entrevistas, as discussões de grupo de foco, as observações e outros métodos qualitativos podem produzir enormes quantidades de dados, particularmente quando são acompanhados por resumos de contacto ou notas de campo reflexivas. Mais uma vez, dependendo da abordagem analítica adoptada, será provavelmente importante manter uma atitude aberta no início da codificação dos dados. Na maioria dos casos, isto envolverá a tentativa de identificar ideias, temas e constructos a partir dos próprios dados (de acordo com uma abordagem *baseada em dados*: ver Secção 2.5), em vez de lhes aplicar códigos ou categorias predefinidos. Porém, isto não significa que todos os dados e as ideias que os mesmos reflectem serão relevantes para a questão de investigação, sendo que a morosidade própria da análise qualitativa implica que seja aconselhável adoptar uma abordagem mais estratégica à codificação.

Uma das formas de ajudar os investigadores a determinar a relevância consiste em regressar ao objectivo inicial da investigação. No início da análise, recomenda-se que cada investigador envolvido na codificação dos dados se recorde dos objectivos da investigação, e resuma os pontos de vista teóricos e as abordagens analíticas que forem adoptados para o estudo.

3. Aplicar códigos aos dados – codificação de primeiro nível

Um código (denominado “nó” no NVivo) é uma etiqueta que representa uma ideia transmitida numa unidade de dados, normalmente um segmento de texto extraído de uma transcrição. Para iniciar a codificação recorrendo a uma abordagem “de baixo para cima” (ou seja, sem um quadro de codificação predefinido) podem ser escolhidas algumas transcrições para desenvolver um quadro de codificação inicial, para ser aplicado às outras transcrições. À medida que for lendo cada transcrição linha por linha, procure ideias ou unidades de significado em cada pequeno segmento de dados. Realce o segmento de texto e atribua-lhe um código com uma etiqueta que reflecta ou resuma a ideia. Segue-se um exemplo de texto codificado a partir de uma discussão de grupo de foco realizada no âmbito de um estudo sobre as experiências das pessoas ao participar num estudo clínico na Tanzânia (www.actconsortium.org/InterACTperceptions) (Caixa 19, mostrando o texto original em suaíli e o texto traduzido em inglês). É provável que existam várias ideias numa secção de dados, por exemplo, na resposta de um participante a uma pergunta. Deve ser atribuído um código separado a todas elas, pelo que podem ser atribuídos à mesma secção vários códigos sobrepostos.

Caixa 19. Exemplo de texto codificado

Código: “Eu costumava zangar-me com os investigadores quando eles me queriam tirar sangue”

(DGF-A1-Mulheres)

...

Moderador: na unafikiri pale mwanzo ulikuwa na wasiwasi kama vile damu ilivyokuwa inatolewa kadri unavyoshiriki?

Moderador: Acha que no início estava ansiosa devido à forma como lhe tiravam sangue durante a sua participação?

Inquirida 03: Wasiwasi lazima ulikuwepo, kama mimi nilikuwa nagombana nao sana kwa sababu walikuwa wakichukua damu nkiona nawaambia bado? 'mbona mnachukua damu nyingi' damu yangu itaisha hadi nikashawishika nisirudi tena lakini wakanihudumia vizuri mpaka nikazoea.

Inquirida 03: Eu tinha de estar preocupada, eu costumava zangar-me com a forma como eles tiravam o sangue, quando os via perguntava: outra vez? “Porque é que estão a tirar tanto sangue, o meu sangue vai acabar”, mas eles convenceram-me a regressar e prestaram-me um bom serviço até eu me habituar

Dicas para a codificação de primeiro nível:

- Quando seleccionar texto para codificar, seleccione (e codifique) o texto circunjacente à ideia de interesse, incluindo (se for caso disso) a pergunta ou o diálogo que suscitam a resposta, e tanto a versão original como a versão na língua inglesa do texto em questão. Isto significa que quando o código for lido posteriormente, separado da transcrição completa, o contexto da ideia – como surgiu na entrevista ou discussão – será aparente para o investigador. A inclusão da versão original ajuda o investigador a compreender a relação (e a distância) entre o código etiquetado e a sua origem sob a forma de dados, caso a validade das traduções tenha de ser reexaminada num momento posterior.
- Seja sempre o mais descritivo possível quando designar as ideias sob a forma de códigos, de modo a que estes descrevam e transmitam a ideia com clareza. Isto é particularmente útil quando a codificação é feita em grupo, em que os outros investigadores têm de ser capazes de interpretar os seus códigos. Se o código for algo ambíguo, ou puder ser mal entendido, acrescente uma “descrição” nas propriedades do código (se estiver a utilizar software) ou num livro de código mestre (se utilizar um). Alguns autores

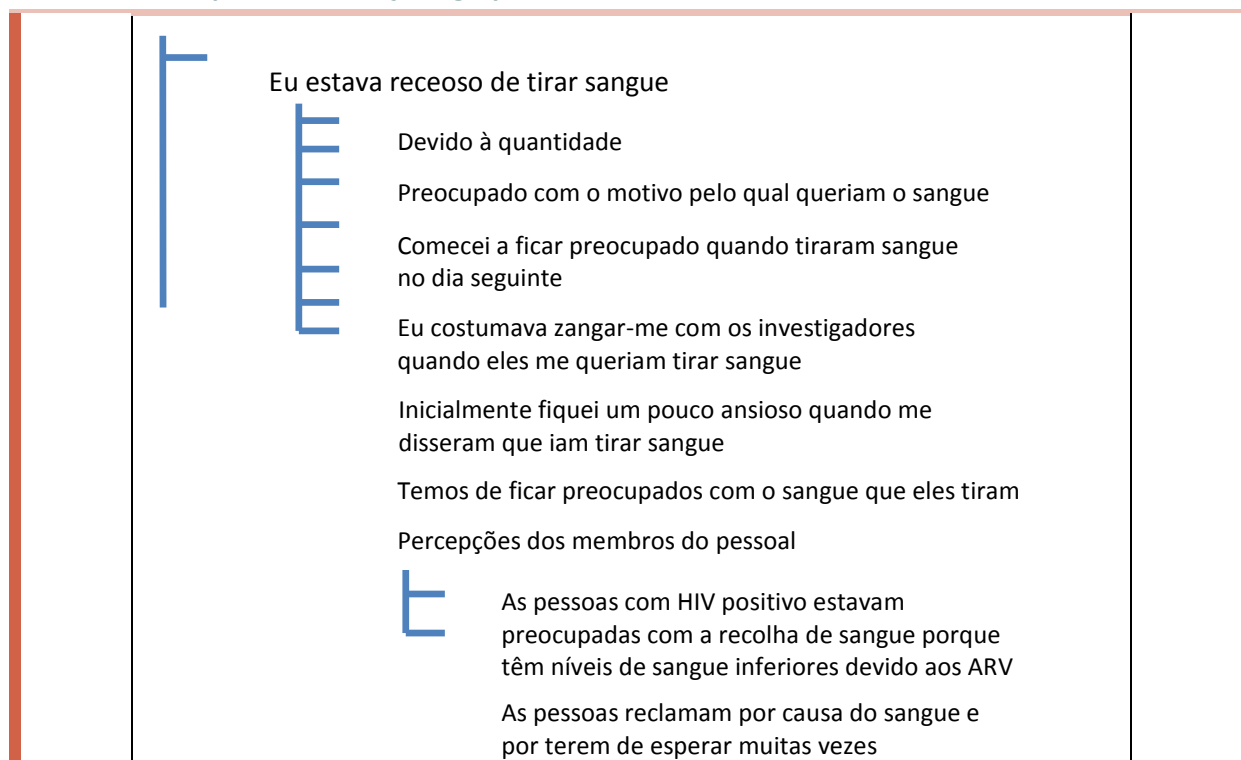
recomendam escrever definições completas e os critérios de inclusão e exclusão para os códigos, juntamente com exemplos de uma afirmação típica de um participante codificada na ideia, para tornar a codificação tão sistemática quanto possível (MacQueen, McLellan-Lemal *et al.* 2008).

- No caso da codificação de primeiro nível, quanto mais básica for a unidade de significado e quanto mais completa for a descrição da ideia subjacente a cada segmento de texto, melhor. Isto permite criar uma base de ideias mais completa, a partir da qual podem começar a ser edificados temas e constructos mais complexos. Esta abordagem também ajuda a tornar o processo de interpretação de dados mais transparente, o que é muito útil para os outros codificadores da equipa e para demonstrar a qualidade do processo de investigação.
- Os códigos *in vivo* extraem palavras ou frases textualmente a partir das transcrições para capturar um conceito descrito pelo participante. Isto pode ser particularmente útil para assegurar uma relação estreita entre a interpretação do significado e os dados em bruto, bem como para explorar a terminologia e o discurso naturais num conjunto de dados. Um exemplo de um código *in vivo* do estudo tanzaniano acima descrito, que se tornou um componente central da análise é “no projecto preocupam-se mesmo connosco”, que foi extraído de diversas secções dos dados, tendo os participantes proferido essas palavras directamente em discussões de grupo de foco.
- A codificação utilizando formas verbais (verbos compostos como “*ser internado no hospital*”) em vez de nomes (tais como “*internamento hospitalar*”) é mais susceptível de focar imediatamente a análise nos processos, acções e significados que são relevantes para os fenómenos sociais estudados, que poderiam de outro modo permanecer invisíveis no texto. A codificação de texto desta forma invoca questões analíticas desde o início, permitindo uma transição mais rápida do processo de descrição de dados para a sua explicação (Charmaz 2012).

4. Agrupar códigos – codificação de segundo nível

À medida que vão sendo gerados mais códigos a partir da primeira ou primeiras transcrições, começam a surgir algumas ideias repetidas. Se uma ideia interpretada a partir de uma secção de texto for igual a um código criado previamente, o texto em questão pode ser atribuído ao código já existente, em vez de se criar um novo. Isto resultará na acumulação de um conjunto de ideias repetidas. Contudo, se a ideia for semelhante mas ligeiramente diferente dos códigos já existentes, pode ser criado um novo código. Os códigos semelhantes podem ser eventualmente agrupados, sendo atribuída uma etiqueta ao grupo tendo em conta as características comuns dos códigos. Segue-se um exemplo de um conjunto de códigos agrupados (Caixa 20), relativo ao exemplo de codificação apresentado acima.

Caixa 20. Exemplo de codificação agrupada



À medida que os códigos vão sendo progressivamente agrupados com base na transcrição ou transcrições iniciais, começa a desenvolver-se um quadro de codificação, que pode ser então utilizado nas transcrições posteriores. Nesta fase, o quadro deve ser encarado como sendo muito flexível e aberto a aditamentos e revisões, enquanto vão sendo codificadas mais transcrições. À medida que forem sendo codificadas mais transcrições utilizando este quadro, os grupos de códigos existentes podem ser combinados em temas ou ideias de nível superior, ou podem ser desdobrados e reconfigurados à medida que se for desenvolvendo uma interpretação mais aprofundada dos dados.

O agrupamento de códigos representa o início da transição de uma descrição detalhada e de um resumo de unidades de texto para uma interpretação mais analítica do conjunto de dados como um todo. Os próprios grupos de códigos devem ser combinados à medida que a análise for progredindo, formando temas e, por último, constructos, com a hierarquia de grupos de códigos a reflectir uma interpretação dos dados cada vez mais abstracta e teórica. A Caixa 21 apresenta um exemplo de uma hierarquia de códigos agrupados, extraída do estudo da participação num ensaio clínico realizado na Tanzânia, e mostra os níveis de códigos descritivos de nível inferior no sentido do canto direito, movendo-se no sentido ascendente e para a esquerda até ao constructo teórico de nível superior no topo.

Caixa 21. Exemplo de hierarquia de códigos agrupados da descrição de nível inferior para o constructo teórico de nível superior

- 01 A PARTICIPAÇÃO CONSTRÓI UMA RELAÇÃO CONTINUADA
 - + Entre futuros prestadores e beneficiários de cuidados de saúde
 - + Entre os participantes e a sua saúde
 - + Entre o estudo e a comunidade
 - Relações entre os participantes e o estudo
 - + Envolvimento entre os participantes
 - + Manter a relação
 - Envolvimento no ensaio
 - + Pode divergir consoante a situação em termos de HIV
 - + Distância entre os participantes e o ensaio
 - Representada através das actividades do ensaio
 - + As preocupações são resolvidas
 - + Cria nova experiências
 - As actividades do ensaio podem suscitar questões

Dicas para a codificação de segundo nível:

- Quando agrupar os códigos de ideias, procure evitar agrupá-los apenas de acordo com a pergunta que foi colocada. Nas suas respostas, as pessoas dão-nos muitas vezes mais do que a resposta a essa pergunta em concreto, sendo importante aproveitar ao máximo o que dizem. Assim, é melhor agrupar os códigos de acordo com os temas que são suscitados em vez das perguntas que os mesmos seguem.
- Evite utilizar etiquetas ambíguas como categorias, como por exemplo “Supervisão” ou “Atitudes”, já que é provável que acabe por agrupar muitas ideias e conceitos diferentes sob estes códigos alargados. Os grupos de códigos devem representar um conceito específico, claramente detalhado na etiqueta, como por exemplo “Os órgãos de supervisão prestam pouco apoio”.

5.1.4 Codificação em equipa

Atendendo às diversas interpretações possíveis dos dados qualitativos durante a codificação, e às assunções implícitas ou explícitas subjacentes à análise que as mesmas consagram (MacQueen, McLellan-Lemal *et al.* 2008), é necessário que exista um procedimento sistemático e transparente para gerir este processo quando a codificação é feita por mais do que uma pessoa. As vantagens da codificação em equipa incluem a capacidade para tratar conjuntos de dados de grandes dimensões em menos tempo e a diversidade das perspectivas com que os diferentes membros da equipa contribuem para interpretar exaustivamente o significado dos dados. Porém, isto não quer dizer que a codificação em equipa seja necessariamente melhor do que o trabalho individual, sendo necessário fazer algumas considerações para assegurar a solidez e boa qualidade do processo. Para um debate sobre a dinâmica da codificação em equipa, ver (MacQueen, McLellan-Lemal *et al.* 2008).

Uma das abordagens recomendadas à gestão da codificação em equipa consiste em envolver todos os codificadores no desenvolvimento inicial do quadro de codificação, pedindo a cada um deles para codificar a mesma transcrição, ou várias transcrições (após receberem formação adequada sobre a abordagem analítica a adoptar). Uma vez concluída esta primeira ronda de codificação, a codificação efectuada por cada um dos indivíduos pode ser intercalada numa só (caso seja utilizado software) e comparada. Neste ponto deve realizar-se uma reunião para explorar e debater as diferenças e semelhanças entre as diferentes codificações, devendo cada investigador reflectir sobre a forma como interpretou as transcrições e como os códigos foram criados e atribuídos. As disparidades entre as interpretações dos dados e/ou entre códigos devem ser debatidas, acordando-se em seguida a forma de os interpretar no futuro. Após esta reunião, as codificações intercaladas devem ser revistas para desenvolver um quadro de codificação que cada um dos investigadores deverá utilizar para codificar o conjunto seguinte de transcrições.

Recomenda-se que este processo de comparação das codificações, debate sobre as interpretações e consenso sobre as revisões ao quadro ocorra com regularidade no decurso da codificação de todos os dados, de preferência a cada duas ou três transcrições. Os codificadores devem ser recordados de que o quadro é flexível, e devem ser encorajados a criar novos códigos e a rever os códigos existentes à medida que forem progredindo. Cada um destes aditamentos ou revisões deve ser debatido nas reuniões periódicas e incorporado no quadro revisto, conforme for adequado. Dependendo da experiência dos codificadores e da dimensão do conjunto de dados, poderá ser preferível que cada codificador proceda ao tratamento do mesmo subconjunto de transcrições (por exemplo, as primeiras seis), à medida que o quadro de codificação inicial se for desenvolvendo e que as diferenças consideráveis em matéria de interpretação forem sendo identificadas e negociadas. Seguidamente, os investigadores poderão ser capazes de codificar diferentes transcrições, desde que uma pessoa fique responsável por intercalar as codificações periodicamente e por assegurar a gestão do processo de discussão e de consenso sobre as revisões ao quadro de codificação. À medida que o conjunto de dados vai ficando progressivamente mais codificado, é provável que a identificação de novas ideias e códigos passe a ser menos frequente, uma vez que os temas da análise começam a ficar “saturados”.

Para assegurar uma boa codificação em equipa, recomenda-se o estabelecimento de um protocolo (ou manual) claro para o processo de gestão de dados, de codificação e de revisão do quadro.

5.1.5 Transição da codificação descritiva para a codificação analítica

Independentemente da questão de investigação em causa, ou da metodologia ou abordagem analítica que for adoptada, poderá ser útil transitar de uma interpretação mais descritiva dos dados para uma interpretação mais analítica e teórica. Isto baseia-se na ideia de que a análise descritiva de dados qualitativos pode ser apenas capaz de gerar resultados específicos para a população e o contexto do estudo em concreto. Em contraste, uma interpretação mais analítica – ou de “nível superior” – ajudará a fazer a ligação entre os dados e as categorias teóricas, modelos ou teorias existentes, o que pode ajudar a situar os resultados num contexto mais vasto de conhecimentos sociais e, assim, torná-los mais aplicáveis fora da envolvente imediata do estudo.

Não existe um método específico para transitar de uma abordagem descritiva para uma abordagem analítica à codificação e à interpretação, mas existem várias técnicas que facilitam este processo:

Reagrupamento, revisão e aperfeiçoamento permanentes do quadro de codificação

À medida que forem sendo codificados mais dados e gerados mais códigos descritivos, a equipa de codificação e/ou o analista principal devem, com regularidade, dedicar algum tempo a agrupar os códigos descritivos em temas ou categorias comuns. Isto pode ser feito de forma iterativa, de modo a que sejam criados grupos de nível cada vez mais superior a partir de colecções de códigos, desenvolvendo, assim, uma interpretação mais

analítica dos dados codificados. Como sugere Charmaz, “Ao analisar tanto os seus dados como as suas ideias sobre os mesmos durante a investigação, está a integrar e a otimizar as actividades de recolha e análise de dados. Através do estudo da sua análise emergente, está a focar a recolha de dados em questões analíticas. A recolha de dados de forma focada ajuda-o a testar e a apurar a suas ideias. [...] Ocorre algo de cinestético quando estamos a codificar; ficamos mental e fisicamente activos no processo” (Charmaz 2012).

Utilização de memorandos, notas ou outros instrumentos de reflexão

Durante a codificação, os analistas devem reflectir com frequência sobre a forma como estão a interpretar os dados e a gerar códigos individuais. Pode ser utilizado um memorando (ou uma nota pelo investigador) para capturar reflexões sobre a forma como os códigos são gerados e/ou agrupados, no âmbito da ponderação permanente sobre as categorias ou temas de interesse emergentes e sobre a forma como se relacionam com a questão de investigação em geral. Os memorandos podem ser também utilizados para capturar questões ou ideias mais abrangentes que surjam nas mentes dos analistas à medida que procedem ao tratamento dos dados, de modo a poderem regressar às mesmas numa data posterior para as “testar” ou validar. Por conseguinte, os memorandos “proporcionam-lhe o controlo dos seus materiais e um lugar para ponderar, questionar e esclarecer aquilo que vê acontecer nos seus dados” (Charmaz 2012). A datação dos memorandos e a ligação dos mesmos à transcrição ou à parte da codificação que for aplicável pode ajudar a registar a progressão da análise “de nível superior” juntamente com a progressão da codificação mais detalhada. Assim, estes instrumentos são importantes para encorajar a reflexão permanente sobre o processo de codificação em relação ao conjunto de dados como um todo, à questão estudada e à orientação teórica do estudo, bem como para estabelecer a ligação com constructos teóricos mais abrangentes. Deste modo, a redacção de memorandos constitui o passo intermédio entre a codificação e a redacção da primeira versão preliminar de um manuscrito.

Criação de modelos, mapas ou gráficos

A representação das ideias ou temas emergentes de forma pictórica pode ajudar a melhorar o processo de reflexão, o qual deixa de se centrar nos detalhes dos componentes das transcrições individuais para passar a considerar as relações entre dados, temas e grupos de códigos. Também podem ser utilizadas matrizes para resumir e ordenar (por ex. estudos de caso) dados para identificar ligações e inter-relações que sejam difíceis de descobrir em formato de texto normal (Miles e Huberman 1994). Ambas podem ser criadas utilizando funções em software de análise de dados, ou manualmente. Estas ferramentas podem ser particularmente úteis quanto utilizadas em discussões da equipa sobre a revisão das codificações e a interpretação dos dados.

Realização de pesquisas ou consultas à codificação

As relações entre diferentes fontes de dados, subgrupos de amostras e outras variáveis de interesse com referência à codificação podem ser exploradas por mecanismos de pesquisa ou consulta, quer manualmente, quer recorrendo a funções de software como o NVivo. Estas pesquisas podem ajudar na interpretação comparativa dos dados, considerando não apenas as ideias identificadas nas transcrições ou noutras fontes de dados individuais, mas também entre transcrições e no conjunto de dados como um todo. As pesquisas podem incluir a comparação da codificação sobre determinadas áreas de interesse entre diferentes subgrupos ou entre diferentes pontos temporais, ou explorando as sobreposições entre grupos ou categorias de codificação. Isto pode gerar padrões ou relações entre codificações de nível inferior que podem alterar a interpretação para uma perspectiva mais abrangente e analítica sobre o conjunto de dados como um todo, bem como ajudar a realçar e explorar “casos negativos/desviantes”, e/ou ideias e temas contraditórios.

Recurso à literatura

A interpretação da análise de dados com recurso à literatura teórica, incluindo a reflexão sobre a orientação

teórica inicial da investigação, é essencial para situar os resultados numa base de conhecimentos mais vasta e já existente. As considerações críticas sobre os resultados em face das ideias ou modelos teóricos estabelecidos são normalmente apresentadas na secção de “Discussão” da descrição da investigação qualitativa, mas a abordagem explícita destas matérias num momento anterior, durante a fase de análise, é importante para desenvolver um conjunto de temas e constructos abrangentes a partir dos dados.

5.2 Descrição de dados qualitativos

A análise dos dados qualitativos não termina com a codificação, ou mesmo com a aplicação das técnicas acima descritas. A construção de uma “narrativa” dos resultados, através da qual são comunicadas as principais interpretações dos dados num estudo, é um processo que pode envolver várias revisões, reconsiderações e reflexões sobre os dados e sobre quais as interpretações que a equipa de investigação pretende transmitir. Neste ponto, é importante recordar que os dados codificados são apenas uma interpretação, ou um conjunto de interpretações dos seus dados que podem alterar-se à medida que for descrevendo os seus resultados em diferentes formatos. À medida que vão sendo exploradas novas vias de análise e que o investigador desenvolve narrativas específicas para apresentação em conferências, por exemplo, o investigador pode acabar por regressar aos dados codificados e rever as suas interpretações. Esta reformulação dos dados constitui um passo essencial do processo analítico.

Apesar de a descrição de uma investigação num artigo para publicação representar muitas vezes a meta de chegada, são várias as actividades prévias que podem moldar a narrativa final dos resultados e que, por conseguinte, devem ser consideradas como parte do processo analítico. Após a codificação pode ser elaborado um “relatório de resultados” para partilhar com a equipa de investigação em geral, com o objectivo de construir uma narrativa que apresente os temas, constructos e teorias relevantes para responder à questão de investigação. O relatório de resultados pode ser revisto e alterado, moldando ainda mais a narrativa e a apresentação dos resultados. Em simultâneo, ou pouco depois, podem ser realizados eventos de divulgação nos quais a narrativa dos resultados é apresentada e em que entidades influentes são convidadas a dar o seu *feedback*. Isto pode ser feito de um modo formal e estruturado, por exemplo adoptando uma abordagem mais participativa à investigação e utilizando as percepções das entidades influentes sobre os resultados iniciais para modificar e moldar ainda mais a narrativa dos resultados. Em alternativa, isto pode ser feito de um modo menos estruturado, por exemplo reflectindo sobre os comentários apresentados ou as perguntas colocadas após uma apresentação dos resultados numa conferência ou reunião.

O processo de descrição da investigação num relatório ou artigo final para publicação varia de acordo com o formato exigido do documento e do número de autores que contribuir para a sua elaboração. Numa situação típica, um cientista social assume a liderança na redacção de uma primeira versão preliminar do artigo (ou lidera a redacção da maioria das suas secções), após o que o documento é feito circular entre os co-autores para obter contributos, comentários, revisões e reflexões. O processo colaborativo envolve normalmente diversas versões preliminares do artigo, sendo introduzidas alterações frequentes à medida que a narrativa vai sendo aperfeiçoada e a mensagem vai ficando mais adaptada à audiência (incluindo financiadores, editores de publicações periódicas, revisores pares, responsáveis políticos e a comunidade académica). Assegurar o equilíbrio entre a descrição dos dados, a interpretação analítica e teórica e a apresentação dos resultados utilizando exemplos extraídos dos dados pode ser uma tarefa difícil, em particular atendendo às restrições impostas pelo limite de palavras, mas é importante para transmitir as mensagens principais de uma forma estimulante e eficaz. Também é importante representar com honestidade as situações em que os dados não se adequaram ou não corresponderam rigorosamente aos temas ou constructos dominantes, apresentando uma reflexão sobre os possíveis motivos subjacentes a estas situações. Nesta fase pode ser igualmente útil utilizar listas de controlo para o relato de investigações qualitativas Tong, Sainsbury *et al.* (2007). Para uma discussão

mais detalhada sobre estas matérias e sobre a representação de análises qualitativas em artigos escritos, ver (Sandelowski 1998) e (Sandelowski e Leeman 2012).

5.3 Síntese dos resultados numa abordagem em consórcio

Uma das vantagens de trabalhar num consórcio com vários projectos é a de poder analisar os dados qualitativos em diversos contextos e, assim, extrair conclusões sólidas e politicamente relevantes. O desafio para o ACT Consortium consistiu em compreender dados provenientes de diversos locais que foram recolhidos sobre o mesmo tópico geral mas, muitas vezes, de formas ligeiramente diferentes e para diversos fins. O nosso objectivo consistiu em tentar tirar conclusões a partir destes conjuntos de dados sem tratá-los como sendo iguais, mantendo-os fragmentados nas análises iniciais e representando-os como tal. Nesta secção passamos em revista duas abordagens à análise de dados qualitativos em diversos projectos – a análise secundária e a síntese – e debatemos a forma como decidimos utilizar cada uma delas na nossa abordagem em consórcio. À data da redacção deste documento de orientação ainda estavam em curso actividades de análise no âmbito da maioria dos projectos. O website do ACT Consortium contém informações sobre publicações previstas decorrentes deste estilo de análise.

5.3.1 Análise secundária

A análise secundária consiste na utilização de dados pré-existentes, recolhidos para uma questão de investigação específica, para responder a uma questão de investigação diferente (embora possivelmente relacionada). O valor da análise secundária reside principalmente na sua eficiência, permitindo prosseguir novos objectivos de investigação sem ser necessário recolher dados adicionais. Pode-se igualmente defender que se trata de um processo ético, evitando a utilização desnecessária de recursos, tempo e envolvimento dos participantes, já que não são recolhidos novos dados. Contudo, o processo de análise secundária coloca outros problemas de natureza ética e metodológica, incluindo em que medida o consentimento inicial dos participantes abrange a utilização adicional dos seus dados e os desafios associados à utilização de dados recolhidos de acordo com determinada abordagem específica para uma nova questão de investigação, possivelmente baseada num quadro diferente.

Os investigadores qualitativos conceptualizam a sua investigação como sendo iterativa, incorporada e intuitiva. Partindo da ideia do carácter único da relação investigador-sujeito na investigação qualitativa, pode afirmar-se que os dados apenas são decifráveis pelo “especialista na matéria”: ou seja, apenas o investigador que tiver realizado a recolha de dados está numa posição que lhe permite compreender e analisar eficazmente os seus dados (Broom, Cheshire *et al.* 2009). Defendendo este ponto de vista, Mauthner *et al* sugerem que os investigadores primários têm uma relação tão específica e privilegiada com os dados que geram que apenas aqueles que tenham estado envolvidos na recolha dos dados possuem os pontos de vista, os conhecimentos, o discernimento e a reflexividade necessários, e que estes factores são cruciais para a produção de análises e de afirmações decorrentes dos dados: (Mauthner, Parry *et al.* 1998). Em certa medida, “limitar-se a pegar em informação e reutilizá-la”, como sucede com os analistas que adquirem dados de um repositório e realizam uma análise secundária, pode ter consequências graves para a fiabilidade da interpretação e da análise (Broom, Cheshire *et al.* 2009). As relações existentes (e, provavelmente, o conhecimento da investigação) podem ser encaradas como factores que reduzem o fosso entre o trabalho de campo e a produção de significado, apesar de a “distância” poder ajudar o processo de análise secundária, abrir novos caminhos de investigação e criar novas formas de compreensão dos dados (Irwin e Winterton 2011). Moore suscita uma questão interessante, afirmando que se os dados qualitativos são “co-produzidos” pelo investigador e pelos participantes, a “análise secundária”, mais do que uma análise de dados pré-existentes, consiste na sua recontextualização ou reconstrução: a sua co-produção de uma outra perspectiva. Após a recontextualização,

a autora sugere que o que é actualmente designado por análise secundária pode ser melhor descrito como uma análise primária de uma diferente ordem de dados (Moore 2007), pelo que as novas formas de compreensão, conhecimentos e afirmações são válidas.

Trabalhar com dados multilocais

Caso pretenda disponibilizar dados qualitativos para fins de análise secundária numa data posterior (por ex., por um investigador do consórcio que não esteja familiarizado com os dados originais), podem ser deliberadamente recolhidos determinados tipos de informação sobre a produção de dados qualitativos no respectivo contexto para apoiar este processo (ver Caixa 22), provavelmente em conjunto com *metadados* (documentação bibliográfica estruturada sobre os dados, explicando a origem, a finalidade, a data, a localização geográfica, o criador e as condições de acesso e utilização) (Van den Eynden, Corti *et al.* 2011). O contexto da recolha de dados torna-se particularmente importante, por exemplo, quando se analisam os dados provenientes de perguntas comuns colocadas em diferentes projectos.

Caixa 22. Tipos de informação contextual que apoiam a análise secundária de dados qualitativos

Os **contextos conversacionais** dizem respeito à preservação do registo da conversa – uma gravação ou um modelo de transcrição que proporcione um registo de afirmações audíveis e, nalguns casos, de sons não verbais e de gestos –, bem como da interacção entre o entrevistador e o entrevistado (Van den Berg 2005, Bishop 2006).

Os **Contextos situacionais** incluem o local (incluindo a localização geográfica e descrições do edifício e da sala) e a hora dos eventos, bem como o projecto, incluindo os participantes e o investigador. Também é útil conhecer a forma como os participantes foram seleccionados e recrutados e o que sabem sobre o processo de selecção e o projecto, bem como se se conhecem uns aos outros ou o investigador (por motivos alheios à investigação ou em virtude de recolhas de dados realizadas anteriormente no âmbito da investigação). Além disso, podem ser também documentadas as características reconhecíveis ou visíveis dos participantes (por ex., sexo, cor da pele ou outros aspectos da aparência que possam ser relevantes para os dados e a partir dos quais possam ser extraídas ilações que, de outro modo, o investigador secundário poderia ignorar) (Van den Berg 2005).

Os **contextos institucionais e culturais** incluem aqueles que dizem especificamente respeito aos projectos e aos contextos culturais mais vastos. Os documentos que registem as estratégias e os resultados em matéria de desenvolvimento, processos, instrumentos, desenho, amostragem e anonimização também devem estar disponíveis para fins de análise secundária (Bishop 2006), assim como as investigações-piloto e a cobertura geográfica e temporal do conjunto de dados, para além de uma lista completa de todos os ficheiros de dados que integrem o conjunto de dados. As publicações de carácter genérico, tais como críticas de livros e recortes e artigos de jornais podem ser úteis para transmitir uma ideia sobre o contexto histórico e cultural. Ao considerar a quantidade de detalhes a fornecer, mais vale mais do que menos (Bishop 2006).

Irwin e Winterton sugerem que a aplicação de estratégias diversificadas de investigação qualitativa a um conjunto de dados tornam-nos menos adequados à análise secundária, à semelhança do que sucede com o tipo de método de investigação empregue: por exemplo, os métodos etnográficos, que dependem da imersão cultural, da identificação e da construção de teorias, criam dados com uma ligação mais forte com o investigador (Irwin e Winterton 2011). Estes autores sugerem que os dados extraídos de entrevistas podem ser mais facilmente objecto de análise secundária.

5.3.2 Síntese

A síntese difere da análise secundária de dados na medida em que procura reunir os resultados de vários estudos de investigação para os interpretar de forma agregada, em vez de reanalisar os dados existentes

(em bruto). O valor da síntese reside no facto de procurar avaliar a aplicabilidade de resultados de investigação individuais para além dos seus contextos de estudo (a “generabilidade inferencial” dos resultados (Lewis e Ritchie 2003)), e avançar no sentido de interpretações mais teóricas do tópico em questão. Como tal, este processo permite reunir elementos de investigação discrepantes para ajudar a desenvolver e consolidar a base de evidências em torno de determinado tópico. As técnicas tradicionais de análise sistemática e de meta-análise que são utilizadas na investigação quantitativa e clínica são muitas vezes consideradas inadequadas para a investigação qualitativa, tendo sido desenvolvidos vários métodos de síntese que reflectem as bases epistemológicas deste último tipo de investigação (Tabela 5). Contudo, mais uma vez, a reunião de resultados de investigações qualitativas produzidos através de abordagens teóricas e metodológicas diferentes coloca grandes desafios (Pope e Mays 2006, Ring, Jepson *et al.* 2011).

Tabela 5. Abordagens à síntese de investigações qualitativas

Tipo de síntese	Resumo do método	Vantagens	Desvantagens
Síntese narrativa (Fisher, McKeivitt <i>et al.</i> 2011)	As evidências relativas a temas-chave são extraídas de diversos estudos e resumidas através do desenvolvimento de uma narrativa	<ul style="list-style-type: none"> - Agrega artigos - Útil para sintetizar estudos com um vasto leque de desenhos de investigação 	<ul style="list-style-type: none"> - Não integra necessariamente as evidências nem desenvolve novos conhecimentos cumulativos - Não existe consenso sobre os elementos constitutivos da síntese narrativa e sobre as condições para estabelecer a fiabilidade - Pode ser mais susceptível ao enviesamento, já que a abordagem não se baseia num conjunto de conhecimentos com autoridade ou em técnicas fiáveis e rigorosas ensaiadas, e posteriormente desenvolvidas
Síntese realista (Rycroft-Malone, McCormack <i>et al.</i> 2012)	Extraí as teorias ou mecanismos causais centrais identificados em vários estudos e constrói uma explicação do corpo de investigação narrando a evolução do campo de investigação ou identificando os domínios cobertos pela literatura	<ul style="list-style-type: none"> - Pode integrar uma grande diversidade de evidências, incluindo evidências provenientes de investigações qualitativas e qualitativas - Pode produzir narrativas convincentes para os responsáveis políticos e especialistas - Analisa o que funciona e o que não funciona - Adequada para sintetizar intervenções comportamentais complexas: pode fornecer informações úteis sobre os mecanismos do sucesso ou insucesso dos programas e sobre os resultados conflitantes de estudos semelhantes - Orientada para as partes interessadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos exemplos práticos deste processo na literatura: abordagem não ensaiada - Não existe uma abordagem aconselhada para a realização de uma síntese realista: em vez disso, existe um conjunto de princípios que devem ser aplicados ao problema estudado numa perspectiva de “realismo” - Dispendiosa em termos de tempo e recursos - Os resultados não serão generalizáveis: consistirão em teorias teoricamente transferíveis para serem testadas em diferentes contextos e com diferentes grupos
Abordagens de teoria fundamentada [incluindo o método de comparação constante; método de estudo de caso comparativo] (Finfgeld 1999) (Carlsen, Glenton <i>et</i>	Aplicam métodos iguais ou semelhantes ao processo de síntese que é utilizado para realizar a investigação original (comparação constante e amostragem teórica)	<ul style="list-style-type: none"> - Podem ser úteis para sintetizar estudos qualitativos e, possivelmente, evidências quantitativas e qualitativas - O investigador tem de possuir conhecimentos aprofundados sobre os princípios e a aplicação da teoria fundamentada na investigação primária 	<ul style="list-style-type: none"> - Inadequadas para iniciados? - Pode ser difícil incorporar dados quantitativos - Podem ser inadequadas para sintetizar estudos que não tenham analisado os dados recorrendo à abordagem da teoria fundamentada

al. 2007)			
Meta-etnografia (Pound, Britten <i>et al.</i> 2005) (Walter, Emery <i>et al.</i> 2004)	Reúne os resultados de relatos interpretativos individuais para produzir uma nova interpretação	- Mais interpretativa do que agregadora: pode conciliar dados aparentemente únicos e diversificados para produzir uma teoria mais geral	- A literatura qualitativa não está bem registada ou indexada nas bases de dados bibliográficos - Os estudos qualitativos carecem de avaliação da qualidade - Requer um elevado nível de conhecimentos especializados sobre os métodos qualitativos (a “tradução” requer capacidades de critério e julgamento)
Síntese temática (Thomas e Harden 2008) (Morton, Tong <i>et al.</i> 2010)	Procura identificar e reunir as questões ou temas principais, recorrentes ou mais importantes a partir de um conjunto de publicações. Os temas identificados serão moldados pelas questões específicas analisadas.	- Permite organizar e resumir os resultados de um conjunto alargado de investigações - Enquanto abordagem narrativa, é frequentemente utilizada para conjugar resultados qualitativos e quantitativos	- A sua flexibilidade está associada a uma certa falta de transparência: pode ser difícil aos leitores compreender como uma análise foi realizada - À semelhança do que sucede com a análise do conteúdo, não resulta claro se a análise temática deve reflectir a frequência dos temas ou a sua significância explicativa.
Meta-estudo (Tamminen e Holt 2010) (Edwards, Pang <i>et al.</i> 2010)	Procura avaliar de forma crítica as investigações existentes através da análise da teoria, métodos e resultados de cada estudo antes de efectuar uma síntese que gera novos conhecimentos e compreensão.	- Tem uma metodologia sistemática explícita que pode ser seguida em relação à amostragem, avaliação e síntese - A flexibilidade do método permite sintetizar dados recolhidos sob condições diferentes, sob perspectivas teóricas diferentes e que produzam tipos de conhecimento diferentes	- Pode ser menos adequada para sintetizar estudos que utilizem vários métodos qualitativos, quantitativos ou mistos, já que a sua abordagem parece adaptar-se melhor à síntese de estudos que forneçam dados qualitativos suficientemente aprofundados

Fontes: (Mays, Pope *et al.* 2005, Pope, Mays *et al.* 2007, Barnett-Page e Thomas 2009, Edwards, Pang *et al.* 2010, Pope, Mays *et al.* 2012)

5.3.3 Comparação entre a síntese e a análise secundária em projecto em consórcio

Da análise dos diversos métodos acima referidos, resulta claro que mesmo em tipos específicos de síntese qualitativa existe uma flexibilidade considerável quanto aos métodos que podem ser utilizados e que não há uma forma “certa” ou “errada” de abordar a síntese. Na verdade, esta flexibilidade pode apresentar mais desafios do que a abordagem rígida que constitui o formato de uma análise sistemática, por exemplo.

O ACT Consortium estava numa posição única, uma vez que tinha acesso a uma quantidade significativa de dados em bruto, codificados e analisados (sob a forma de manuscritos), e a uma equipa de investigadores qualitativos familiarizados com a maior parte desses dados qualitativos e que, nalguns casos, desempenharam um papel central no seu desenho, recolha e análise. Por conseguinte, poderiam ser utilizados diversos métodos para produzir análises transversais, dependendo do objectivo de cada análise em particular e dos conjuntos de dados disponíveis.

Seguem-se algumas abordagens à análise multilocal que tivemos em consideração no nosso projecto e que podem ser relevantes para outros consórcios de investigação:

1. É provável que exista uma quantidade considerável de dados para analisar, especialmente nos casos em que se proceda à análise secundária de dados em bruto. Considere as ferramentas e as abordagens disponíveis para facilitar esta tarefa, incluindo

matrizes e software de *mind mapping* Poderá encontrar exemplos sobre a utilização de matrizes na análise e síntese de dados qualitativos na colectânea de Miles e Huberman (Miles e Huberman 1994).

2. Considere algumas das abordagens sugeridas por Irwin e Winterton para o tratamento de grandes volumes de dados qualitativos (Irwin e Winterton 2011). Tal poderia incluir a amostragem de diversas discussões de grupo de foco ou entrevistas provenientes de diferentes projectos para indagar sobre o que os dados revelam em relação a determinado tópico (por ex., experiências com a realização de RDT).
3. Quanto aos tipos adequados de síntese qualitativa a ter em conta salientamos a síntese realista, que é particularmente apropriada para analisar intervenções complexas, já que considera os mecanismos causais subjacentes às medidas que funcionam para quem e em que contextos em cada estudo. Este processo deve ser tido em consideração nos projectos cujas teorias subjacentes sobre a mudança sejam semelhantes, e que tenham recolhido dados qualitativos apropriados, provavelmente no âmbito da fase de avaliação.
4. A abordagem meta-etnográfica, que permite conciliar dados diferentes e transformá-los e interpretá-los para ir além dos estudos primários e produzir uma nova interpretação geral, também deve ser tida em conta.
5. A abordagem meta-estudo também pode ser útil, particularmente para a conjugação de estudos que tenham sido liderados por investigadores qualitativos diferentes e/ou que tenham orientações teóricas diferentes e coloquem questões de investigação diversas. A vantagem desta abordagem consiste no facto de exigir a apreciação crítica das diferentes perspectivas disciplinares e orientações teóricas do investigador, para além das orientações metodológicas, procedimentos, assunções e estruturas da investigação, antes de se proceder a uma análise e a uma síntese que cria uma nova interpretação, tendo em consideração os resultados das três fases precedentes.

RESUMO

Neste documento fizemos um resumo das abordagens que os investigadores podem adoptar quando utilizam métodos qualitativos em intervenções de investigação complexas no domínio da saúde. Estas abordagens derivam das necessidades especiais dos projectos do ACT Consortium, de natureza transnacional, mas julgamos que podem ser relevantes para um grupo mais vasto de investigadores que realizem um trabalho semelhante. Procurámos abranger o leque de actividades necessárias para realizar uma investigação qualitativa com qualidade e informativa nesta área. Iniciámos com uma introdução às formas como a investigação qualitativa pode ser útil na investigação de intervenção – para ajudar a definir as intervenções, e bem assim para compreender “o que sucedeu” após a conclusão das intervenções. Seguidamente, descrevemos alguns dos métodos mais comumente utilizados no trabalho de campo qualitativo, bem como alguns princípios a ter em conta no planeamento desse trabalho de campo e na gestão de dados. Alertámos os leitores para a importância de considerar a abordagem analítica nas fases iniciais da investigação qualitativa e abordámos os aspectos básicos da codificação e interpretação em secções posteriores da orientação. Uma das nossas principais áreas de aprendizagem consistiu em assegurar a qualidade da investigação, especialmente quando realizada numa vertente transnacional, e em conseguir comprovar esta qualidade. Para responder a este desafio, desenvolvemos algumas orientações, incluídas num dos capítulos deste documento, para que os projectos realizassem actividades construtivas para assegurar a qualidade. Um dos nossos maiores desafios consistiu em descrever os resultados da investigação qualitativa de uma forma significativa, que transcenda a mera descrição das respostas dos diversos participantes envolvidos nas actividades de investigação. Os investigadores com experiência em teoria social, e bem assim nos contextos políticos e económicos locais que enquadram a investigação qualitativa realizada, parecem ser essenciais para gerar resultados de investigação que contribuam de forma significativa para as questões colocadas pelos académicos e pelos profissionais de saúde pública. Por conseguinte, recomendamos que na realização de investigações qualitativas conforme é descrito neste documento sejam feitos investimentos não apenas para assegurar a boa qualidade do processo de investigação de campo e de gestão de dados, mas também para empregar cientistas sociais qualificados e experientes para liderar a investigação e os processos de interpretação.

REFERÊNCIAS

Guias para a investigação de campo qualitativa no âmbito de intervenções

Arhinful, D., Das, A., Heggenhougen, K., Higginbotham, N., Iyun, F., Quick, J. e Ross-Degnan, D. (1996), 'How to Use Applied Qualitative Methods to Design Drug Use Interventions, Working Draft', Social Scientists Working Group, International Network for the Rational Use of Drugs. Disponível *online* em http://dcc2.bumc.bu.edu/prdu/how_to_use_applied_qualitative_m.htm

Agyepong, I.A., Aryee, B., Dzikunu, H. e Manderson, L. (1995), 'The Malaria Manual. Guidelines for the Rapid Assessment of Social Economics and Cultural Aspects of Malaria. Methods for Social and Economic Research in Tropical Diseases', Genebra, Organização Mundial de Saúde. Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/hq/1995/TDR_SER_MSR_95.1_pp1-82.pdf

Chetley, A., Hardon, A., Hodgkin, C., Haaland, A., Fresle, D. (2007), 'How to improve the use of medicines by consumers'. OMS. Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/hq/2007/WHO_PSM_PAR_2007.2_eng.pdf

Curatio, LSHTM (2011). 'Using qualitative approaches to health systems research', Tbilisi, Curatio International Foundation and London School of Hygiene and Tropical Medicine. Disponível *online* em <http://curatiofoundation.org/qualitativemethods/>

Haaland, A., Molyneux, C.S. e Marsh, V. (2006), 'Quality information in field research: Training manual on practical communication skills for field researchers and project personnel', Organização Mundial de Saúde em nome do Programa Especial para a Investigação e a Formação sobre Doenças Tropicais. Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/hq/2006/TDR_IRM_PCT_05.1_eng.pdf

Hardon, A., Hodgkin, C., Fresle, D. (2004), 'How to investigate the use of medicines by consumers'. OMS. Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/hq/2004/WHO_EDM_PAR_2004.2.pdf

Kielmann, K., Cataldo, F., Seely, J. (2011), 'Introduction to qualitative research methodology'. Disponível *online* em <http://r4d.dfid.gov.uk/Output/188391/Default.aspx>

MRC (2008), 'Developing and evaluating complex interventions: new guidance', Londres, Medical Research Council. Disponível *online* em http://www.mrc.ac.uk/consumption/idcplg?IdcService=GET_FILE&dID=15585&dDocName=MRC004_871&allowInterrupt=1.

Ulin, P.R., Robinson, E.T., Tolley, E.E. (2005) Qualitative methods in public health: a field guide for applied research. São Francisco, CA: Family Health International

Estão disponíveis recursos adicionais sobre métodos qualitativos nos websites Online QDA e Intute: <http://onlineqda.hud.ac.uk/resources.php>

<http://www.intute.ac.uk/cgi-bin/browse.pl?id=120997>

Referências citadas neste documento

- Agar, M. H. (1980). The professional stranger: an informal introduction to ethnography. San Diego, Academic Press.
- Agyepong, I. A., B. Aryee, H. Dzikunu e L. Manderson (1995). The Malaria Manual. Guidelines for the Rapid Assessment of Social Economics and Cultural Aspects of Malaria. Methods for Social and Economic Research in Tropical Diseases. Genebra, Organização Mundial de Saúde Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/hq/1995/TDR_SER_MSR_95.1_pp1-82.pdf.
- Ajayi, I. O., C. O. Falade, E. A. Bamgboye, A. M. Oduola e O. O. Kale (2008). "Assessment of a treatment guideline to improve home management of malaria in children in rural south-west Nigeria." Malar J **7**: 24.
- Ajayi, I. O., O. Oladepo, C. O. Falade, E. A. Bamgboye e O. Kale (2009). "The development of a treatment guideline for childhood malaria in rural Southwest Nigeria using participatory approach." Patient Educ Couns **75**(2): 227-237.
- Annett, H. e S. Rifkin (1995). Guidelines for rapid participatory appraisals to assess community health needs. Genebra, Organização Mundial de Saúde. Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/hq/1995/WHO_SHS_DHS_95.8.pdf.
- Arhinful, D., A. Das, K. Heggenhougen, N. Higginbotham, F. Iyun, J. Quick e D. Ross-Degnan (1996). How to Use Applied Qualitative Methods to Design Drug Use Interventions, Working Draft. Social Scientists Working Group, International Network for the Rational Use of Drugs. Disponível *online* em http://dcc2.bumc.bu.edu/prdu/how_to_use_applied_qualitative_m.htm.
- Auerbach, C. e L. Silverstein (2003). Qualitative data: an introduction to coding and analysis. Nova Iorque, New York University Press.
- Barnett-Page, E. e J. Thomas (2009). "Methods for the synthesis of qualitative research: a critical review." BMC Med Res Methodol **9**: 59.
- Bazeley, P. (2007). Qualitative Data Analysis with Nvivo. Londres, Sage Publications.
- Berkowitz, J. M., M. Huhman, C. D. Heitzler, L. D. Potter, M. J. Nolin e S. W. Banspach (2008). "Overview of formative, process, and outcome evaluation methods used in the VERB campaign." Am J Prev Med **34**(6 Suppl): S222-229.
- Bishop, L. (2006). "A proposal for archiving context for secondary analysis." Methodological Innovations Online **1**(2).
- Briss, P. A., S. Zaza, M. Pappaioanou, J. Fielding, L. Wright-De Agüero, B. I. Truman, D. P. Hopkins, P. D. Mullen, R. S. Thompson, S. H. Woolf, V. G. Carande-Kulis, L. Anderson, A. R. Hinman, D. V. McQueen, S. M. Teutsch e J. R. Harris (2000). "Developing an evidence-based guide to community preventive services--methods. The Task Force on Community Preventive Services." Am J Prev Med **18**(1.ª Supl.): 35-43.
- Broom, A., L. Cheshire e M. Emmison (2009). "Qualitative Researchers' Understandings of Their Practice and the Implications for Data Archiving and Sharing." Sociology **43**(6): 1163-1180.
- Carlsen, B., C. Glenton e C. Pope (2007). "Thou shalt versus thou shalt not: a meta-synthesis of GPs' attitudes to clinical practice guidelines." Br J Gen Pract **57**(545): 971-978.
- Chandler, C. I., D. Diliberto, S. Nayiga, L. Taaka, C. Nabirye, M. Kayendeke, E. Hutchinson, J. Kizito, C. Maiteki-Sebuguzi, M. R. Kamya e S. G. Staedke (2013). "The PROCESS study: a protocol to evaluate the implementation, mechanisms of effect and context of an intervention to enhance public health centres in Tororo, Uganda." Implement Sci **8**(1): 113.

- Charmaz, K. (2012). "The power and potential of grounded theory." Medical Sociology Online **6**(3): 1-14.
- Cornwall, A. e R. Jewkes (1995). "What is participatory research?" Soc Sci Med **41**(12): 1667-1676.
- Curatio e LSHTM (2011). Using qualitative approaches to health systems research. Tbilisi, Curatio International Foundation e London School of Hygiene & Tropical Medicine.
- Davidson, C. (2009). "Transcription: Imperatives for Qualitative Research." International Journal of Qualitative Methods **8**(2): 35-52.
- Davies, E. C., C. I. Chandler, S. H. Innocent, C. Kalumuna, D. J. Terlouw, D. G. Lalloo, S. G. Staedke e A. Haaland (2012). "Designing adverse event forms for real-world reporting: participatory research in Uganda." PLoS One **7**(3): e32704.
- Devers, K. (1999). "How will we know "good" qualitative research when we see it? Beginning the dialogue in health services research." Health Services Research **34**(5 (parte 2)): 1153-1188.
- Downing, B. e L. Bogoslaw (2003). Effective patient-provider communication across language barriers: a focus on methods of translation, The Robert Wood Johnson Foundation - Hablamos Juntos.
- Duranti, A. (2006). "Transcripts, Like Shadows on a Wall." Mind, Culture & Activity **13**(4): 301-310.
- Eccles, M., E. McColl, N. Steen, N. Rousseau, J. Grimshaw, D. Parkin e I. Purves (2002). "Effect of computerised evidence based guidelines on management of asthma and angina in adults in primary care: cluster randomised controlled trial." Bmj **325**(7370): 941.
- Edwards, A., N. Pang, V. Shiu e C. Chan (2010). "The understanding of spirituality and the potential role of spiritual care in end-of-life and palliative care: a meta-study of qualitative research." Palliat Med **24**(8): 753-770.
- Emerson, R. M., R. I. Fretz e L. L. Shaw (1995). Writing ethnographic Fieldnotes. Chicago, University of Chicago Press.
- European Medicines Agency (2002). ICH Harmonised Tripartite Guideline E6: Note for Guidance on Good Clinical Practice (CPMP/ICH/135/95). Londres, European Medicines Agency.
- Evans, C. e H. Lambert (2008). "Implementing community interventions for HIV prevention: insights from project ethnography." Soc Sci Med **66**(2): 467-478.
- Finfgeld, D. L. (1999). "Courage as a process of pushing beyond the struggle." Qual Health Res **9**(6): 803-814.
- Fisher, H. R., C. McKeivitt e A. Boaz (2011). "Why do parents enroll their children in research: a narrative synthesis." J Med Ethics **37**(9): 544-551.
- Geertz, C. (1973). The interpretation of cultures: Selected essays. Nova Iorque, Basic Books.
- Glaser, B. e A. Strauss (1967). The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research. Chicago, Aldine de Gruyter.
- Good, B. (1994). Medicine rationality and experience: an anthropological perspective. Cambridge, University Press.
- Green, J. e N. Thorogood (2004). Qualitative Methods for Health Research. Londres, Sage Publications.
- Haaland, A. (2001). Reporting with Pictures. A concept paper for researchers and health policy decision-makers. Genebraa, PNUD/Banco Mundial/OMS Programa Especial para a a Investigaçã e a Formação sobre Doenças Tropicais.
- Haaland, A., C. S. Molyneux e V. Marsh (2006). Quality information in field research: Training manual on practical communication skills for field researchers and project personnel, Organização Mundial

- de Saúde em nome do Programa Especial para a Investigação e Formação sobre Doenças Tropicais. Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/hq/2006/TDR_IRM_PCT_05.1_eng.pdf.
- Harris, M. (2010). Evaluating Public and Community Health Programs. São Francisco, CA, John Wiley & Sons.
- Hawe, P., A. Shiell e T. Riley (2004). "Complex interventions: how "out of control" can a randomised controlled trial be?" Bmj **328**(7455): 1561-1563.
- Huhman, M., C. D. Heitzler e F. Wong (2004). "The VERB campaign logic model: a tool for planning and evaluation." Prev Chronic Dis **1**: A11.
- Irwin, S. e M. Winterton (2011). Debates in Qualitative Secondary Analysis: Critical Reflections (Timescapes Working Paper Series No.4). Timescapes Working Paper Series.
- Kielmann, K., F. Cataldo e J. Seely (2011). Introduction to qualitative research methodology.
- Kitzinger, J. (1995). "Qualitative research. Introducing focus groups." Bmj **311**(7000): 299-302.
- Kleinman, A. (2010). "Four social theories for global health." Lancet **375**(9725): 1518-1519.
- Koivisto, J. (2007). "What evidence base? Steps towards the relational evaluation of social interventions." J Res Debate Prac **3**: 527-537.
- Kreuger, R. A. (1988). Focus groups: a practical guide for applied research. Londres, Sage Publications.
- Lapadat, J. (2000). "Problematizing transcription: Purpose, paradigm and quality." International Journal of Social Research Methodology **3**: 203-219.
- Legard, R., J. Keegan e K. Ward (2003). In-depth interviews. Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers. J. Ritchie e J. Lewis. Londres, Sage.
- Lewis, J. e J. Ritchie (2003). Generalising from qualitative research. Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers. J. Ritchie e J. Lewis. Londres, Sage.
- Mack, N., A. Bunce e B. Akumatey (2008). A logistical framework for enhancing team dynamics. Handbook for Team-Based Qualitative Research. G. Guest e D. V. McQueen. Plymouth, Altamira Press.
- MacQueen, K. M., E. McLellan-Lemal, K. Bartholow e B. Milstein (2008). Team-based Codebook Development: Structure, Process and Agreement. Handbook for Team-Based Qualitative Research. G. Guest e K. M. MacQueen. Plymouth, Reino Unido, AltaMira Press.
- Manderson, L. (1998). "Applying medical anthropology in the control of infectious disease." Trop Med Int Health **3**(12): 1020-1027.
- Manderson, L. e P. Aaby (1992). "An epidemic in the field? Rapid assessment procedures and health research." Soc Sci Med **35**(7): 839-850.
- Marchal, B., S. van Belle, J. van Olmen, T. Hoérée e G. Kegels (2012). "Is realist evaluation keeping its promise? A review of published empirical studies in the field of health systems research." Evaluation **18**(2): 192-212.
- Mattingly, C. (1998). Healing dramas and clinical plots: the narrative structure of experience, Cambridge University Press.
- Mauthner, N. S., O. Parry e K. Backett-Milburn (1998). "The Data are Out there, or are They? Implications for Archiving and Revisiting Qualitative Data." Sociology **32**(4): 733-745.
- Mays, N., C. Pope e J. Popay (2005). "Systematically reviewing qualitative and quantitative evidence to inform management and policy-making in the health field." J Health Serv Res Policy **10 Supl. 1**: 6-20.

- McLellan-Lemal, E. (2008). Transcribing data for team-based research. Handbook for Team-Based Qualitative Research. G. Guest e K. MacQueen. Plymouth, Reino Unido, Altamira Press.
- Merton, R. (1967). On Theoretical Sociology: Five Essays Old and New. Nova Iorque, Free Press.
- Miles, M. B. e A. M. Huberman (1994). Qualitative Data Analysis. Thousand Oaks, CA, Sage Publications.
- Miles, M. B. e A. M. Huberman (1994). Qualitative data analysis : an expanded sourcebook. Thousand Oaks, Sage Publications.
- Moore, N. (2007). "(Re)Using Qualitative Data?" Sociological Research Online **12**(3): 1.
- Morton, R. L., A. Tong, K. Howard, P. Snelling e A. C. Webster (2010). "The views of patients and carers in treatment decision making for chronic kidney disease: systematic review and thematic synthesis of qualitative studies." BMJ **340**: c112.
- MRC (2008). Developing and Evaluating Complex Interventions: new guidance. Londres, Medical Research Council. Disponível *online* em http://www.mrc.ac.uk/consumption/idcplg?IdcService=GET_FILE&did=15585&dDocName=MRC004871&allowInterrupt=1.
- Namey, E., G. Guest, L. Thairu e L. Johnson (2008). Data reduction techniques for large qualitative data sets. Handbook for Team-Based Qualitative Research. G. Guest e D. V. McQueen. Plymouth, Reino Unido, Altamira Press.
- Nazareth, I., N. Freemantle, C. Duggan, J. Mason e A. Haines (2002). "Evaluation of a complex intervention for changing professional behaviour: the Evidence Based Out Reach (EBOR) Trial." J Health Serv Res Policy **7**(4): 230-238.
- Nichter, M., C. S. Acuin e A. Vargas (2008). Introducing Zinc in a Diarrhoeal Disease Control Programme. Guide to conducting formative research. Genebra, Organização Mundial de Saúde. Disponível *online* em http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241596473_eng.pdf (Acedido a 16 de Abril de 2012).
- Nida, E. (1991). "Theories of Translation." TTR: traduction, terminologie, redaction **4**(1): 19-32.
- Nikander, P. (2008). "Working with Transcripts and Translated Data." Qualitative Research in Psychology **5**(3): 225-231.
- Oakley, A., V. Strange, C. Bonell, E. Allen e J. Stephenson (2006). "Process evaluation in randomised controlled trials of complex interventions." Bmj **332**(7538): 413-416.
- Ochs, E. (1979). Transcription as theory. Developmental Pragmatics. E. Ochs e B. Schieffelin. Nova Iorque, Academic.
- Pawson, R. (2003). "Nothing as practical as a good theory." Evaluation **9**(4): 471-490.
- Pawson, R. e N. Tilley (1997). Realistic Evaluation. London, Sage Publications.
- Pawson, R. e N. Tilley (2004). Realist Evaluation, Working Paper for British Cabinet Office Magenta Book. Disponível *online* em http://www.communitymatters.com.au/RE_chapter.pdf.
- Pope, C. e N. Mays (2006). Synthesising qualitative research. Qualitative research in health care. C. Pope e N. Mays, Blackwell Publishing Ltd.
- Pope, C., N. Mays e J. Popay (2007). Synthesizing qualitative and quantitative health evidence : a guide to methods. Maidenhead, Open University Press.
- Pound, P., N. Britten, M. Morgan, L. Yardley, C. Pope, G. Daker-White e R. Campbell (2005). "Resisting medicines: a synthesis of qualitative studies of medicine taking." Soc Sci Med **61**(1): 133- 155.
- Powell, R. A. e H. M. Single (1996). "Focus groups." Int J Qual Health Care **8**(5): 499-504.

- Power, R., L. F. Langhaug, T. Nyamurera, D. Wilson, M. T. Bassett e F. M. Cowan (2004). "Developing complex interventions for rigorous evaluation--a case study from rural Zimbabwe." Health Educ Res **19**(5): 570-575.
- Rao, V. B., D. Schellenberg e A. C. Ghani (2013). "Overcoming health systems barriers to successful malaria treatment." Trends Parasitol **29**(4): 164-180.
- Regmi, K., J. Naidoo e P. Pilkington (2010). "Understanding the Processes of Translation and Transliteration in Qualitative Research." International Journal of Qualitative Methods **9**(1): 16-26.
- Reynolds, J., J. Kizito, N. Ezumah, P. Mangesho, E. Allen e C. Chandler (2011). "Quality assurance of qualitative research: a review of the discourse." Health Research Policy and Systems **9**(1): 43.
- Ring, N., R. Jepson e K. Ritchie (2011). "Methods of synthesizing qualitative research studies for health technology assessment." Int J Technol Assess Health Care **27**(4): 384-390.
- Ritchie, J. e J. Lewis, Eds. (2003). Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers. Londres, Sage.
- Roberts, C. (2007). Qualitative Research Methods and Transcription. Londres, King's College London <http://www.kcl.ac.uk/schools/sspp/education/research/projects/dataqual.html>.
- Robson, C. (2011). Real world research: a resource for users of social research methods in applied settings, Wiley.
- Rycroft-Malone, J., B. McCormack, A. M. Hutchinson, K. Decorby, T. K. Bucknall, B. Kent, A. Schultz, E. Snelgrove-Clarke, C. B. Stetler, M. Titler, L. Wallin e V. Wilson (2012). "Realist synthesis: illustrating the method for implementation research." Implement Sci **7**(1): 33.
- Sandelowski, M. (1998). "Writing a good read: strategies for re-presenting qualitative data." Research in Nursing & Health **21**(4): 375-382.
- Sandelowski, M. e J. Leeman (2012). "Writing Usable Qualitative Health Research Findings." Qualitative Health Research **22**(10): 1404-1413.
- Saunders, R. P., M. E. Evans e P. Joshi (2005). "Developing a Process-Evaluation Plan for Assessing Health Promotion Program Implementation: A How-To Guide." Health Promotion Practice **6**: 134- 147.
- Silverman, D. (2005). Doing qualitative research : a practical handbook. Londres; Thousand Oaks, Calif, Sage Publications.
- Smith, L. A., C. Jones, S. Meek e J. Webster (2009). "Review: Provider practice and user behavior interventions to improve prompt and effective treatment of malaria: do we know what works?" Am J Trop Med Hyg **80**(3): 326-335.
- Smith, P. G. e R. H. Morrow, Eds. (1996). Field Trials of Health Interventions in Developing Countries: A Toolbox. Oxford, Macmillan Education.
- Snape, D. e L. Spencer (2003). The foundations of qualitative research. Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers. J. Ritchie e J. Lewis. Londres, Sage.
- Sobo, E. (2009). Culture and meaning in health services research: a practical field guide. Walnut Creek, Left Coast Press, Inc.
- Spencer, L., J. Ritchie e W. O'Connor (2003). Analysis: practices, principles and processes. Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers. J. Ritchie e J. Lewis. Londres, Sage.
- Spradley, J. P. (1979). The Ethnographic Interview. Nova Iorque, Holt, Rinehart e Winston.
- Spradley, J. P. (1980). Participant Observation. New York, Holt, Rinehart & Winston.

- Squires, A. (2009). "Methodological challenges in cross-language qualitative research: A research review." International Journal of Nursing Studies **46**(2): 277-287.
- Strauss, A. e J. Corbin (1998). Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory. Londres, Sage Publications.
- Tamminen, K. A. e N. L. Holt (2010). "A meta-study of qualitative research examining stressor appraisals and coping among adolescents in sport." J Sports Sci **28**(14): 1563-1580.
- Temple, B. e R. Edwards (2002). "Interpreters/translators and cross-language research: Reflexivity and border crossings." International Journal of Qualitative Methods **1**(2): 1-22.
- Temple, B. e A. Young (2004). "Qualitative research and translation dilemmas." Qualitative Research **4**(2): 161-178.
- Tesch, R. (1990). Qualitative research: analysis types and software tools. Lewes, Falmer Press.
- Thomas, J. e A. Harden (2008). "Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews." BMC Med Res Methodol **8**: 45.
- Tong, A., P. Sainsbury e J. Craig (2007). "Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups." International Journal for Quality in Health Care **19**(6): 349-357.
- Trotter, R. T., R. H. Needle, E. Goosby, C. Bates e M. Singer (2001). "A methodological model for Rapid Assessment, Response and Evaluation: The RARE programme in public health." Field Methods **13**(2): 137-159.
- Ulin, P. R., E. T. Robinson e E. E. Tolley (2005). Qualitative Methods in Public Health: A Field Guide for Applied Research. San Francisco, CA, Family Health International.
- Van den Berg, H. (2005). Reanalyzing Qualitative Interviews from Different Angles: The Risk of Decontextualization and Other Problems of Sharing Qualitative Data.
- Van den Eynden, V., L. Corti, M. Woollard, L. Bishop e L. Horton (2011). Managing and sharing data. Essex, UK Data Archive, University of Essex.
- Walker, E. e B. Dewar (2000). "Moving on from interpretivism: an argument for constructivist evaluation." Journal of Advanced Nursing **32**(3): 713-720.
- Walter, F. M., J. Emery, D. Braithwaite e T. M. Marteau (2004). "Lay understanding of familial risk of common chronic diseases: a systematic review and synthesis of qualitative research." Ann Fam Med **2**(6): 583-594.
- White, H. e D. Phillips (2012). Addressing attribution of cause and effect in small n impact evaluations: towards an integrated framework. Nova Deli, International Initiative for Impact Evaluation (3ie). **Documento de Trabalho 15**.
- Williams, G. W. (2006). "The other side of clinical trial monitoring; assuring data quality and procedural adherence." Clinical Trials **3**(6): 530-537.
- Winch, P. J., K. E. Gilroy, S. Doumbia, A. E. Patterson, Z. Daou, A. Diawara, E. Swedberg, R. E. Black e O. Fontaine (2008). "Operational issues and trends associated with the pilot introduction of zinc for childhood diarrhoea in Bougouni district, Mali." J Health Popul Nutr **26**(2): 151-162.
- Wiseman, V., L. J. Mangham, B. Cundill, O. A. Achonduh, A. M. Nji, A. N. Njei, C. Chandler e W. F. Mbacham (2012). "A cost-effectiveness analysis of provider interventions to improve health worker practice in providing treatment for uncomplicated malaria in Cameroon: a study protocol for a randomized controlled trial." Trials **13**: 4.
- Wiseman, V., E. Ogochukwu, N. Emmanuel, J. M. Lindsay, C. Bonnie, E. Jane, U. Eloka, U. Benjamin e O. Obinna (2012). "[A cost-effectiveness analysis of provider and community interventions to](#)

[improve the treatment of uncomplicated malaria in Nigeria: study protocol for a randomized controlled trial.](#)” *Trials* **13**: 81.

Witcher, C. S. G. (2010). “Negotiating Transcription as a Relative Insider: Implications for Rigor.” *International Journal of Qualitative Methods* **9**(2): 122-132.

Woods, P. (2006). *Qualitative Research*, Faculty of Education, University of Plymouth. Disponível online em <http://www.edu.plymouth.ac.uk/resined/Qualitative%20methods%202/qualrshm.htm#CONTENTS>.

Yoder, P. S. (1997). “Negotiating relevance: belief, knowledge, and practice in international health projects.” *Med Anthropol Q* **11**(2): 131-146.

Projectos do ACT Consortium com investigação qualitativa

- O ensaio PRIME: Melhoria dos centros de saúde para reduzir a malária infantil no Uganda www.actconsortium.org/PRIME
- PROCESS: Avaliar a forma como a intervenção PRIME funcionou na prática www.actconsortium.org/PROCESS
- Utilização de exames de diagnóstico rápido para melhorar o tratamento da malária na comunidade do Uganda www.actconsortium.org/RDThomemanagement
- Introdução de exames de diagnóstico rápido em farmácias para melhorar a focalização do tratamento para a malária www.actconsortium.org/RDTdrugshops
- Percepções e impacto da introdução de exames de diagnóstico rápido em farmácias www.actconsortium.org/RDTperceptions
- IMPACT 2: Avaliar as políticas na Tanzânia para melhorar o diagnóstico e tratamento da malária www.actconsortium.org/IMPACT2
- Rentabilidade das intervenções para apoiar a introdução de exames de diagnóstico rápido para a malária nos Camarões www.actconsortium.org/REACTCameroon
- Custos e efeitos das estratégias de melhoria do diagnóstico e tratamento da malária na Nigéria www.actconsortium.org/REACTNigeria
- Estratégias para expandir o acesso ao diagnóstico de qualidade para a malária no centro sul da Ásia, onde a incidência de malária é reduzida www.actconsortium.org/ACTAfghanistan
- Fornecer fármacos de ACT a pacientes com resultado positivo no exame de diagnóstico rápido da malária www.actconsortium.org/RDTGhana
- Enfoque nos medicamentos ACT: o ensaio TACT www.actconsortium.org/TACT
- Compreensão das percepções de pessoas positivas para HIV, que recebem tratamento para a malária www.actconsortium.org/InterACTperceptions
- Como as percepções da medicação para a malária afectam a adesão www.actconsortium.org/ACTiaPerceptions

- Comparação dos dados de segurança do fármaco a partir dos estudos do ACT Consortium
www.actconsortium.org/drugsafetydatabase
- Recolha de dados de segurança em ensaios de fármacos para a malária
- www.actconsortium.org/safetydatacollection Como a utilização de exames de diagnóstico rápido influencia a decisão do clínico para prescrever ACT
www.actconsortium.org/RDTclinicianbehaviour
- Acesso e qualidade do diagnóstico e tratamento da malária no sudeste da Ásia
www.actconsortium.org/ACTCambodia